

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

DIOGO JORDÃO SILVA

TERRITÓRIO E CIDADANIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO A PARTIR DA GEOGRAFIA
POLÍTICA.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2014

DIOGO JORDÃO SILVA

TERRITÓRIO E CIDADANIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO A PARTIR DA GEOGRAFIA
POLÍTICA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Silvana Cristina da
Silva

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2014

DIOGO JORDÃO SILVA

TERRITÓRIO E CIDADANIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO A PARTIR DA GEOGRAFIA
POLÍTICA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial para obtenção do grau de licenciado em
Geografia.

Data da apresentação: 06 de Junho de 2014

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Silvana Cristina da Silva (Orientadora)
UFF - Universidade Federal Fluminense

Profª Msª Rita de Cássia Nonato Melo
IFF – Instituto Federal Fluminense/Macaé

Profª Drª Tatiana Tramontani Ramos
UFF - Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho sinaliza a concretização de um sonho: cursar uma faculdade e tornar-me professor. Muitos foram os que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa realização. A todos o meu agradecimento!

Agradeço a Deus, que na sua bondade, compreendeu os meus anseios e deu-me forças para atingir meus objetivos.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e incentivo.

Aos meus avós. Em especial à vó Edina, pela preocupação e orações.

Obrigado ainda aos meus tios e primos. Especialmente tio Adelson e Tia Martinha pelas inúmeras vezes que fiquei na casa de vocês para conseguir ir às aulas. Também não posso deixar de citar tia Glicivane, que sempre me ajudou de diversas maneiras ao longo desses anos.

Aos colegas de turma que compartilharam comigo os conhecimentos, expectativas e alegrias durante a graduação, agradeço-lhes a convivência agradável durante esses quatro anos e meio. Larissa, você foi mais que especial, nunca me esquecerei da sua amizade e companheirismo. Dani, Mariana e Fran, obrigado por tudo, principalmente por aguentarem meus devaneios durante a realização dos nossos trabalhos. Zélia, muito obrigado pelas colaborações e por dividir as expectativas nessa reta final. Também não posso esquecer-me de Natália e Thamires, pessoas especiais com as quais pude dividir as alegrias do nosso curso.

À professora Silvana Cristina da Silva agradeço imensamente por ter aceitado o desafio de me orientar na elaboração deste trabalho. Obrigado pela competência, paciência e prestativa orientação. Agradeço também as professoras Tatiana Tramontani e Rita de Cássia pela participação na banca examinadora.

Sou também grato a todos do C.E. Nilo Peçanha que possibilitaram a realização da intervenção. Em especial a professora Vanessa Sales e a turma 2004 pela imprescindível colaboração.

Agradeço ainda a todos os professores que contribuíram para a minha formação, sem esquecer-me dos docentes do ensino básico que me inspiraram a seguir pelo caminho da Educação.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, embora os nomes não estejam aqui, expressaram satisfação e se preocuparam com a minha trajetória durante a realização do curso de Licenciatura em Geografia.

RESUMO

O bem-estar social é almejado pelos diferentes grupos sociais, todavia, o seu alcance só é possível a partir de uma intensa luta pela garantia da cidadania. Esta é, sobretudo, uma questão política, já que a sua obtenção e concretização se dão a partir dos conflitos de interesses dos diversos grupos sociais existentes na sociedade e que se expressam no território a fim de adequá-lo aos seus objetivos. Assim, para que o indivíduo possa atuar na busca pela cidadania, deve compreender a sua realidade, conscientizando-se do modo como se dão as relações sociais e como estas se materializam no território o qual ele está inserido. A Geografia Política é o campo de conhecimento que se preocupa em analisar as relações entre a política e o território. O território apresenta-se como um condicionante da construção da cidadania, pois possibilita o exercício dos direitos. A Escola constitui-se como uma das principais instâncias de formação da cidadania, e o Ensino Médio enquanto etapa de formação do aluno no ensino básico apresenta-se de grande importância nesse processo. Diante de tais pressupostos, o objetivo deste trabalho é compreender como o estudo de temas da Geografia Política no Ensino Médio pode contribuir na formação de indivíduos capazes de exercer uma cidadania plena, considerando a noção de que o território e a distribuição dos equipamentos públicos de infraestrutura e serviços compõem a concretização da cidadania. Para alcançar tal objetivo buscamos analisar as relações entre a Geografia Política e a cidadania a fim de propor uma intervenção no ensino que tenha como objetivo contribuir na formação de cidadãos plenos. A partir dos pressupostos de que a cidadania e o território constituem elementos para uma sociedade mais justa, sendo o ensino uma das esferas de formação desses princípios, desenvolveu-se uma intervenção na turma de 2º ano do Ensino Médio do “C. E. Nilo Peçanha” em Campos dos Goytacazes. Inicialmente diagnosticou-se uma baixa conscientização dos alunos em relação à importância do território para o exercício da cidadania e também o pouco conhecimento sobre as instâncias formais de participação na busca pela justiça social e territorial. Após a intervenção verificou-se uma melhor compreensão da significância do componente territorial no acesso à cidadania, assim como um maior conhecimento sobre as possibilidades participativas.

Palavras-chave: Território, Cidadania, Ensino, Geografia Política.

ABSTRACT

The social welfare is pursued by different social groups, however, its only possible from an intense struggle to guarantee citizenship. This is, first of all, a political issue, since the welfare acquisition and implementation are obtained from the conflicting of interests from many different social groups in society and who are expressed in the territory to their goals. Therefore, for the subject can act in pursuit of citizenship, they must understand their own reality, becoming aware of how social relationships occur and materialize in his territory. Political Geography is the field of knowledge that is concerned with analyzing the relationship between politics and territory. The territory is presented as a condition of citizenship building, since it permits the exercise of people's rights. The School, as an institution, was established as one of the main instances of citizenship building, and the high school is the one with great importance in this process. In this way, this work objective is to understand how the study of political geography in high school can contribute with the education of peoples able to exercise full citizenship, considering the notion that the territory and the distribution of public facilities and infrastructure services comprise the embodiment of citizenship. To achieve this goal we analyze the relationship between Political Geography and citizenship in order to propose an intervention in education that aims to contribute in the formation of full citizens. From the premises that citizenship and territory constitute, together, elements for a fairer society, and the education is one of the spheres for training these principles, we developed an intervention in a 2nd class of high school in the school "C. E. Nilo Peçanha" in a Brazilian city called Campos dos Goytacazes. At first we diagnosed a low awareness from the students about the importance of the territory for the exercise of citizenship and also a little knowledge on formal instances of social participation. After our intervention there was a better understanding of the significance of the territorial dimension in citizenship, as well as greater understanding of the participatory possibilities in the search for social and territorial justice.

Keywords: Territory, Citizenship, Education, Political Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Mosaico em Landsat mostrando a área urbana de Campos dos Goytacazes.....	33
Figura 02- Distribuição da população de Campos dos Goytacazes por distritos.....	39
Figura 03- Conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio	73
Figura 04 - Plano de ação.....	80
Figura 05 - Calendário prévio de realização da intervenção.....	81
Figura 06 - Idade dos alunos.....	83
Figura 07 - Alunos atendidos pela coleta de lixo.....	84
Figura 08 - Alunos com UBS ou hospital próximo à sua casa.....	85
Figura 09 - Alunos que moram próximos a equipamentos de cultura e lazer.....	85
Figura 10 - Alunos cujo bairro é atendido pelo transporte coletivo.....	85
Figura 11 - Considerações dos alunos sobre a qualidade dos transportes.....	86
Figura 12: Consideração dos alunos sobre o atendimento ao cidadão em Campos	87
Figura 13 - O aluno e os problemas na cidade.....	88
Figura 14 - Alunos que já foram à Câmara Municipal.....	89
Figura 15 - Tabuleiro do Território e da Cidadania.....	91
Figura 16 - Alunos durante atividade.....	93
Figura 17 - Alunos durante atividade com a CF.....	102
Figura 18 - Alunos durante atividade com a CF.....	102
Figura 19 - Charge “Sorteio no hospital”	105
Figura 20 - Charge “Fila de Espera”.....	105
Figura 21 - Charge “Onibus Lotado”	105
Figura 22 - Charge “Caos na Educação”.....	105
Figura 23 - Charge “Assalto”	106
Figura 24 - Charge “Conto de Fadas.....	106
Figura 25 - Distribuição das UBS por distrito.....	110
Figura 26 - Distribuição das Escolas por distrito.....	111
Figura 27 - Alunos durante atividade com jornais.....	113
Figura 28 - Trabalho escravo gera três prisões.....	128
Figura 29 - Sem posto 24h para atender a demanda.....	128
Figura 30 - Transporte precário.....	129
Figura 31 - Manifestação.....	129
Figura 32 - Saúde precária.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Investimentos em obras públicas na sede em relação à Receita Orçamentária Municipal. (1993 – 2004).....	31
Tabela 02 – Padrão distributivo do investimento per capita por gestão, segundo grupos sócio-espaciais. Campos dos Goytacazes (1993 – 2004).....	32
Tabela 03 - Distribuição da população por distrito.....	38
Tabela 04 - Domicílios com cobertura pela rede de abastecimento de água por distritos – Campos dos Goytacazes. 2010.....	40
Tabela 05 - Domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo por distritos - Campos dos Goytacazes – 2010.....	41
Tabela 06 - Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – Creches Municipais – 2014.....	42
Tabela 07 - Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – Escolas Municipais.....	43
Tabela 08 - Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – UBS.....	43
Tabela 09: Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – CRAS.....	45
Tabela 10 - Perfil dos eleitores segundo o grau de instrução (Eleição 2012).....	48
Tabela 11 – Perfil dos vereadores segundo o grau de instrução (Eleição para o pleito 2013 – 2016).....	48
Tabela 12 - Bairro dos alunos.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CIDAC	Centro de Informações e Dados de Campos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GE	Google Earth
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
KMZ	Keyhole Markup Zip
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PDM	Plano Diretor Municipal
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEEDUC-RJ	Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro
SIG	Sistemas de Informações Georreferenciadas
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I – TERRITÓRIO E CIDADANIA.....	15
2. GEOGRAFIA POLÍTICA E CIDADANIA.....	16
2.1. Território e cidadania no Brasil.....	20
2.2. O Estado federativo e a promoção da cidadania.....	22
3. TERRITÓRIO E CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	29
3.1. O Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes: em busca de uma cidade justa?.....	34
3.2.A distribuição de serviços e equipamentos em Campos dos Goytacazes.....	38
3.3. O município como escala política: possibilidades e desafios ao alcance da cidadania.....	45
4. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO POSSIBILIDADE AO ALCANCE DA CIDADANIA.....	52
PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO.....	58
5. EDUCAÇÃO E CIDADANIA.....	59
5.1. O Ensino Médio e a formação para a cidadania.....	61
5.2. Ensino de Geografia e cidadania.....	62
6. UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO.....	72
6.1. Caracterização da unidade escolar	75
6.2.O desenvolvimento da intervenção.....	79
6.3.Etapa I: Diagnóstico da turma: o aluno cidadão.....	83
6.3.1. Tabuleiro do Território e da Cidadania.....	89
6.4. Etapa II: Território e Cidadania.....	101
6.5. Etapa III: Reaplicação do Tabuleiro do Território e da Cidadania.....	114
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116

1. INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades há grupos e classes sociais que possuem interesses diferentes e que resultam em conflitos sociais, de maneira que a política vai constituir-se como o modo pelo qual estes conflitos se expressam e se organizam a fim de que todos os atores sociais alcancem seus objetivos. Grande parte dos conflitos resultantes das relações sociais produzem disputas pelas quais cada grupo ou classe social vai buscar organizar o território da maneira mais adequada ao seu interesse. Desse modo, se estabelece aí uma estreita relação entre a política e a Geografia. As tensões e arranjos inerentes às relações entre a política e o território constituem não apenas uma abordagem, mas também um importante campo da ciência geográfica: a Geografia Política. De acordo com Castro (2011, p.17), esta “pode ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice-versa”. A ela cabe a tarefa de analisar como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais.

Segundo Vesentini (2010), a incorporação da dimensão espacial no estudo da política remonta aos textos clássicos da Antiguidade. Pensadores como Aristóteles, Platão, Montesquieu, Cícero, Maquiavel e Hegel já consideravam a dimensão espacial e territorial da política. No século XVII, Maquiavel teceu alguns comentários sobre as relações entre o governo, o Príncipe, e o seu território. Já Montesquieu, no século XVIII, em sua obra principal “*O espírito das Leis*”, buscou explicação da política pelas condições geográficas, considerando não apenas aspectos fisiográficos - posição, relevo, solos e clima -, como também os valores e em especial as religiões de cada povo.

Entretanto, foi efetivamente com Friederich Ratzel, na última década do século XIX, que se iniciou um estudo geográfico da política, ou, em outras palavras, um estudo sistemático a respeito da dimensão espacial da vida política.

Na verdade ele construiu um novo campo de estudos, definindo seus “objetos”, ou, em outras palavras, seus temas e conceitos fundamentais: as relações da política com o espaço geográfico, nas quais despontam o estudo do território (seu tamanho e formato, sua expansão ou retração, sua localização absoluta e relativa), das fronteiras com a sua tipologia, das cidades-capitais (sua localização no território nacional, sua importância), da política geográfica ou territorial, da circulação pelo território, da importância do “solo” [território] na constituição e na evolução dos Estados, do significado de “grandes potências” ou Estados mundialmente poderosos, da colonização e da guerra enquanto conquista ou domínio territorial. (VESENTINI, 2010, p.129)

As teorias ratzelianas desenvolveram-se mediante a influência de diversos fatores. Destaca-se entre estes a biologia e o darwinismo, assim como o contexto político de disputa por territórios e de consolidação dos Estados nacionais da Europa à época. Além disso, ele preocupava-se ainda com a questão da fragmentação da Alemanha e sua condição de inferioridade frente às demais potências europeias, assim como com a questão do nacionalismo.

Conforme explica Castro (2011), Ratzel buscava elaborar um aparato teórico conceitual que legitimasse a forma de Estado territorial nos moldes dos interesses alemães no século XIX. Ele defendia a ideia de que a Alemanha só alcançaria a condição de potência através da consolidação duradoura da unificação germânica. Considerava que, frente à condição de atraso em relação ao processo de unificação territorial da Europa Ocidental, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento da Alemanha só seriam alcançados sob o comando de um Estado forte, legitimado pelo enraizamento do seu povo no território, ou seja, no solo pátrio. A estratégia seria a construção do Estado-nação com a adesão do povo à ideologia do nacionalismo.

O eixo de análise mais importante da Geografia Política fundada por Ratzel consistia no vínculo estreito entre o Estado e o solo. Ele buscava demonstrar que o Estado é fundamentalmente uma realidade humana que só se completa sobre o solo do país. Para tanto, ele considerava o Estado como um organismo que mantém com o solo uma relação necessária e que, por isso, deve ser considerada na perspectiva geográfica. Enquanto organismo, o Estado deveria comportar-se segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, recuar, estabelecer relações, declinar. Assim, mediante as suas características, o solo atuaria favorecendo ou impossibilitando o desenvolvimento dos Estados. O solo seria, pois, um potencial, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependeria antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo. A sociedade era considerada o elemento intermediário pelo qual o Estado se une ao solo, de modo que suas relações com o solo afetariam a natureza do Estado em seu

desenvolvimento. Ao Estado, caberia a tarefa de estreitar a articulação entre o povo e o solo (RATZEL, 1983).

Nessa perspectiva, segundo Castro (2011), poder e estratégias de controle e dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional eram as questões sempre implícitas ou explícitas na agenda da Geografia Política nas primeiras décadas do século XX. A disciplina percebia o Estado como única fonte de poder, sendo, pois uma Geografia do Estado. Desse modo, era considerada como um saber técnico a serviço do imperialismo. Isso fez com que as escalas de análise nacional e global fossem as mais adequadas aos estudos da disciplina.

Todavia, com o passar dos anos, ocorreu uma contextualização da Geografia Política, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas. Castro (2011) explica que a fluidez da política, ou seja, a dificuldade de apreender todo o seu significado no momento em que o fato acontece, e a necessidade de acompanhar os seus desdobramentos impossibilitaram separar a agenda temática da disciplina dos seus contextos histórico e geográfico. Como consequência disso, os marcos teóricos para a explicação da política pela Geografia têm sido transformados ao longo do tempo. Apesar disso, deve-se ressaltar que as considerações de Ratzel continuaram ocupando espaço significativo no âmbito da Geografia Política. Como afirma Raffestin (1993), a perspectiva aberta por Ratzel foi muito ampla e durante vários decênios, o programa da Geografia Política não foi de fato modificado em profundidade. Segundo o autor, o pensamento da Geografia Política atual, flui, grosso modo, nos mesmos moldes que os de Ratzel, apesar das transformações ocorridas no mundo desde o século XX e, por outro lado, os progressos metodológicos realizados na disciplina.

Na segunda metade do século XX, mudanças no contexto mundial como o fim da Guerra Fria e a desagregação da União Soviética, a globalização, as disputas de minorias por território dentro das fronteiras nacionais, a expansão e o fortalecimento da democracia representativa etc., paralelamente ao enfraquecimento do Estado nacional como o interlocutor institucional privilegiado nos processos de transformação contemporânea trouxeram novos problemas, definindo novas questões e novos debates para a agenda da disciplina (Castro, 2011). Essa nova fase da Geografia Política, denominada “contemporânea”, caracteriza-se, sobretudo pela incorporação de novos atores na análise do fazer político, fazendo com que o Estado deixe de ser o ator político privilegiado e praticamente exclusivo nesse campo do conhecimento geográfico.

Nessa perspectiva, a autora explica que novas questões impostas pelo contexto da atualidade como aquelas relativas à expansão da democracia, a intensificação da pobreza e ampliação da exclusão, assim como o fortalecimento dos movimentos sociais e dos direitos da

cidadania tornaram-se significativos na Geografia Política.

A cidadania, insere-se nessa gama de novos temas abarcados pela disciplina. Isso porque tanto os direitos inerentes ao conceito como o acesso a eles emergem da relação entre o território e a política. Cabe à Geografia Política indagar de que modo o território expressa o exercício concreto da cidadania (CASTRO, 2011).

De acordo com a Constituição Federal (1988), a formação para o exercício da cidadania constitui-se como um dos grandes objetivos da educação no nosso país, de modo que a Escola apresenta-se como uma das principais instâncias de formação da cidadania. Cabe a ela, através do processo educativo, a formação e o preparo do educando para sua atuação enquanto cidadão. Questiona-se, no entanto, se na realidade esse objetivo é realmente buscado, haja vista a incessante busca por melhoria nos índices educacionais e a procura por oferecer, quase que exclusivamente, uma formação voltada para o mercado de trabalho, deixando de lado elementos fundamentais à formação crítica e cidadã do aluno.

No processo de formação educativa, o Ensino Médio enquanto última etapa da educação básica tem grande relevância, pois é o momento em que o aluno já na adolescência e início da juventude deve preparar-se para assumir novos espaços na sociedade por meio do trabalho e/ou da inserção nas diversas instâncias sociais.

Nessa perspectiva, enquanto disciplina escolar, a Geografia deve também estar imbuída desse objetivo de formação do aluno cidadão. Nas palavras de Vesentini (2008), a Geografia escolar existe para auxiliar na formação de cidadãos, com a função de desenvolver o conhecimento e o posicionamento do educando sobre o mundo e frente a ele, assim como contribuir para a construção de um conhecimento crítico e fundamentado sobre o meio em que vivemos.

Embora se constitua como princípio e objetivo do nosso sistema básico de ensino, a cidadania não se apresenta explicitamente como conteúdo nos currículos da Geografia no Ensino Médio, de modo a haver “espaços abertos às contribuições visando à formação de cidadãos e ao estímulo da visão crítica” (PASTI e SOUZA, 2012, p.2). Tal lacuna no Ensino Médio apresenta-se como um problema, haja vista que os jovens estudantes dessa etapa de ensino estão iniciando a sua participação na vida política, inclusive por meio dos primeiros votos, todavia, nem sempre possuem uma consciência política necessária à atuação cidadã.

Diante de tais pressupostos, o objetivo deste trabalho é compreender como o estudo de temas da Geografia Política no Ensino Médio pode contribuir na formação de indivíduos capazes de exercer uma cidadania plena, participando ativamente na construção da justiça social. Para alcançar tal objetivo buscamos analisar as relações entre a Geografia Política e a

cidadania a fim de propor uma intervenção no ensino que tenha como objetivo contribuir na formação do aluno cidadão. Desse modo, este trabalho está dividido em duas partes.

A primeira parte refere-se a uma discussão teórica a respeito das contribuições da Geografia Política à compreensão e construção da cidadania. No âmbito dessa discussão tomamos o município de Campos dos Goytacazes – RJ como escala de análise na compreensão da problemática da cidadania a partir dos elementos da Geografia Política. Para tanto, nos embasamos em pesquisas bibliográficas sobre a Geografia Política e a cidadania, assim como na análise de dados da distribuição de serviços e equipamentos no território municipal.

A segunda parte do trabalho refere-se à apresentação de uma proposta de intervenção para o Ensino Médio na qual se procurou trabalhar a cidadania a partir de elementos da Geografia Política. Buscou-se possibilitar o desenvolvimento da consciência política e territorial com vistas a contribuir na formação de alunos capazes de exercer uma cidadania plena, participando ativamente na construção da justiça social e territorial. A intervenção foi realizada numa turma de 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Nilo Peçanha em Campos dos Goytacazes, tendo como objetivo principal possibilitar o desenvolvimento de uma consciência política e territorial com vistas a contribuir na formação cidadã do aluno. Seu desenvolvimento se deu a partir de uma sequência de atividades utilizando diversos recursos didáticos, como a Constituição Federal, o Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes, charges, jornais, além dos dados da distribuição de serviços e equipamentos em Campos por meio de tabelas e do *software Google Earth*.

PARTE I
TERRITÓRIO E CIDADANIA

2. GEOGRAFIA POLÍTICA E CIDADANIA

Ao longo dos últimos anos, fatores como o aumento das desigualdades sociais e os descasos dos governos com a população vêm despertando a sociedade, tanto nas esferas governamentais, no âmbito da sociedade civil ou mesmo na comunidade acadêmica, para o debate em torno da cidadania. Nessa perspectiva, as diversas áreas do conhecimento têm buscado contribuir para que a cidadania seja de fato alcançada pela sociedade. Sendo assim, questionamos como a Geografia Política pode colaborar a essa finalidade. Uma disciplina que de alguma forma prestou-se a ser fortemente estadista e a servir à guerra (LACOSTE, 1997), bem como legitimar grupos hegemônicos no poder a partir do domínio territorial, poderia ser um instrumento de construção da cidadania?

Estabelecer um conceito para a cidadania não é uma tarefa fácil. Conforme explica Castro (2011), esta é uma palavra que possui muitos significados, sendo impossível estabelecer um conceito suficientemente abrangente e objetivo que envolva o conjunto de práticas políticas e sociais variáveis no tempo e no espaço por ela evocados. A autora explica que historicamente, nas diversas concepções de cidadania, se tem considerado como ponto de partida filosófico necessário ao conceito o núcleo que a considera a partir do justo equilíbrio entre direitos e deveres na relação entre os indivíduos e a comunidade. Considera-se, pois que ela se constitui por um conjunto de direitos e deveres garantidos pela lei, mas que se realizam no cotidiano social.

Em sua obra *“Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições”*, ao tratar da cidadania, Castro (2011) afirma que os direitos civis, políticos e sociais propostos por Marshall (1967) constituem-se como pilares daquilo que a cultura ocidental contemporânea considera ser cidadão. Os direitos civis como aqueles fundamentais à vida, à liberdade e igualdade perante a lei; os direitos políticos definem os limites da ação coletiva e individual e asseguram a participação no governo da sociedade; e os direitos sociais garantem desde o

mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. É por meio da existência de uma eficiente máquina administrativa do Estado que a sua vigência é garantida. “O conjunto desses direitos compõem um conjunto de ações que configuram o que as sociedades modernas consideram como justiça social” (CASTRO, 2011)

O desenvolvimento da cidadania é estimulado tanto pela luta para adquirir e ampliar tais direitos quanto pela busca pela sua efetivação quando adquiridos. Desse modo, a cidadania constitui-se em um processo histórico e continuamente estabelecido no qual a população tem papel fundamental no seu desenvolvimento.

Cavalcanti (2012, p.85) considera que a “cidadania é o exercício do direito a ter direitos”. O que significa que para ser cidadão o indivíduo deve ter as possibilidades de buscar novos direitos, assim como transformar direitos formais, nas letras da lei, em direitos reais, vividos cotidianamente. Na mesma perspectiva, Santos (2012) afirma que a luta pela cidadania não termina na confecção de uma lei, pois esta é apenas o resultado de um equilíbrio de interesses e de poder num determinado momento. Assim, numa sociedade desigual onde os interesses são diversos e os conflitos nunca cessam, sempre haverá a procura por um novo equilíbrio, ou seja, novas leis e novos direitos. Logo, a política apresenta-se como elemento essencial nesse processo.

A política consiste na mediação, participação, prevenção ou na gestão dos conflitos sociais (GORCZEVSKI e MARTIN, 2011, p.114). É por meio dela que os antagonismos e os conflitos resultantes da vida em sociedade chegam a um equilíbrio sendo, finalmente, determinados pela lei. Considera-se, portanto, que as lutas pela obtenção e garantia da cidadania estão diretamente ligadas às relações sociais e de poder estabelecidas historicamente, de modo que as leis que asseguram os direitos da cidadania são frutos de decisões políticas que se dão em um determinado momento.

Segundo Santos (2012), quando a cidadania é consagrada na lei, ela se define igualmente para todos. Diante disso, deve-se considerar que o *status* de cidadania parte do princípio democrático. Ou seja, os direitos civis, políticos e sociais são garantidos, indiscriminadamente, a todos os indivíduos por meio de leis que regem o seu país, sendo estas asseguradas pelo Estado.

Sendo assim, compreende-se que a cidadania se estabelece por meio das relações sociais instituídas nos limites territoriais dos Estados Nacionais, o que confere ao conceito uma concretude. O território aparece como uma condição essencial à sua efetivação, de modo

que fora dele a cidadania torna-se apenas uma intenção inscrita na lei.

De acordo com Gottmann (2012, p.523):

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. (GOTTMANN, 2012, p.523)

É a relação entre a cidadania e o território que a aproxima do campo da Geografia Política. Foi a partir dessa concepção de território, enquanto espaço vinculado a um Estado-Nação, que se instituiu historicamente o campo da Geografia Política. Segundo Azevedo (2011), a história do pensamento geográfico revela que a Geografia Política teve uma importância ímpar na consolidação do Estado-Nação a partir do momento que ficou responsável, em colégios e universidades da Europa no século XIX, pela criação de um cidadão com sentimento coletivo de pertencimento territorial. Em sua concepção clássica, essa disciplina considerava o Estado enquanto o poder por excelência, estando ela, inclusive, comprometida com a elaboração de discursos que o legitimavam.

Castro (2011) considera a Geografia Política como o campo de conhecimento que se preocupa em analisar como se dão as relações de poder no território, tendo como principal agente do poder o Estado. Embora este seja o seu principal eixo, o temário desse campo de conhecimento ampliou-se de modo que, atualmente, há preocupações também com questões da organização político-administrativa do território, geografia eleitoral, da ação de novos atores no território e no modo como o território expressa o exercício da cidadania.

Nesse sentido, convém ressaltar que a concepção de território ligada rigidamente à noção de “território nacional” não é a única. De acordo com Souza (2000, p.78), o território pode ser compreendido como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo assim, ele não precisa e nem deve ser reduzido à escala nacional ou estar associado apenas com a figura do Estado. Segundo o autor, os territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, desde uma área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN até as áreas ocupadas por prostitutas, gangues e camelôs em uma rua.

Castro (2003) afirma que o território deve ser visto como continente de um sistema de interesses, na maioria das vezes conflitantes, sobre os quais se dará o controle da política e das suas instituições. Já Santos e Silveira (2008, p.19), ao discutirem essa categoria de análise, afirmam que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. De

modo que o uso do território não se dá de maneira homogênea, o que leva a uma configuração desigual em termos de materialidades no interior do território. Assim, não há como explicar o território sem a sua utilização, de modo que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p.255). Portanto, deve-se falar em “território usado”, que segundo o autor, constitui-se por objetos e ações, sendo sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

Silveira (2011) explica que o território usado consiste em uma norma, pois é um princípio e um molde para a ação presente. Nessa concepção, embora as relações políticas assumam um papel de destaque no uso do território, seria o próprio território um agente organizador da sociedade (CATAIA, 2011), de modo que ele atuaria condicionando as ações sociais. Tais ações incluem não apenas o Estado, mas as organizações, instituições, pessoas, atores hegemônicos e hegemonzados. Sendo assim:

O território usado pode abrir novas perspectivas à análise política em geografia, pois a consideração de outras variáveis, que não apenas a estatal, permite apreciar outras fontes de poder, bem como autoriza analisar os conflitos pelo uso de espaços que não são circundados por fronteiras (escala nacional) ou por limites político-administrativos (estados e municípios). Dessa forma, autorizaria apreender outras formas de dominação que não apenas o Estado. (CATAIA, 2011, p.124)

É essa compreensão do território enquanto produto social, condicionado e condicionante de vida social que nos possibilita entender como a cidadania se estabelece territorialmente como prática e modo de vida, haja vista que ela não se dá apenas pela conquista dos direitos nos termos da lei, mas pela sua efetivação nas práticas cotidianas (CASTRO, 2003). Estas práticas, principalmente aquelas referentes aos direitos sociais, estão ancoradas no aparato institucional à disposição da sociedade através do seu território, o que significa que o indivíduo apenas exerce os seus direitos quando o território, dotado de infraestruturas, lhe oferece as possibilidades para tal. Entretanto, essas condicionantes territoriais nem sempre são distribuídas igualitariamente a todos, afetando as suas possibilidades de exercício dos direitos da cidadania.

Conforme afirma Santos (2012), é inconcebível a cidadania sem o componente territorial, devendo a organização e gestão do território ser instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, atribuindo justiça social para toda a população, independente de onde o indivíduo estiver. Depreende-se, portanto, que para a cidadania constituir-se como

prática não basta apenas que o acesso à educação, moradia e ao lazer estejam garantidos legalmente, é necessário que haja infraestruturas instaladas dispersamente no território para que a população possa delas fazer uso e, assim, efetivar o exercício desses seus direitos. Isso significa que, a depender do país, região, cidade, ou mesmo do bairro em que se mora, a cidadania apresenta graus diferenciados de existência, pois as materialidades pelas quais se oferece o acesso aos serviços nem sempre são igualmente distribuídas nesses espaços.

2.1. Território e cidadania no Brasil

Se a cidadania apresenta uma diferenciação conforme a distribuição do aparato estrutural disposto territorialmente, o caso do território brasileiro apresenta-se revelador nesse sentido. Embora a cidadania fundamente-se no princípio de que as pessoas são iguais perante a lei, essa equidade não se estabelece na realidade concreta do país, havendo, portanto, a ausência da cidadania em seu sentido completo. Tal situação entra no campo da Geografia Política, já que cabe a ela indagar de que modo o território expressa o exercício concreto da cidadania, questionando ainda se é possível falar em uma cidadania territorialmente desigual no Brasil, assim como indicar as raízes desta desigualdade (CASTRO, 2011). De modo complementar, Azevedo (2011) afirma que a Geografia Política pode e deve se inserir no campo das leis a partir do momento que a isonomia – marco da delimitação legal – é afetada pelo território na qual está inserida.

Ressaltando o que aqui já foi explicitado, quando se fala em cidadania deve-se entender que as conquistas dos direitos não se dão de maneira automática, mas a partir de lutas travadas historicamente em cada sociedade. Na situação brasileira, a história é marcada por diversos momentos de restrições, conquistas e ampliação de direitos.

Durante o período da Ditadura Militar, compreendido entre as décadas de 1960 a 1980, a população teve diversos direitos cerceados e limitados. Todavia, com a organização da sociedade civil e o fortalecimento dos movimentos sociais em busca de uma abertura democrática e melhorias na qualidade de vida, diversas mudanças foram conquistadas, culminando com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que ficou conhecida como a Constituição Cidadã. Por ela se instituiu o Estado Democrático de Direito, estabelecendo a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, de modo a assegurar o exercício dos direitos sociais e

individuais, garantindo a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores de uma sociedade fraterna e pluralista (BRASIL, 1988). Nesse sentido, segundo o artigo 6º da CF (1988), estão assegurados a todos os brasileiros, direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, bem como proteção à maternidade, à infância e aos desamparados, revelando a disposição do Estado brasileiro em prover, de maneira equânime, bens, benefícios e serviços sociais essenciais à dignidade humana. Embora nos termos da lei os direitos garantam a todos o mínimo necessário a uma vida digna, uma breve análise da realidade brasileira nos faz constatar que há aqui uma evidente desigualdade no exercício da cidadania e até mesmo sua ausência em alguns casos, já que vivemos numa sociedade e num território atravessados por profundas desigualdades, em que grande parte da população vive fora dos padrões básicos de uma vida digna, tanto nos aspectos sociais, econômicos ou culturais. Segundo Santos (2012), em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados, é tão desigual, que grande parte dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada do acesso a estes, sendo assim, torna-se difícil afirmar se há realmente cidadãos no Brasil.

O autor explica que essa condição é resultado de um processo histórico no qual se optou pela adoção de um modelo econômico em detrimento de um modelo cívico. Tal modelo econômico partiu de uma racionalidade que despertava a população cada vez mais para a necessidade e o interesse pelo consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada. Assim, ao invés de cidadãos, formaram-se consumidores. Por fim, essa problemática resultou numa configuração territorial marcada pela segregação sócio espacial, uma urbanização fundada no consumo que culminou em cidades impalpáveis para a maioria de seus moradores e um espaço rural marcado pela quase completa ausência de serviços públicos (SANTOS, 2012).

Embora nos últimos anos o crescimento da economia e a evolução dos dados socioeconômicos tenham trazido certo otimismo, parecendo confirmar o caminho para o desenvolvimento e o alcance da justiça social, tais avanços não se estenderam a toda a população brasileira. Como afirmam Bacha e Schwartzman (2011, p.14), “as classes médias e altas adotaram rapidamente os padrões de consumo e as instituições de proteção social dos países mais desenvolvidos, mas deles a maioria dos brasileiros ficou excluída”, o que acarretou a acentuação das desigualdades. Isso significa que, embora tenha havido um avanço significativo no campo dos direitos e no campo da economia, não houve um desenvolvimento de políticas sociais que assegurasse a toda a população seus direitos fundamentais a uma vida digna. Vivemos, portanto, num paradoxo, com os desrespeitos aos direitos e a negação da

cidadania pelo próprio Estado.

Tomando como base as regiões do território nacional, pesquisas recentes evidenciam uma clara desigualdade nas condições de vida da população brasileira segundo o lugar em que vivem. De acordo dados do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), há no Brasil uma grande desigualdade entre os municípios mais e menos desenvolvidos, estando estes localizados em regiões distintas. Enquanto as 50 cidades com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ alto se concentram nas regiões Sul e Sudeste, os 50 piores resultados estão no Norte e Nordeste. O Nordeste ainda tem 61,3% dos municípios considerados de “baixo desenvolvimento humano” e no Norte, 40,1% das cidades estão nessa classificação. As duas regiões não têm nenhum município de “muito alto” e “alto” desenvolvimento. Entretanto, mesmo nas regiões que apresentam os melhores índices, há também desigualdades e ocorrência de extrema pobreza, como é o caso das grandes favelas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, marcadas pela ausência de serviços públicos básicos como segurança e saneamento básico.

Percebe-se, portanto, uma distinção nas condições de vida da população do país de acordo com o local de vivência, o que demonstra como a localização pode constituir um facilitador ou uma dificuldade ao alcance da cidadania plena pelo indivíduo.

De acordo com Santos (2012) essas condições oferecidas ao indivíduo por meio do território acabam dotando-o de um determinado valor, de modo que as distorções na disponibilidade de serviços e equipamentos determinam as desigualdades no valor de cada pessoa, o que faz com que esta passe a viver em função do lugar em que vive. Assim, aquelas pessoas que não têm à sua disposição os equipamentos e serviços necessários ao seu bem-estar tornam-se cidadãos diminuídos, incompletos. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania, assevera o autor.

2.2. O Estado federativo e a promoção da cidadania

¹ O IDH, em sua formação clássica, é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade ter vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e comando sobre recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia. (IPEA, 2013)

As atribuições de corrigir as desigualdades e possibilitar o exercício da cidadania compreendem as competências da máquina administrativa do Estado, que é:

[...] constituída de um conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral que cabem ao Estado. [...] Entre as suas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação, etc. (CASTRO, 2011, p.126)

Essas funções se realizam a partir do aparato administrativo instalado territorialmente. Ressalta-se, assim, que a cidadania como prática ocorre no território, sendo a mesma influenciada pelas condições apresentadas a partir da ação do Estado.

Na situação brasileira as condições são afetadas pelas escalas decisórias e recortes territoriais que compõem a estrutura federativa do país. Segundo Cataia (2010), o modelo federativo é uma engenharia política historicamente construída para resolver o problema prático da convivência das diferenças, sendo também uma tentativa de resolver o problema das desigualdades sociais e regionais. Essa estrutura possibilita que o poder político seja dividido entre a União, os estados juntamente com o Distrito Federal, e os municípios, ao modo que cada uma destas esferas possui um conjunto de atribuições no âmbito da administração pública, assim como recursos capazes de assegurar o exercício dos direitos e deveres segundo o que determina a Constituição Federal.

Portanto, não se pode falar em cidadania no Brasil sem considerar a organização política do território nacional. Percebe-se, mais uma vez, a grande relevância que a Geografia Política apresenta ao debate em torno da cidadania, já que os modelos políticos territoriais compreendem o campo dessa disciplina. Conforme explica Sack (*apud* Castro, 2011, p.132), a questão dos recortes administrativos tem importância considerável para a Geografia Política já que estes revelam a territorialidade da política, são construções históricas, progressivamente elaboradas através do controle físico sobre um determinado território e do domínio simbólico partilhado por toda a sociedade local.

Ressalta-se, nesse sentido, que a atual configuração administrativa do país nem sempre existiu, mas foi estabelecida a partir de um longo processo histórico que se iniciou com a Proclamação da República em 1889, passando por uma alternância de momentos de maior ou menor centralização de poder, até culminar na promulgação da Constituição Federal de 1988, quando houve uma radicalização do federalismo brasileiro, estabelecendo maior autonomia e maiores competências aos estados e municípios (LINHARES et al, 2012).

Conforme já fora falado, a promulgação da CF de 1988 se deu num momento crucial pelo qual o país passava, já que estava saindo da ditadura militar e buscava uma abertura à

democratização entre os entes federativos. Foi somente a partir desta Constituição que os municípios garantiram autonomia política, administrativa, financeira e tributária, passando à condição de ente federativo no mesmo plano hierárquico da União e dos estados, já que até então havia certa dependência e subordinação a estes. Agora o que os diferenciam são as competências distintas estabelecidas pela Carta Magna.

Nesse sentido Linhares *et al* (2012, p.22) afirmam que:

A União tornou-se responsável pelas políticas nacionais e pela realização do esforço maior de arrecadação fiscal e de devolução de recursos, na forma das transferências obrigatórias e voluntárias. Os estados vocacionaram-se para o papel de alavancas do desenvolvimento (sustentável, em alguns casos; predatório, em outros), transferindo aos municípios ou relegando a segundo plano seu envolvimento com as políticas sociais. Os municípios, assim, tornaram-se os gestores fundamentais das políticas sociais no Brasil. (LINHARES *et al*, 2012, p.22)

Assim, cada esfera político-administrativa é responsável por atender a um conjunto de demandas sociais. Desse modo, os municípios adquiriram significativa relevância, já que passaram a ter atribuições que influenciam diretamente a vida do cidadão, obtendo acesso a maiores orçamentos e ao poder em decisão em questões que anteriormente lhe eram vedadas, além de ter adquirido legislação própria e poderes de cobrar de impostos. Pressupõe-se que uma maior autonomia dos municípios possa refletir em uma melhoria significativa na gestão dos serviços públicos, com uma melhor distribuição espacial dos serviços públicos de acordo com as necessidades da população local.

Conforme disposto no Artigo 30 da CF de 1988 são competências dos municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Destaca-se aí a responsabilidade dos municípios quanto à execução das políticas públicas de interesse local, principalmente as referentes à educação, saúde e transportes coletivos, que são competências predominantemente locais. É do governo municipal a obrigação de oferecer creches, escolas de educação infantil e de educação fundamental para a população. Somente após o atendimento de tais necessidades é que o município pode oferecer escolas de ensino médio, cuja obrigatoriedade é dos estados, e até universidades, função da União. Já no caso da saúde, são transferidos aos municípios a responsabilidade e os recursos necessários para exercerem plenamente as funções de planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação da saúde local a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja legislação é produzida em âmbito federal.

No caso dos transportes, a Constituição assegura que este tem caráter essencial aos municípios. A Lei 12.587/12 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, por meio do Art. 18 estabelece que são atribuições dos Municípios:

- I - planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
- II - prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
- III - capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município.

Outra atribuição do poder municipal que merece destaque é aquela referente ao uso do solo, na qual a administração deve produzir planos a fim de organizar o uso dos espaços na cidade, definindo, por exemplo, se uma região deve ser residencial ou comercial, além de distribuir, de modo equânime, os bens e serviços urbanos. Tais condições permitem aos municípios a possibilidade de exercerem um papel determinante como atores privilegiados no exercício das políticas públicas locais.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), criado com vistas a estabelecer as diretrizes de execução da política urbana, de que tratam os artigos 182 e 183 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), assegura que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de modo a garantir o direito a cidades sustentáveis, com o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, assim como ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Com vistas a garantir o cumprimento

de tais diretrizes, esta lei estabeleceu o Plano Diretor Municipal (PDM) como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser incorporado ao planejamento municipal. É por meio dele que a administração municipal, juntamente com a sociedade civil, estabelecerá as diretrizes do ordenamento territorial do município assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas, à qualidade de vida e à justiça social.

É, portanto, a partir dessa configuração como recorte institucionalizado importante que o tema município adquire relevância no campo da Geografia Política, explica Castro (2011). Segundo a autora, a Geografia Política vai buscar entender a territorialidade das políticas públicas e a maneira pelas quais estas impactam a vida do cidadão no âmbito local. Se a cidadania constitui-se a partir das práticas cotidianas que se dão no território, a grande importância do recorte municipal nesse debate está exatamente aí. É nessa escala que a vida do cidadão acontece, é no município que se encontram as demandas mais próximas de cada indivíduo. Enfim, é na escala local que se dá a oferta e o acesso a serviços que transformam os direitos em práticas sociais, como o acesso à saúde, educação básica e à assistência social.

Segundo Castro (2005, p.37) “na menor escala do federalismo brasileiro, o recorte municipal define uma realidade territorial, social e histórica e compõe um conjunto fortemente diferenciado que reflete as muitas desigualdades do país.” Desse modo, quando se analisa o exercício da cidadania pela esfera municipal torna-se mais fácil compreender como o fator territorial está intrinsecamente relacionado ao bem-estar do cidadão.

Primeiramente, essa compreensão torna-se fácil quando se coloca em evidência as diferenças entre as possibilidades de efetivação da cidadania entre o indivíduo do campo e aquele que vive na cidade, independente da região onde o município se localiza. Se como afirma Santos (2012), a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está, a pessoa que vive no campo já é, por tal condição, um cidadão incompleto.

Segundo o autor, na situação brasileira, até mesmo o acesso a terra para trabalhar é negado ao homem do campo. Tal questão tem se apresentado como um dos maiores problemas enfrentados por essa população, de modo que diversos conflitos violentos têm revelado a incapacidade do governo em resolvê-lo, implantando uma verdadeira reforma agrária. Além disso, negam-lhes serviços públicos essenciais como saúde, educação, água e eletricidade. De modo igual, por morar no campo, o indivíduo dispõe de menos informação e de menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes de poder, impossibilitando sua atuação na busca por melhorias na condição de vida. São essas e outras situações que tem

forçado cada vez mais essas famílias a saírem do campo rumo à cidade.

Embora o campo apresente inúmeras situações que evidenciam a relação entre disponibilidade de equipamentos e serviços públicos no território e o exercício dos direitos, é na cidade que essas diferenciações tornam-se ainda mais evidentes.

De acordo com Ana Fani Carlos (2007), a cidade consiste na dimensão concreta das relações humanas. É um produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se transforma. A autora explica que a cidade apresenta-se aos nossos olhos como uma aglomeração, sendo *lócus* da produção, concentração dos meios de produção, do capital, da mão-de-obra e também concentração de população. Desse modo, ela é também a expressão da materialização espacial das desigualdades sociais existentes na sociedade atual.

Carlos (2007) salienta que para se entender a cidade devem-se considerar dois níveis de análise: aquele do capital e o da sociedade como um todo onde o indivíduo é, antes de tudo, um cidadão com todos os direitos. É no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade que a cidade se estrutura. De um lado, está a cidade *lócus* da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo, sendo sua configuração espacial própria em função das necessidades de reprodução do capital, de modo a garantir a fluidez do ciclo de reprodução. De outro lado, a cidade é onde o cidadão realiza as suas necessidades humanas básicas enquanto ser individual e social, morando, habitando e vivendo num determinado lugar, o que supõe gestão, atividades sociais, políticas, religiosas, etc.

Nesse sentido, Corrêa (1995) explica que o espaço urbano capitalista se caracteriza como fragmentado, articulado, reflexo condicionalmente social, cheio de símbolos e campos de luta, sendo ainda um produto social, resultante de ações acumuladas através do tempo e executadas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço. Sendo estes agentes os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e também o Estado, aos quais suas ações se dão a partir da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

É através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. Todavia, essa atuação não se processa de modo socialmente neutro, mas é marcada pelos conflitos de

interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como da aliança entre eles. Sendo assim, ele tende a privilegiar os interesses das classes dominantes que, a cada momento, estão no poder. Dessa maneira, o Estado cria condições que viabilizam o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações, segregando e discriminando (CORRÊA, 1995).

Seguindo outros estudiosos da temática urbana, Terra (2007) considera que o controle do espaço urbano é exercido pelas classes dominantes, acontecendo a partir de três mecanismos: controle do mercado imobiliário, controle pela ideologia e o controle do Estado. De modo que este último acontece não só pela influência na localização dos aparelhos de Estado (prefeitura, secretarias de governo, delegacias de polícia, etc.), que tendem a acompanhar a direção do deslocamento das camadas de maior *status* socioeconômico, mas principalmente pela produção de infraestrutura (escolas, parques, hospitais, etc.). A outra forma se dá pela legislação urbanística que é produzida pelas classes de maior nível educacional e de renda. Legislação esta que nem sempre considera a cidade das classes menos abastadas.

Dessa maneira, o que resulta é um espaço marcado pela segregação, na qual a população de maior renda tende a concentrar-se nas áreas centrais, dotadas de equipamentos e serviços públicos e privados, enquanto as classes menos favorecidas permanecem nas áreas periféricas, onde ocorre a ausência de infraestrutura. Esta situação contribui significativamente para a existência de uma diferenciação nas possibilidades ao exercício da cidadania na cidade, já que a população de menor poder aquisitivo, residente nas áreas periféricas, permanece distante dos equipamentos e serviços públicos e privados.

Conforme salienta Vitte (2010) enquanto na questão social tem havido certo avanço na cidadania com a crescente aquisição de direitos; em uma perspectiva geográfica, tem havido um recuo da cidadania, demonstrada nas dificuldades de certos grupos sociais em acessar os equipamentos urbanos e de usufruir dos diferentes espaços que a cidade oferece.

3. TERRITÓRIO E CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O recorte municipal constitui um tema de grande relevância no campo da Geografia Política. Esta vai buscar entender a territorialidade das políticas públicas e a maneira pelas quais estas impactam a vida do cidadão no âmbito local. Tendo em vista que é nessa escala que a vida do cidadão acontece e onde se encontram as suas demandas mais próximas, torna-se mais fácil compreender como o fator territorial está intrinsecamente relacionado ao bem-estar do cidadão. Nesse sentido, esta parte do trabalho vai buscar refletir sobre a efetivação da cidadania em Campos dos Goytacazes a partir da análise de políticas públicas e da distribuição de serviços e equipamentos no território municipal.

Localizado ao Norte do estado do Rio de Janeiro, o município de Campos dos Goytacazes sempre teve uma posição de destaque no cenário regional e nacional graças à sua dinâmica econômica. Primeiramente por conta de sua importante indústria açucareira e, mais recentemente, por ter se tornado um dos maiores produtores de petróleo do país, passando a receber vultosas quantias de *royalties* e participação especial a partir da década de noventa do século passado. Segundo dados do InfoRoyalties², apenas em 2013 o município recebeu o valor de R\$1.303.272.971,54 proveniente dos *royalties* de petróleo juntamente com os recursos de participação especial. Condição que o coloca como o maior recebedor de *royalties* do país e o 12º maior orçamento municipal entre as mais de 5,6 mil cidades brasileiras, incluindo as capitais (FARIA e POHLMANN, 2013).

A configuração espacial da área urbana de Campos é caracterizada pela dualidade centro-periferia, sendo esta resultante de um processo no qual o poder público municipal orientou-se por realizar investimentos na área central, buscando garantir a lógica burguesa de

² InfoRoyalties: Disponível em: <<http://www.inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 28/10/2013.

desenvolvimento e progresso, e a desvalorização das demais localidades nas quais se concentrava a população pobre, com a ausência de saneamento básico, serviços e infraestruturas (FARIA, 2005). “Trata-se de uma cidade que foi estruturada espacialmente seguindo os parâmetros ditados pelo capitalismo, sendo o espaço urbano uma metáfora da desigualdade existente na sociedade”, explica Terra (2007, p.151).

Apesar do expressivo aumento das receitas com o incremento das rendas petrolíferas a partir da década de 1990, estudos recentes (TERRA, 2007; FARIA e POHLMANN, 2013; FARIA, 2005) têm demonstrado que isso não tem se revertido no acesso à cidadania no município, de modo que ao longo dos anos tem se acentuado uma concentração de investimentos públicos nas áreas onde reside a população de maior poder aquisitivo, enquanto a população pobre continua carente de serviços e infraestruturas.

Convém ressaltar que a Constituição Federal de 1988 confere ao poder municipal a tarefa de definir o uso e a ocupação da terra urbana. A CF ainda declara em seu artigo 182 que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”. Isso pressupõe que haja justiça através da garantia de direitos urbanos (acesso a habitação, transporte, educação, saúde) e a distribuição justa de benefícios através de provisão de infraestrutura. Todavia, não é isso que se percebe na realidade de Campos dos Goytacazes.

O trabalho de Terra (2007) buscou identificar as áreas que foram mais beneficiadas com os investimentos em obras públicas realizados pelas três gestões municipais no período 1993/2004³. A autora concluiu que 479 obras foram realizadas na sede do município, enquanto nos distritos o número foi de 160 investimentos. Ao analisar a localização das obras na sede municipal, Terra (2007) percebeu uma associação negativa entre volume de investimento nos grupos sócio espaciais de baixo *status* socioeconômico e volume de orçamento municipal, ao modo que quanto maior o volume de recursos disponíveis para investimento, menores são as instalações realizadas para o estrato de menor poder aquisitivo, conforme se pode compreender pela análise das tabelas abaixo:

³ Gestões/Prefeitos: 1993/96: Sérgio Mendes; 1997/00: Anthony Garotinho /Arnaldo França Vianna; 2001/04: Arnaldo França Vianna. (Todos estavam filiados ao PDT no período em que foram prefeitos).

Tabela 01 – Investimentos em obras públicas na sede do município de Campos dos Goytacazes em relação à Receita Orçamentária Municipal. (1993 – 2004)

Ano	Receita Orçamentária Valores Reais (R\$ Maio/06)	Investimento na Sede Valores Reais (R\$ Maio/06)	Percentual de Investimento em Relação à Receita Orçamentária (%)
1993	R\$ 251.618.441,13	R\$ 7.168.062,05	2.85
1994	R\$ 361.794.368,46	R\$ 13.307.762,57	3.68
1995	R\$223.722.863,57	R\$ 7.185.984,38	3.21
1996	R\$ 172.754.155,47	R\$ 6.814.701,60	3.94
1997	R\$ 196.310.966,49	R\$ 8.590.460,81	4.38
1998	R\$ 210.167.765,68	R\$6.994.851,79	3.33
1999	R\$ 265.885.825,57	R\$ 1.261.979,38	0.47
2000	R\$ 273.957.369,34	R\$ 32.070.003,77	11.71
2001	R\$ 394.341.816,02	R\$ 27.783.775,62	7.05
2002	R\$ 673.679.223,16	R\$ 9.677;602,04	1.44
2003	R\$ 566.570.734,21	R\$60;650.546,59	10.70
2004	R\$ 686.751.254,67	R\$15.053.924,30	2.19
Total	R\$ 4. 277.554.783,67	R\$ 196.559.654,91	4.60

Dados do Diário Oficial do Município. Correção pelo IGP – DI (FGV).
Fonte: Denise Terra (2007)

Tabela 02 – Padrão distributivo do investimento per capita por gestão, segundo grupos sócio-espaciais⁴. Campos dos Goytacazes, 1993 – 2004.

Grupos sócioespaciais	Gestão 1		Gestão 2		Gestão 3	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Baixo <i>status</i>	175.86	40.8	109.98	19.2	242.66	18.5
Médio Baixo <i>status</i>	104.84	24.3	99.50	17.4	324.73	24.7
Médio Alto <i>status</i>	72.60	16.8	221.33	38.7	352.68	26.8
Alto <i>status</i>	77.98	18.1	141.14	24.7	394.69	30.0
Total	431.28	100	571.95	100	1314.76	100.0

Dados do Diário Oficial do Município. Valores reajustados para maio/2006 pelo IGP – DI – FGV
Fonte: Denise Terra (2007)

Percebe-se que a primeira gestão (1993-1996), que dispunha da menor receita orçamentária foi a que mais privilegiou os grupos sócio-espaciais de menor *status* socioeconômico. Este grupo recebeu neste período aproximadamente 41% dos investimentos *per capita*. Na segunda gestão (1997-2000) o volume de investimentos *per capita* neste estrato se reduziu para 19% e na terceira gestão para 18%. A terceira gestão (2001-2004), que foi beneficiada por um significativo volume de rendas petrolíferas, destinou 30% dos investimentos *per capita* para os grupos sócio-espaciais de alto *status* socioeconômico, enquanto que a primeira gestão destinou 18,1% e a segunda, 24,7%.

Verifica-se, portanto, que o aumento da renda municipal não se constituiu em um fator determinante da eficiência na alocação dos recursos públicos municipais em favor de toda a população. Pelo contrário, a elevada receita orçamentária produziu um padrão de alocação de

⁴ A caracterização dos 4 grupos espaciais de *status* socioeconômico baixo, médio-baixo, médio-alto e alto evidencia uma tipologia de espacialização da estrutura social que permite verificar a predominância de um determinado *status* socioeconômico em cada uma das áreas. (TERRA, 2007, p.167). A autora realizou a caracterização desses grupos socioespaciais, a partir da Base de Informações por Setor Censitário – Censo Demográfico 2000, IBGE e da análise da malha digital 2001, também do IBGE, considerando assim: **Grupo espacial de baixo *status* socioeconômico:** São espaços pobres, incluindo grande parte de áreas tradicionalmente consideradas como periféricas na literatura e predominantemente de expansão urbana. 47% dos responsáveis pelos domicílios recebem até um salário mínimo e 37,5% entre um e três salários mínimos. **Grupo espacial de médio-baixo *status* socioeconômico:** São espaços de renda média, onde se concentram os chefes de domicílios que recebem entre 1 e 3 salários mínimos (37%) seguidos dos que recebem até 1 salário mínimo (34,1%). Cerca de 25% dos domicílios localizados nessas áreas têm esgotamento sanitário. **Grupo espacial de médio-alto *status* socioeconômico:** São espaços de concentração de renda média e alta e que se encontram bem dispersos, com bairros na zona norte, sul, leste e oeste da cidade. **Grupo espacial de alto *status* socioeconômico:** Estes são os espaços de concentração de renda dos responsáveis pelos domicílios que auferem renda entre 3 e 10 salários mínimos (41%), seguido por aqueles que recebem entre 1 e 3 salários mínimos (29%), os que recebem até 1 salário mínimo (17%) e mais de 10 salários mínimos (12%). Os níveis educacionais dos chefes de domicílios se concentram no intervalo de 9 a 11 anos de estudo (34%).

recursos públicos em benefício de segmentos populacionais de maior renda em detrimento daqueles de renda mais reduzida, promovendo uma maior desigualdade sócio-espacial.

Alvarenga e Pedlowiski (2010), ao analisarem a desigualdade sócio-espacial no município, constataram que a concentração de investimentos na área do “Quadrado Mágico”⁵ de Campos dos Goytacazes resultou na ocorrência de um acelerado processo de verticalização. Esta verticalização, caracterizada pela presença de edifícios de alto custo aumentou a densidade demográfica de indivíduos de alta renda, que por sua vez, passaram a atrair cada vez mais a instalação de serviços públicos e privados. Um círculo vicioso que, segundo os autores, resultou em problemas e perdas na qualidade de vida dos habitantes das regiões mais pobres da cidade.

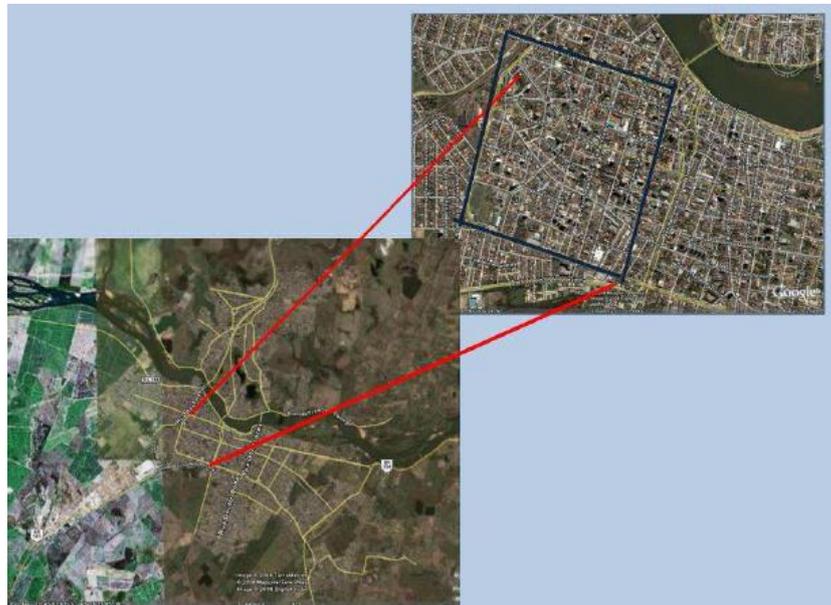


Figura 01: Mosaico em Landsat mostrando a área urbana de Campos dos Goytacazes, com detalhe para a área onde está localizada o Quadrado Mágico.
Fonte: ALVARENGA e PEDLOWSKI, (2010).

Os autores ainda ressaltam que com a concentração de serviços e comércios nessa região central, o restante da população precisa deslocar-se diariamente para ter acesso aos serviços ali existentes. Todavia, as más condições de acessibilidade, que são geradas pela falta de transporte público e de vagas para estacionamento, dificultam ou mesmo impossibilitam tais ações. Enquanto a área do “Quadrado Mágico” é dotada de serviços (04 hospitais, 15

⁵ “Quadrado Mágico” é um codinome dado pelos autores à área de aproximadamente 1,7 Km² que em seus limites inclui o centro econômico da cidade, e de onde desde a fundação de Campos ocorreu a evolução e crescimento de sua malha urbana. O codinome “Quadrado Mágico” advém do fato desta área da cidade ter sido historicamente beneficiada desde o momento em que iniciou a expansão urbana ficou inviável no centro histórico por causa de códigos legais e impedimentos estruturais.

gabinetes de órgãos públicos municipais e numerosas unidades de ensino fundamental, médio e superior, assim como diversas agências bancárias e pontos de comércio). O Parque Prazeres, bairro periférico, apresenta uma baixa densidade de estabelecimentos comerciais, inexistindo a oferta de serviços de saúde e ensino, apresentando ainda a ocorrência de esgoto a céu aberto, lixo nas calçadas e pouca arborização.

Verifica-se que essa configuração do espaço urbano da cidade está intimamente ligada às relações entre os diferentes agentes e grupos sociais. De modo que o poder público atua beneficiando as classes mais favorecidas, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais e da segregação sócio-espacial na cidade. Essa problemática determina uma diferenciação no acesso aos equipamentos e serviços pelos quais o indivíduo obtém as condições necessárias ao seu bem-estar.

Tais situações acabam por reafirmar a importância do elemento territorial na completa efetivação dos direitos da cidadania, entretanto, evidenciam também que os gestores municipais nem sempre assim o consideram.

3.1. O Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes: Em busca de uma cidade justa?

O atual Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, instituído pela Lei 7.972, de 31 de março de 2008, apresenta em seu texto como objetivo a construção de uma cidade socialmente justa, conforme estabelecido em suas diretrizes. O documento fundamenta-se nos princípios da prevalência do interesse coletivo sobre o individual; da proteção ao meio ambiente; da inclusão social, mediante ampliação da oferta de terra urbana, moradia digna, infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos, trabalho e lazer para população, segundo os princípios da acessibilidade urbana, do desenvolvimento sustentável, da universalização da política urbana e da função social da propriedade; do desenvolvimento econômico, segundo os princípios da sustentabilidade ambiental e de acordo com os interesses do desenvolvimento social e, por fim; da gestão integrada e compartilhada do desenvolvimento do município orientada pelas atividades de planejamento urbano.

Entre os objetivos gerais definidos para o desenvolvimento de Campos destaca-se aquele referente à qualificação do município por meio do oferecimento de condições de conforto ambiental, lazer e instrumentos urbanos adequados visando o aumento contínuo da qualidade de vida dos munícipes, e ainda o favorecimento do acesso à terra, à habitação, aos

serviços urbanos e aos equipamentos públicos para toda a população de Campos dos Goytacazes de maneira igualitária.

Assim, visando atender aos objetivos dispostos, foram definidas estratégias de desenvolvimento para o município, que foram divididas em diversas áreas. A fim de contribuir com o debate proposto neste trabalho, nos atentaremos a apenas quatro delas: Cidadania e Inclusão Social; Qualidade Ambiental e Crescimento Urbano; Habitação e Construção da Cidade e; Planejamento e Gestão Transparente e Participativa.

No capítulo referente à Cidadania e Inclusão Social são citadas as implementações de políticas públicas voltadas para a promoção social, a cultura, a educação o esporte e lazer, a saúde, o transporte, a segurança pública, a defesa civil, a habitação e o saneamento. Todas elas visando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos da sociedade. Assim, de modo mais específico, são dispostas algumas medidas tais como o fortalecimento e integração dos conselhos municipais da área social; a promoção de ações educativas nas instituições de ensino e comunidades urbanas, que incluam matérias de interesse para a formação da cidadania e a ampliação qualitativa e quantitativa da rede municipal de ensino de modo a equiparar as oportunidades de acesso à escola, incluindo a oferta de vagas para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contempla-se ainda a democratização da cultura, levando-a ao interior do Município e à periferia, além da realização de atividades esportivas nos espaços públicos, parques e praças, de cada bairro ou distrito.

Na área da saúde são apontadas medidas como a descentralização dos serviços com a implantação dos Distritos Sanitários e do atendimento Postos 24 horas e a ampliação da oferta de serviços hospitalares, ambulatoriais e de diagnóstico, de modo a atender à demanda reprimida nos bairros e distritos. Para as políticas de saneamento ambiental são previstas medidas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, tudo isso de modo articulado às políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, o Plano ainda prevê medidas de controle das enchentes e seus efeitos, promovendo, inclusive, ações de remoção da população moradora de áreas de riscos.

No capítulo que discute as ações para o Desenvolvimento Urbano e a Qualidade Ambiental destaca-se a estratégia geral que visa a promoção do crescimento da sede municipal e dos núcleos urbanos distritais, que segundo o Plano, deve se dar de forma

ambientalmente sustentável e socialmente justa, mediante a adequada estruturação da cidade e distribuição das atividades urbanas, a valorização do patrimônio natural e cultural, a qualificação dos espaços e dos serviços urbanos e o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão da cidade.

No Artigo 80 que trata das diretrizes estratégicas para a orientação da expansão urbana estão elencadas as seguintes medidas:

- I - A distribuição dos benefícios físicos e sociais gerados pelo crescimento da cidade, a todos os cidadãos;
- II - A revisão dos limites das áreas urbanas e de expansão urbana, considerando o potencial de cada região do Município, a dinâmica dos núcleos urbanos e as características ambientais locais;
- III - O condicionamento da expansão urbana à oferta de infraestrutura, à preservação ambiental e às demandas reais por ocupação de novos espaços;
- IV - O incentivo à criação de novas centralidades na sede municipal e nas áreas conurbadas, rompendo a dualidade centro-periferia;
- V - O impedimento à ocupação de áreas frágeis, principalmente aquelas sujeitas a enchentes e desmoronamentos e que apresentam riscos à população;
- VI - A regulamentação das condições de uso e ocupação do solo das áreas situadas fora dos perímetros urbanos, quanto à instalação de atividades industriais e de serviços.

Ainda em relação às ações para o Desenvolvimento Urbano e a Qualidade Ambiental, convém destacar a estratégia específica de qualificação dos espaços públicos e privados e de melhoria dos serviços urbanos prestados à população. Segundo o Plano, tal estratégia tem como diretrizes o fomento as novas formas de atratividade turística e de lazer no Município, a implementação de equipamentos turísticos, culturais e de lazer, em parques, praças e áreas verdes, associada à melhoria de facilidades urbanas e ao estímulo à instalação de atividades que conciliem a utilização pública e a preservação ambiental, segundo os princípios de sustentabilidade e, por fim, a ampliação de áreas arborizadas e de amenização urbana nos logradouros, para melhorar o conforto ambiental dos espaços públicos.

Quanto às políticas para Habitação e Construção da Cidade, o Plano prevê, como estratégia geral, a promoção do desenvolvimento de espaços urbanos sem segregação, partilhando os benefícios econômico-sociais e promovendo o acesso à terra e à moradia digna e sustentável a todos os cidadãos.

Especificamente à consecução da Política Habitacional constata-se aquilo já previsto no Estatuto da Cidade, a ênfase na habitação de interesse social. De acordo com o Plano, os programas de política habitacional devem ser atendidos por infraestrutura, serviços urbanos e

equipamentos sociais básicos e deverão permitir a acessibilidade universal às edificações, conforme prevê a legislação federal que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência.

Ainda nessa área, a fim de ampliar a oferta de habitação social, o PDM prevê diretrizes como a execução de novos loteamentos e habitações de interesse social no Distrito Sede, nas demais sedes distritais e nos núcleos urbanos situados no meio rural; o provimento de infraestrutura, meios de transporte e equipamentos sociais na implantação de novos empreendimentos habitacionais; a ampliação do acesso ao financiamento da habitação de interesse social para populações de baixa renda.

Por fim, no capítulo referente ao Planejamento e Gestão Transparente e Participativa o Município adota como estratégia geral promover a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas, garantindo o pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido, o Plano prevê oportunidades para a atuação direta do cidadão mediante o fortalecimento dos Conselhos existentes e a criação de novos conselhos, assim como a realização de debates, consultas e audiências públicas e de conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal, além do fortalecimento de iniciativas populares para apresentação de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Quanto as Áreas Urbanas, o PDM estabelece o controle do parcelamento, para evitar o espraiamento da malha urbana e conseqüente necessidade de ampliação de infraestrutura e serviços urbanos em áreas de ocupação rarefeita; o estímulo ao adensamento nas áreas com maior capacidade de suporte da infraestrutura física e social; o condicionamento da ocupação das áreas de expansão urbana ao provimento de infraestrutura física e social; a aplicação de instrumentos da política urbana para indução, controle e regularização do desenvolvimento urbano e, por fim; a restrição ao uso e ocupação nas áreas de preservação ambiental, localizadas dentro dos perímetros urbanos.

A partir do exposto, percebe-se que as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor para o desenvolvimento urbano de Campos buscam um enquadramento naquilo que é instituído pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, que determinam que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. De acordo com a Constituição, a função social da cidade e da propriedade tem dois componentes básicos: justiça através da garantia de direitos urbanos (acesso a habitação, transporte, educação, saúde) e a distribuição justa de benefícios através

de provisão de infraestrutura. Questiona-se, no entanto, se na prática tais diretrizes estão sendo seguidas na busca pela justiça social e territorial.

3.2. A distribuição de serviços e equipamentos em Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes possui uma população total de 463.731 habitantes, de acordo com o Censo de 2010, de modo que 418.725 estão nas áreas consideradas urbanas e 45.006 nas áreas rurais. Com uma área total de 4.026.696 km², Campos dos Goytacazes é o maior município em maior extensão territorial do estado do Rio de Janeiro. O seu território é dividido em 13 distritos: sendo eles: Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro, Santo Eduardo, São Sebastião, Serrinha, Tocos, Travessão, Vila Nova de Campos, mais o distrito sede.

Conforme revelam os dados do IBGE (2010) na tabela 03, o distrito sede concentra quase 80% da população do município. Os distritos de Travessão, São Sebastião e Mussurepe também se destacam pela concentração populacional em relação aos demais, todavia, juntos chegam a apenas de 10% do total da população do município. A maioria dos distritos não alcança nem mesmo 10 mil habitantes. No caso de Serrinha, sua população é de um pouco mais de mil pessoas.

Tabela 03: Distribuição da população por distrito – Campos dos Goytacazes - 2010.

Distrito	População	%
Campos dos Goytacazes - Sede	360.669	77.77
Travessão	24.058	5.18
São Sebastião	14.577	3.14
Musserepe	11.937	2.53
Dores de Macabu	8.579	1.84
Tocos	8.164	1.76
Santo Amaro de Campos	7.953	1.71
Vila Nova de Campos	6.297	1.35
Santo Eduardo	4.820	1.03
Morro do Coco	4.683	1.00
Santa Maria	4.009	0.86
Morangaba	3.790	0.81
Ibitioca	3.002	0.64
Serrinha	1.193	0.25
Campos (Município)	463.731	100

Fonte: IBGE (2010)
Elaboração do autor

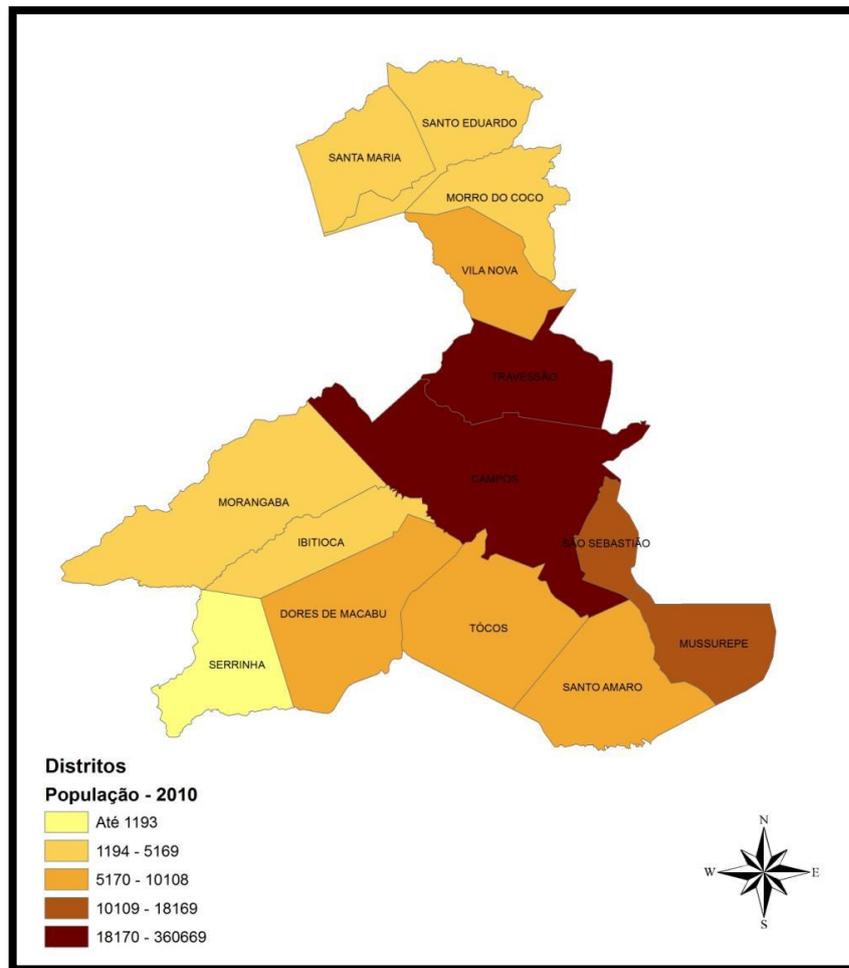


Figura 2: Mapa da distribuição da população de Campos dos Goytacazes por distritos
 Fonte: CIDAC – IBGE 2010

Analisamos como é feita a distribuição de alguns serviços e equipamentos urbanos de acordo com os distritos municipais, sendo o abastecimento de água, a coleta de lixo, as creches, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os dados foram obtidos no Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC), instituição pública municipal responsável por produzir, gerenciar, e divulgar informações produzidas sobre o município.

Em relação ao abastecimento de água em Campos dos Goytacazes, o serviço apresenta-se bastante concentrado territorialmente. A partir da tabela 04 é possível constatar que mais de 37 mil domicílios não são atendidos pela rede de abastecimento do município. Os dados evidenciam que apenas os distritos de Tocos, Santo Amaro e a sede municipal possuem número significativo de casas atendidas pelo serviço. Destacam-se negativamente os distritos de Ibitioca, Morro do Coco e Travessão com menos de 20% de seus domicílios

contemplados. Já o distrito de Serrinha não possui sequer um domicílio ligado à rede de abastecimento de água, evidenciando a má distribuição do serviço no município e o descaso com a população que vive distante da sede.

Convêm ressaltar que a maioria da população que não é abastecida pela rede geral apresenta condições precárias de consumo, obtendo água a partir de carros-pipa, poços, nascentes, água da chuva armazenada em cisternas e até mesmo rios e açudes. Portanto, meios inadequados para consumo, já que não apresentam tratamento e controle de qualidade.

Essa situação representa um risco à saúde dos munícipes que consomem esse tipo de água, com o surgimento de doenças como cólera, leptospirose e diarreia infecciosa, o que também contribui para o aumento da demanda por serviços de saúde.

Tabela 04: Domicílios com cobertura pela rede de abastecimento de água por distritos – Campos dos Goytacazes - 2010

Distrito	Total Domicílios	Cobertura pela Rede		Sem cobertura	
		Domicílios	%	Domicílios	%
Campos - Sede	110.593	93.593	84.62	17.000	15.38
Dores de Macabu	2.570	619	24.08	1.951	75.92
Ibitioca	860	31	3.60	829	96.40
Morangaba	1.111	266	23.94	845	76.06
Morro do Coko	1.451	252	17.36	1.199	82.64
Musserepe	3.869	1.240	32.04	2.629	67.96
Santa Maria	1.297	729	56.20	568	43.80
Santo Amaro	2.656	1.844	69.42	812	30.58
Santo Eduardo	1.639	980	59.79	659	40.21
São Sebastião	4.527	1.568	34.63	2.959	65.37
Serrinha	389	--	0	389	100
Tocos	2.516	2.116	84.10	400	15.90
Travessão	7.018	1.288	18.35	5.730	81.65
Vila Nova	1.920	797	41.51	1.123	58.49
Total	142.416	105.323	73.95	37.093	26.04

Fonte: CIDAC – IBGE 2010
Elaborado pelo autor

Quanto ao serviço de coleta de lixo, este também apresenta grandes deficiências no atendimento à população dos distritos do município. Conforme mostra a tabela 05, enquanto o distrito sede possui mais de 95% dos domicílios atendidos pelo serviço, no distrito de Serrinha apenas 7% das casas são contempladas. Quando se observa a relação de domicílios que não têm o lixo coletado, do total de 14.356 não atendidas, mais de 10 mil casas são dos distritos. O que mais uma vez evidencia a carência de atendimento da população que vive fora da sede municipal.

Tal situação também acarreta riscos para essa população, pois o lixo que não é recolhido é queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, rio, lagos, ou no mar, possibilitando a proliferação de vetores, poluição do ar, concentração de urubus, contaminação dos solos e do lençol freático resultando no aumento dos riscos à saúde dos moradores.

Tabela 05: Domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo por distritos – Campos dos Goytacazes - 2010

Distrito	Total	Coletado		Não Coletado*	
		Domicílios	%	Domicílios	%
Campos - Sede	87.100	83.030	95.33	4.070	4.67
Dores de Macabu	1.945	924	47.51	1.021	52.49
Ibitioca	788	309	39.21	479	60.78
Morangaba	805	79	9.81	726	90.18
Morro do Coco	1.246	772	61.96	474	38.04
Musserepe	2.966	2.211	74.54	755	25.45
Santa Maria	1.199	644	53.71	555	46.28
Santo Amaro	2.167	1.105	50.99	1.062	49.00
Santo Eduardo	1.291	593	45.93	698	54.06
São Sebastião	3.911	2.533	64.77	1.378	35.23
Serrinha	353	26	7.37	327	92.63
Tocos	2.140	1.591	74.35	549	24.65
Travessão	4.722	3.155	66.81	1.567	33.18
Vila Nova	1.404	709	50.50	695	49.50
Total	112.037	97.681	87.19	14.356	12.81

Fonte: CIDAC – IBGE 2010
Elaborado pelo autor

O atendimento à educação infantil compreende uma das funções exclusivas dos municípios de acordo com a Constituição Federal (1988). Logo, é imprescindível a existência de creches para oferecer esse serviço à população.

Segundo dados do CIDAC, em Campos dos Goytacazes há um total de 83 creches distribuídas por todos os distritos. Destaca-se mais uma vez a concentração dos equipamentos na sede municipal, onde estão 54 deles. Nos distritos estão outras 29.

Tabela 06: Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – Creches Municipais - 2014

Distritos	Quantidade
Campos dos Goytacazes - Sede	54
Dores de Macabu	1
Ibitioca	1
Morangaba	3
Morro do Coco	1
Mussurepe	2
Santa Maria	1
Santo Amaro de Campos	1
Santo Eduardo	2
São Sebastião de Campos	5
Serrinha	1
Tocos	1
Travessão	4
Vila Nova de Campos	2
Total	83

Fonte: CIDAC (2014)
Elaborado pelo autor

Diferente das creches, a maioria das escolas municipais de Campos não está na sede municipal, embora lá ainda tenha a maior concentração em relação aos demais distritos. As escolas municipais atendem majoritariamente o ensino fundamental, função também atribuída aos municípios. A tabela 07 mostra que enquanto na sede há 66 escolas municipais, nos demais distritos estão 96 delas. Tal distribuição evidencia maior possibilidade de atender à população que necessita do serviço.

Ressalta-se, no entanto, que a existência de escolas não representa um sistema de ensino adequado e de qualidade. Dados do IDEB⁶ revelam que o município de Campos dos Goytacazes está em último lugar no ranking de avaliação das escolas do estado do Rio de Janeiro. Além disso, conforme dados do IBGE, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 6,5%. Na área urbana, a taxa era de 5,5% e na zona rural era de 15,7%.

Em 2010, 48,63% dos alunos entre 6 e 14 anos de Campos dos Goytacazes estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Já entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 24,71% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Situação que evidencia a necessidade de investimentos no setor.

⁶ IDEB: Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21/04/2014.

Tabela 07: Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – Escolas Municipais

Distritos	Quantidade
Campos dos Goytacazes - Sede	66
Dores de Macabu	7
Ibitioca	4
Morangaba	12
Morro do Coco	5
Mussurepe	8
Santa Maria	5
Santo Amaro de Campos	8
Santo Eduardo	9
São Sebastião de Campos	11
Serrinha	2
Tocos	6
Travessão	17
Vila Nova de Campos	2
Total	162

Fonte: CIDAC (2014)
Elaborado pelo autor

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são locais de atendimentos básicos à necessidades de Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos pelas UBS são consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. Conforme mostra a tabela 08, na sede do município estão concentradas 33 das UBS, enquanto os distritos contam com 38. No entanto, atualmente estão em construção outras 13 unidades, todas na sede do município.

Tabela 08: Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos - UBS

Distritos	Quantidade
Campos dos Goytacazes - Sede	33
Dores de Macabu	3
Ibitioca	1
Morangaba	4
Morro do Coco	2
Mussurepe	4
Santa Maria	2
Santo Amaro de Campos	5
Santo Eduardo	2
São Sebastião de Campos	5
Serrinha	1
Tocos	2
Travessão	5
Vila Nova de Campos	2
Total	71

Fonte: CIDAC (2014)
Elaborado pelo autor

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. Um dos princípios que definem a necessidade de instalação e existência de uma unidade do CRAS é exatamente o territorial. O que se busca é justamente a democratização do acesso aos serviços de assistência social. Entretanto, não se leva em conta apenas a quantidade da população a ser atendida, mas sim as suas características e necessidades, privilegiando as famílias com maior vulnerabilidade social.

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social⁷, o CRAS constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social. Ele desempenha papel central no território onde se localiza ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço físico deve ser compatível com o trabalho social com famílias que vivem no seu território de abrangência e conta com uma equipe profissional de referência. É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais intra-urbanas e a importância presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades.

Os CRAS prestam serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações sócio assistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.

Embora na análise de distribuição desse tipo de equipamento não se deve considerar meramente a condicionante espacial sem analisar as demandas da população atendida, no município de Campos percebe-se a ausência de unidades do CRAS em 11 dos 14 distritos. Tendo em vista que a população dos distritos apresenta, em grande medida, vulnerabilidade social, pois conforme alguns dados aqui relatados, tal população sofre com a ausência de

⁷ CRAS/MDS: Disponível em <www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional> Acesso em: 14/03/14.

diversos serviços, inclusive os de saneamento básico, depreende-se, que grande parte da população que necessita, não possui cobertura dos serviços de assistência social.

Tabela 09: Distribuição dos Equipamentos Públicos por distritos em Campos dos Goytacazes – CRAS

Distritos	Quantidade
Campos dos Goytacazes - Sede	10
Dores de Macabu	0
Ibitioca	0
Morangaba	0
Morro do Coco	1
Mussurepe	0
Santa Maria	0
Santo Amaro de Campos	0
Santo Eduardo	0
São Sebastião de Campos	0
Serrinha	0
Tocos	0
Travessão	1
Vila Nova de Campos	0
Total	12

Fonte: CIDAC (2014)
Elaborado pelo autor

Tais situações aqui evidenciadas possibilitam compreender que as desigualdades na disponibilização de equipamentos e serviços no território se convertem em um complicador para a população, dificultando a sua realização plena enquanto cidadão. Portanto, necessita-se que os gestores públicos atentem-se a tais fatores, buscando oferecer as políticas públicas a toda a população, independente do local em que estejam.

3.3. O município como escala política: possibilidades e desafios ao alcance da cidadania

Tendo em vista que o Estado, nas suas diferentes escalas, é um dos principais agentes que condicionam a realidade desigual vivida pelo cidadão, considera-se a necessidade de haver uma mudança na sua atuação ao modo que deixe de beneficiar determinados segmentos sociais e passe a olhar para a população em seu conjunto. Consideramos que para proporcionar qualidade de vida para toda a população é necessário que se efetivem políticas públicas objetivas que atendam o cidadão em sua totalidade, atribuindo-lhe dignidade, sem

haver discriminação pela sua condição cultural, econômica e social e, portanto, sem desconsiderar o lugar em que ele vive.

Essa necessidade de mudanças na atuação do poder público coloca tal questão no plano político, haja vista que a escolha dos gestores municipais, assim como as regras de sua atuação são frutos de decisões políticas a partir do sistema político-eleitoral que caracteriza a nossa democracia. Voltamos, portanto, para aquilo que aqui já foi discutido, que a cidadania é, sobretudo, uma questão de poder. Ela é essencialmente política.

A efetivação dos direitos num território, com a provisão de políticas públicas e a disponibilidade de equipamentos e serviços dependem, em grande medida, das ações daqueles que foram escolhidos pela população por meio do voto direto, pois fazemos parte de um Estado Democrático de Direito no qual todo o poder emana do povo que o exerce pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto ou diretamente, conforme assegura a Constituição (BRASIL, 1988).

É na participação nos rumos de sua comunidade, que o cidadão atua politicamente. Essa participação pode acontecer nas diversas instâncias que perpassam as suas vivências, inclusive nas esferas formais do Estado, às quais estamos dando enfoque neste trabalho. Assim, uma das possibilidades de atuação se dá a partir do sistema eleitoral. Por ele o cidadão tem as condições de influenciar nas decisões, podendo escolher, entre as possibilidades apresentadas, aquela que melhor atende as expectativas e interesses coletivos, e dessa maneira, ajudar a promover o bem-estar da comunidade da qual ele é membro.

Castro (2005) afirma que o município é o recorte territorial que expressa a institucionalidade da política mais próxima do cidadão, e além de ser continente dos interesses e das relações da sociedade local e também espaço de disputas de interesses que são territorializados. Nele podem se desenvolver os fundamentos para o fortalecimento da democracia com a efetiva participação social no desenvolvimento local. Todavia, o município também pode ser o espaço de controle e de domínio político de oligarquias conservadoras com suas estratégias de resistências às transformações necessárias para uma maior justiça distributiva.

Nesse sentido, além de ser o recorte administrativo responsável por prover as políticas sociais que condicionam a prática da cidadania, o município é também uma escala política, um território político por excelência, onde são eleitos vereadores e prefeitos os quais suas ações geram consequências para o território e, conseqüentemente para a sociedade local. Essa condição de espaço político por excelência é outro fator que coloca o município no campo de análise da Geografia Política (CASTRO, 2011).

Do mesmo modo, o comportamento eleitoral constitui outro campo de interesse da Geografia Política, estando mais especificamente no campo da Geografia Eleitoral. Segundo a autora, em toda disputa política há interesses vinculados aos territórios onde os atores sociais habitam, trabalham, produzem riquezas e lutam para se apropriar de parte dela. Logo, a decisão do eleitor pode ter razões que estejam relacionadas às suas condições de vida, ao seu lugar de vivência.

De acordo com Castro (2011, p.161), o espaço pode afetar o comportamento eleitoral partindo de efeitos como: votos “dos amigos e vizinhos, que faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência” ou “identidades religiosas ou étnicas”; a “proteção local” define os votos de acordo com temas interessantes para determinados territórios; os efeitos da “campanha eleitoral” dependem das estratégias dos partidos e candidatos e; o “efeito vizinhança” explica a concentração de votos em áreas mais homogêneas onde são mais fortes em seus bastidores e há segmentos sociais dominantes, como classes trabalhadoras, etnias ou elites, por exemplos.

Considerando que a sociedade e, conseqüentemente, o território, são constituídos por agentes sociais com interesses diversos e com projetos de sociedades antagônicos, o sistema eleitoral viabiliza a relação entre a sociedade e seus representantes (ZANFOLIN, 2006), de modo que por meio do voto o cidadão vai escolher aquele que vai lhe representar e defender suas demandas e interesses. Logo se pressupõe que o perfil dos representantes esteja relacionado ao perfil dos representados, com os mesmos valores e interesses. Todavia isso nem sempre acontece mediante ações que constituem entraves a uma efetiva representação, como o clientelismo e a compra de votos.

Nessa perspectiva, considerando a questão política no município de Campos dos Goytacazes, quando se analisa a composição da Câmara de Vereadores na atual gestão – 2013/2017, percebe-se uma divergência entre o perfil dos representantes e o perfil dos eleitores quanto ao acesso ao ensino formal, como pode ser visualizado na comparação das tabelas 10 e 11.

**Tabela 10: Perfil dos eleitores segundo o grau de instrução
(Eleição 2012)**

Grau de Instrução	Quantidade	%
Superior Completo	10.772	3
Superior Incompleto	10.140	3
Ensino Médio Completo	47.732	14
Ensino Médio Incompleto	68.134	20
Ens. Fund. Completo	23.976	6
Ens. Fund. Incompleto	110.792	32
Lê e escreve	58.712	17
Analfabeto	13.304	4
Não Informado	804	0.2
Total	344.366	100

Dados: TSE (Eleições 2012)

Elaborado pelo autor

**Tabela 11 – Perfil dos vereadores segundo o grau de instrução
(Eleição para o pleito 2013 – 2016)**

Grau de Instrução	Quantidade	%
Superior Completo	11	44
Superior Incompleto	01	04
Ensino Médio Completo	08	32
Ens. Médio Incompleto	--	--
Ens. Fund. Completo	03	12
Ens. Fund. Incompleto	02	08
Total	25	100

Dados: TSE (Eleições 2012)

Elaborado pelo autor

A partir da análise dos dados, constata-se uma clara diferença entre o grau de formação dos representantes e dos eleitores. Enquanto a maior parte dos legisladores possui grau superior completo (44%), sendo eles advogados, médicos, jornalistas, entre outros; no caso dos eleitores esse grupo representa apenas 3% do total. Já o segundo maior grupo dos vereadores é composto por aqueles que completaram o Ensino Médio (32%), todavia, o número de eleitores com esse perfil não chega à metade (13%). Do mesmo modo, enquanto o maior grupo entre os eleitores é formado por aqueles que não completaram o Ensino Fundamental (32%) constituindo um total de 110.792 pessoas, na Câmara Municipal há apenas 2 vereadores com esse perfil, representando 8% da composição do legislativo.

Embora esta não seja a única variável a ser considerada nas relações entre os representantes políticos e os representados, considera-se que o grau de instrução do indivíduo muito tem a ver com a situação econômica, social e política ocupada por tais grupos, de modo que historicamente no Brasil, em grande medida, as pessoas que tiveram acesso ao ensino superior foram aquelas com melhores condições financeiras, depreendendo-se assim que há uma discrepância entre o perfil da população e do legislativo campista. Situação que pode explicar, muitas das vezes, a não priorização das principais demandas da população pelos vereadores e na falta de políticas públicas adequadas para atendê-las. Isso vai ao encontro do pensamento de Santos (2012). Segundo ele, a questão da representatividade é crucial para as democracias, todavia, é por suas distorções que a vontade popular se desfigura.

Ainda no âmbito da questão representativa, a depender dos valores e dos interesses dos representantes eleitos, sua atuação pode ocorrer de forma segmentada, com a aprovação de medidas direcionadas ao beneficiamento de grupos específicos e sempre relacionados à sua base política. Nesse sentido, uma breve análise da atuação dos vereadores de Campos evidencia que muitos deles, em certa proporção, agem em benefícios a determinados grupos, seja por afinidades religiosas ou territoriais.

Um dos principais aspectos que evidenciam a territorialidade da política é a atuação dos vereadores direcionadas àquelas áreas consideradas os seus redutos eleitorais, locais onde eles apresentam maior facilidade de obter votos.

Na Câmara de Campos isso também é recorrente. Especificamente no caso de Jorge Magal que já atua como vereador pelo quarto mandato, suas ações beneficiam, em grande parte, o subdistrito de Guarus, local onde ele reside e tem sua base eleitoral. Isso fica nítido na descrição do seu perfil no site da Câmara Municipal⁸:

Como aliado forte, o Vereador Magal, ajuda e é ajudado, conseguindo grandes melhoramentos para os bairros, distritos, e em **especial Guarus**, como postos de saúde, creches, ambulâncias, pavimentação, saneamento de diversas ruas e avenidas, hoje com moderno sistema de iluminação. Reestruturando o **Centro Social de Atendimento a Comunidade de Guarus** e adjacências. [...] contribui com indicações legislativas de grande alcance social, entre elas o **Hospital Geral de Guarus** e a **Vila Olímpica do Parque Guarus**. (Site da CMCG)

⁸ A página está disponível em: <<http://www.camaracampos.rj.gov.br/tp-vereadores/jorge-magal/>>
Acesso em 12/12/2013.

Nesse caso, fica evidente que a atuação do referido vereador é voltada em grande parte para uma área específica da cidade. Sua atividade enquanto representante político impacta diretamente uma área do território, especificamente o subdistrito de Guarus.

Conforme salienta Castro, (2011), se é no município que se dá o fortalecimento da democracia representativa, é nele, também, que se tem visibilidade os redutos do clientelismo, do populismo e das oligarquias. A realidade política de Campos dos Goytacazes também demonstra tais ocorrências.

O município que atualmente tem grande parte de sua riqueza proveniente dos *royalties* de petróleo tem ainda forte ligação com as tradições conservadoras do seu passado rural, baseado nos latifúndios de cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com Crizostomo (2011), historicamente os grandes latifundiários se mantiveram como figuras decisórias na política local, de modo que a população menos favorecida não tinha voz nos processos eleitorais. Foi somente a partir de 1950 que houve uma lenta inserção das massas na política local. Todavia, tal inserção se deu mediante associação às elites dominantes, fato que se repete ainda hoje. A autora ainda salienta que o dinheiro proveniente dos *royalties* do petróleo é utilizado muitas vezes como forma de interferir no resultado das eleições via compra de votos, troca de favores, favorecimentos a determinados grupos, além de outras manifestações de corrupção, apropriação indébita e desvios de verbas.

Santos (2007) define o clientelismo como o movimento que confunde o ato de votar com a afinidade pessoal, sendo esta diretamente criada por motivos de gratidão ou interesse, sobretudo, mas também por outras razões, como as afinidades éticas, estéticas e gremiais. No município de Campos esse tipo de ação adquire aspectos bastante peculiares, revela o autor, ao modo que parte dos políticos mantém centros sociais de assistência que são utilizados como máquinas políticas a fim de angariar votos nas eleições. Muitos desses centros são mantidos à custa do dinheiro público.

Estudos de Souza (2004), referentes ao período de 1997 a 2000, sustentam que vários vereadores do município montaram diferentes máquinas políticas que prestam serviços à população em troca de votos. Nildo Nunes Cardoso, à época vereador e hoje atuando pelo terceiro mandato é um dos exemplos dos que atuam com esse tipo de atividade. No período em que o estudo foi desenvolvido, o referido vereador mantinha uma grande estrutura de atendimento à população carente, conforme saliente Souza (2004, p.103):

A lista de serviços que o parlamentar é capaz de oferecer é extensa: estrutura para festas, como palanques, som e iluminação; escola de futebol para 600 crianças; grupo da terceira idade freqüentado por mais de 80 idosos; ônibus comunitário e até um

“caminhão fossa” que atende, segundo o vereador, 14 residências por dia. (SOUZA, 2004, p.103)

Esse tipo de ocorrência apresenta-se como um entrave ao desenvolvimento da democracia e à efetivação da cidadania, haja vista que distorce a orientação eleitoral, suprimindo a vontade individual e, portando, afastando a sociedade da possibilidade de uma autêntica representação (SANTOS, 2012). O que resulta é o desconforto com a ausência de representação e o descontentamento com os políticos e a política. Ao mesmo tempo, geram-se soluções individuais e imediatas de problemas utilizando-se da máquina pública, entretanto, associada a uma figura política, ou seja, a personificação da política e a manutenção dos mesmos políticos no poder.

As situações aqui evidenciadas demonstram que, embora a descentralização administrativa tenha outorgado aos municípios maiores meios e possibilidade de gestão de políticas públicas, tem havido uma dificuldade na concretização dos direitos que condicionam uma vida digna aos cidadãos. Além disso, há um distanciamento entre os representantes eleitos e a população que, somado a ações clientelistas, acaba afastando os cidadãos das instituições democráticas. Evidencia-se que a simples participação do cidadão pelo voto nas eleições é um mecanismo limitado na busca por uma completa cidadania.

4. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO POSSIBILIDADE AO ALCANCE DA CIDADANIA

O descompasso entre os reais anseios da população e a ação do Estado confirma a necessidade de haver mudanças nas formas de relacionamento entre esses dois segmentos sociais. Consideramos ser necessário que os cidadãos deixem de agir passivamente frente às incapacidades da administração pública e constituam-se como atores sociais na construção e efetivação dos seus direitos. Diante de tais pressupostos, nesta parte do trabalho discutiremos como a participação política da sociedade mediante os mecanismos e instituições formais pode possibilitar o alcance da cidadania.

Conforme explicam Gorczewski e Martin (2011), muitas pessoas consideram que a cidadania está definida exclusivamente no atendimento aos direitos individuais pelo Estado, esquecendo-se de seus próprios deveres e de sua responsabilidade na participação política, no exercício de sua liberdade e na obrigação para com os demais cidadãos. Embora, historicamente, a sociedade tenha conquistado diversos direitos que garantam a dignidade humana, ainda é necessário que se busque, constantemente, a concretização e a ampliação dos mesmos. Nesse sentido, os autores asseveram que a cidadania plena não é dada gratuitamente, mas é alcançada pela participação, pela luta e pelo empenho dos próprios indivíduos interessados. É a participação política que transforma o indivíduo em cidadão, lhe dando a possibilidade de determinar sua própria sorte, de participar do poder, de fazer as leis e também de obedecê-las.

Compreende-se, portanto, que a efetivação e ampliação dos direitos da cidadania exigem que o cidadão esteja constantemente integrado aos espaços onde são tomadas as decisões que afetam a sua vida. O que significa que essa participação não deve ser esporádica, limitada ao voto nas eleições. Embora este se constitua como um dos principais momentos de

exercício da cidadania política, a Constituição de 1988 possibilitou que o cidadão pudesse participar de forma direta nas decisões que afetam a sua coletividade.

Embora pouco seja falado, alguns dos principais mecanismos de participação direta em âmbito nacional estão listados no Art. 14 da CF/1988, quando afirma que a soberania popular pode ser exercida, inclusive, mediante plebiscitos, referendos e iniciativa popular.

O Artigo 2º da Lei nº 9.709/98 que regulamenta a execução de tais dispostos afirma que “plebiscito e referendo são consultas formulares ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.” De modo que, o plebiscito é convocado anteriormente à decisão do legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o projeto que lhe tenha sido submetido. Já o referendo é convocado após o ato legislativo ou administrativo, devendo o povo votar pela ratificação ou rejeição do que lhe é proposto.

A Iniciativa Popular, por sua vez, é o direito assegurado a um conjunto de cidadãos de apresentar projetos de lei tanto na esfera nacional (art. 61, § 2º), estadual (art. 27, § 4º) ou municipal (art. 29, XIII). As condições para o exercício desse direito variam de acordo com os dispositivos constitucionais e os preceitos legais, de modo que no plano federal, por exemplo, a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei assinado por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por não menos que cinco Estados, com no mínimo três décimos da porcentagem dos eleitores de cada um deles.

Outra forma de aproximação entre o cidadão e a Administração Pública prevista na Constituinte é a realização de audiências públicas com setores da sociedade civil pelas Comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, conforme § 2º do artigo 58, constituindo importante instrumento para a democratização do Estado. Por meio destas audiências os diversos setores da sociedade podem fazer colocações nas deliberações que envolvam temas relativos a eles.

Esse processo de incentivo à participação na década de 1980 se deu ao mesmo tempo em que ocorria a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro, com o fortalecimento da esfera local. A nova legislação possibilitou uma nova relação entre o governo e a sociedade civil local, já que a própria população passou a ter possibilidades de participar da criação e fiscalização das políticas pública. “Isto tornou o território do município uma arena concreta na qual a sociedade local adquire cada vez mais visibilidade como ator com interesses e instrumentos para atingi-los” (CASTRO, 2005, p.43).

Assim, os artigos da CF (1988) referentes às políticas sociais abriram diversas possibilidades para a inserção da sociedade na sua implantação, gestão e fiscalização. O Artigo 187 concernente à política agrícola garante que esta deve ser planejada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes. Por sua vez, a gestão das políticas de Seguridade Social, se dará pelo “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”, conforme estabelece o inciso VII do Artigo 194. Já o Artigo 198, sobre a gestão da Saúde, afirma no inciso III que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser gerido com a “participação da comunidade”. Do mesmo modo, as políticas de Assistência Social (Art. 204), Cultura (Art. 216) e Educação (Art. 206) terão sua gestão e controle constituídos com a participação da população, permitindo a democratização dos processos decisórios.

Acrescenta-se ainda nesse leque de possibilidades o que está disposto no Artigo 29, que diz respeito ao funcionamento dos municípios. Sendo que o inciso XII garante “a cooperação das associações representativas no planejamento municipal” e o inciso XIII permite a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

Essa gama de possibilidades de inserção social na administração pública não foi garantida de maneira automática, mas se deu por meio de lutas que foram historicamente travadas na sociedade brasileira. Destacam-se nesse processo as diversas organizações da sociedade civil que surgiram no país a partir da década de 1970 em resposta à ineficácia das estruturas políticas tradicionais para processar demandas e abrir espaços de participação democráticos. Segundo Andrade (2003), O Estado era considerado como o principal inimigo a ser enfrentado e combatido para que fosse alcançada a democratização política.

Os movimentos associativos de bairros, ou “associações de moradores” estão entre as organizações sociais que se destacaram nesse período, consolidando-se posteriormente. A luta contra os problemas provenientes das contradições do espaço urbano, a busca de uma maior oferta de serviços públicos básicos por parte do Estado, a legitimação do direito à moradia através da legalização da posse da terra e o esforço para superar o modelo clientelista que caracterizava as administrações municipais davam cada vez mais visibilidade a esses movimentos (AZEREDO, 2008). Com uma forte referência territorial, por estarem instituídos a partir de bairros, estes se apresentam como importante mecanismo pelo qual a população pode discutir e reivindicar o atendimento de demandas ao Estado.

A emergência dessas novas formas de representação social de interesses de distintos segmentos e grupos sociais e o reconhecimento destes pelo poder público evidenciou a necessidade de o próprio Estado passar a incorporar de forma ativa a sociedade civil na gestão municipal, conferindo novos espaços às modalidades emergentes de solidariedade social, possibilitando a emergência das condições de democratização do Estado (COHN, 2010).

Assim, com as possibilidades conferidas pela Constituinte, ocorreram significativas mudanças na relação entre sociedade e Estado. Agora, a atuação da sociedade passa a acontecer de forma mais contundente, se dando no âmbito das Instituições Participativas que foram criadas pelas administrações públicas.

Segundo Cortes, (2011, p.137), as Instituições Participativas podem ser definidas como:

mecanismos de participação criados por lei, emendas constitucionais, resoluções ou normas administrativas governamentais que permitem o envolvimento regular e continuado de cidadãos com a administração pública, tanto diretamente quanto através de representantes, como ocorre com maior frequência. [...] Diferem dos modos de participação eleitoral típicos das democracias liberais, ao permitir a representação de interesses e a expressão de preferências ao longo de legislaturas, entre os períodos eleitorais. (CORTES, 2011, p.137)

No nível municipal, atualmente, destacam-se os Orçamentos Participativos, os Planos Diretores Municipais, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências Municipais.

O Orçamento Participativo é um espaço no qual a população tem a possibilidade de participar diretamente do processo de discussão e definição da distribuição dos recursos orçamentários no seu município. Nesse momento a população ajuda a determinar as áreas que receberão mais ou menos recursos, podendo realizar uma melhor distribuição de acordo com as necessidades existentes.

Já o Plano Diretor Municipal apresenta-se como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser incorporado ao planejamento municipal. É por meio dele que a administração municipal juntamente com a sociedade civil estabelecerá as diretrizes do ordenamento territorial do município assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Os Conselhos de Políticas Públicas constituem-se como espaços nos quais os cidadãos podem participar da gestão de determinada política pública, assim como atuar no controle da

ação do Estado sobre a mesma e da avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental. Diferentemente do Plano Diretor Participativo, a atuação nos Conselhos pode acontecer de maneira constante.

De caráter não menos importante, as Conferências Municipais apresentam-se como outro importante mecanismo de aproximação entre sociedade civil e a administração pública. Estas se constituem como espaços amplos e democráticos de discussão das políticas, gestão e participação. Na medida em que os diversos segmentos envolvidos com o assunto em questão participam do debate promovido na realização de uma conferência, pode-se estabelecer um pacto para alcançar determinadas metas e prioridades, além de abrir um espaço importante de troca de experiências. A realização de uma Conferência não pode ser algo isolado, mas deve estar ligada a outros instrumentos de participação, como conselhos municipais e orçamento participativo no planejamento, implantação e avaliação de políticas municipais (TEIXEIRA, 2005).

Embora ao longo dos anos venha aumentando as possibilidades participativas, consideramos ainda a necessidade de a população integrar-se efetivamente às instituições tradicionais da democracia representativa, principalmente as Câmaras Municipais, visto que estas são responsáveis pela elaboração e aprovação da maioria das leis que regulamentam a gestão municipal, assim como são responsáveis por fiscalizar a atuação do Executivo. Ações que incidem diretamente na qualidade da cidadania dos munícipes.

Embora tais instituições não concebam a participação direta da sociedade nas suas decisões, salvo em caso de iniciativa popular, a simples razão dos vereadores se constituírem representantes da população local pressupõe que suas decisões estejam de acordo com as necessidades do povo. Todavia, conforme aqui já fora apontado, isso nem sempre acontece, frente à persistência de práticas políticas clientelistas e corporativistas, que beneficiam apenas alguns grupos de interesses.

A efetiva inserção da população nesses espaços pode impedir esse tipo de comportamento e, ao mesmo tempo, fazer com que os vereadores atuem no atendimento às necessidades reais da sociedade local. As organizações da sociedade civil, como sindicatos, ONGs e associações de moradores muito podem contribuir nesse processo.

Conforme salienta Azevedo (*apud* ANDRADE, 2003), os grupos da sociedade civil constituem o canal mais prático para a articulação dos interesses da população, por isso, devem se aproximar dos legisladores a fim de pressioná-los a respeito de suas reivindicações. Do mesmo modo, as casas legislativas devem abrir espaço para esses segmentos, já que “os grupos da sociedade civil complementam as instituições formais da democracia e por isso, os

legisladores devem direcionar suas atenções para a democratização do acesso de tais instituições às instituições governamentais” (p.7).

A autora enfatiza que o Legislativo deve captar e expressar as ideias, os anseios, sonhos e preocupações da sociedade. Assim, compete também ao cidadão pensar, ter ideias e participar do processo legislativo e do processo de elaboração de leis. Para isso, é necessário um relacionamento mais próximo entre os representantes e representados. A partir desse relacionamento há a eliminação de dúvidas, do esclarecimento de questões sofisticadas, permitindo os acessos à informação, além da discussão de temas de interesse social, possibilitando uma atuação conjunta.

PARTE II
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO

5. EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A garantia dos direitos que proporcionam uma vida digna constitui-se um problema político e necessita da participação do indivíduo na construção da cidadania. Logo importa que o mesmo tenha condições para tal. O que requer que ele se perceba enquanto cidadão portador de direitos e deveres, que conheça os mecanismos para garantir e efetivar a sua cidadania, assim como se conscientize quanto à organização que a sociedade dispõe para fazer valer os direitos. Assim, esse processo pressupõe a criação do aprendizado político, pois a apropriação das instâncias formais de participação – àquelas institucionais, ancoradas dos mecanismos de Estado – e aquelas não vinculadas a esses mecanismos, mas que são igualmente necessárias como elemento de mudança e construção da cidadania, são elementos que se aprendem socialmente. A família, a escola e as mais diversas mídias são âmbitos de aprendizado político.

Somente sendo portador de uma visão crítica da realidade, compreendendo as relações sociais que foram estabelecidas histórica e espacialmente e compreendendo ainda a sua posição nesse processo, é que o indivíduo terá condições de atuar na construção de uma cidadania plena.

Conforme afirma Cavalcanti (1993), a sociedade atual, que busca a consolidação da ordem democrática, necessita da participação de cidadãos conscientes, ativos e produtivos e, desse modo, é preciso que estes conheçam a sociedade da qual fazem parte, formando convicções a respeito dos aspectos fundamentais dessa sociedade e, enfim, atuem conscientemente de acordo com essas convicções.

Portanto, o que se busca é conhecer para agir conscientemente. Somente com a compreensão da realidade em que se vive é que o indivíduo pode adquirir uma consciência crítica que o possibilitará atuar na busca pela transformação social. Paulo Freire (2005, p.17) defende que:

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 2005, p.17)

Depreende-se, portanto, que a construção da cidadania apresenta-se como um processo educativo que se dá a partir da realidade de cada um e de suas vivências enquanto ser social, passando pelo campo abstrato, a esfera da consciência, resultando na prática cotidiana, onde o indivíduo torna-se sujeito das práticas sociais, modificando a sua realidade.

Neste sentido, a Escola enquanto instituição social onde são tecidas relações, construídos valores, comportamentos e atitudes fundamentados na concepção de educação para a vida em sociedade (SILVA, 2000), apresenta-se como uma das principais instâncias de formação da cidadania. Conforme afirma Cavalcanti (2012, p.141), “a escola tem um papel político-social ligado à formação de cidadãos mais críticos, mais participativos e mais conscientes de seus limites e de suas possibilidades de exercer efetivamente sua cidadania.”

Entretanto, não se pode pensar que a Escola concede a cidadania aos alunos. Na verdade ela possibilita, através do processo educativo, a formação e o preparo do educando para sua atuação enquanto cidadão. Conforme estabelecido na CF (1988) em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

Entende-se, portanto, que a cidadania constitui-se um dos grandes objetivos da educação no nosso país. Questiona-se, no entanto, se na realidade esse objetivo é realmente buscado, haja vista a incessante busca por melhoria nos índices educacionais e a procura por oferecer, quase que exclusivamente, uma formação voltada para o mercado de trabalho, deixando de lado elementos fundamentais à formação crítica e cidadã do aluno.

Ressalta-se, no entanto, que a contribuição à formação cidadã não é dever nem privilégio de uma área específica do currículo, nem deve ser desenvolvida a partir de projetos esporádicos pela direção escolar quando considerar necessário. Pelo contrário, ela constitui-se um princípio do nosso sistema educacional e deve permear toda a organização curricular, de modo que as disciplinas e projetos escolares estejam imbuídos nessa finalidade, em todas as

etapas de ensino.

O Artigo 27 da LDB (BRASIL, 1996) orienta que entre as diretrizes que os conteúdos curriculares da educação básica devem se dirigir está a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Evidencia-se, pois, claramente, a grande responsabilidade da Escola na formação de cidadãos preparados para a vida social e conhecedores de seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

5.1. O Ensino Médio e a formação para a cidadania

A fim de cumprir o papel social da Escola, cada etapa de ensino compreende objetivos que contribuem para a formação do aluno enquanto indivíduo apto a atuar plenamente na sociedade. No entanto, neste trabalho estaremos voltados ao Ensino Médio enquanto etapa de formação do aluno no ensino básico e que, portanto, apresenta-se de grande importância na construção da cidadania do educando.

Conforme especifica o Art. 35 da LDB (1996), o Ensino Médio tem como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Portanto, o Ensino Médio compreende a etapa final da educação básica e apresenta-se como o momento em que o aluno, já na adolescência e início da juventude, deve consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, aprimorando os valores éticos e humanísticos de modo a preparar-se para assumir novos espaços na sociedade, seja por meio do trabalho ou da inserção nas diversas instâncias sociais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) (BRASIL, 2000), tais objetivos partem da premissa de que a sociedade atual passa por uma

situação crítica, com lamentáveis resultados de corrupção política e social, desrespeito à ordem constitucional e legal, além de abusos e constantes violações aos direitos de cidadania. Assim, o Ensino Médio tem a atribuição de possibilitar ao estudante os elementos indispensáveis ao exercício da cidadania, tanto no sentido político de uma cidadania formal, como também na perspectiva de uma cidadania social, extensiva às demais relações sociais, possibilitando ao aluno a sua plenitude enquanto ser humano. Conforme consta no mesmo documento, esta seria uma fase de emancipação, onde se dá a busca por um modo de transformar indivíduos tutelados e infantilizados em pessoas em pleno exercício da cidadania, cujos saberes se revelem em competências cognitivas, sócio afetivas e psicomotoras e nos valores de sensibilidade e solidariedade necessários ao aprimoramento da vida no país e no mundo.

Milton Santos (2012, p.154) afirma que “a educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra com os demais. Sua finalidade (...) é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo.”

Ressalta-se, portanto, que a cidadania objetivada pela educação não deve ser encarada apenas como um conceito abstrato, mas como uma vivência que perpassa todos os aspectos da vida em sociedade. O que significa que aquilo que o aluno estuda e aprende deva ter ligação direta com a sua vida e o seu cotidiano. Do mesmo modo, que os conteúdos, habilidades e competências adquiridas encontrem aplicabilidade frente aos desafios encontrados no seu dia-a-dia.

5.2. Ensino de Geografia e cidadania

Entendemos que a formação para a cidadania pressupõe que o estudante entenda que a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, são produtos da ação humana e, do mesmo modo, que ele compreenda a si mesmo como um agente social capaz de transformar a realidade. Logo, os fatos econômicos, jurídicos e políticos devem ser entendidos sob a lógica dos processos sociais e não como fenômenos naturalizados e alheios à ação humana. Isso implica aos alunos entenderem que uma lei ou uma decisão política não são abstrações que não dizem respeito à nossa sociedade, todavia, produtos concretos de agentes sociais, entre os quais eles próprios, alunos, estão inseridos (BRASIL, 2000).

Diante de tais pressupostos, os conhecimentos do campo da Geografia apresentam-se de fundamental importância no processo de formação do aluno enquanto cidadão. Segundo Cavalcanti (2012), o espaço, objeto de análise da ciência geográfica, é concebido como um produto social e histórico, e se constitui em ferramenta que permite analisar a realidade em sua dimensão material e em sua representação. Logo, o objetivo do ensino de Geografia deve ser o de ajudar às crianças e jovens a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. São esses raciocínios e concepções que os possibilitarão uma análise crítica e a construção de uma consciência transformadora da realidade.

Nas palavras de Vesentini (2008), a Geografia escolar existe para auxiliar na formação de cidadãos, com a função de desenvolver o conhecimento e o posicionamento do educando sobre o mundo e frente a ele, assim como contribuir para a construção de um conhecimento crítico e fundamentado sobre o meio em que vivemos. Enquanto no Ensino Fundamental, o papel da educação geográfica é “alfabetizar” o aluno espacialmente em suas diversas escalas e configurações, dando-lhe suficiente capacitação para manipular noções de paisagem, espaço, natureza, Estado e sociedade, no Ensino Médio o aluno deve ir além, construindo competências que lhe permita a análise do real, revelando as causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade. Ou seja, ele estará adquirindo um pensamento mais crítico em relação ao espaço social. Portanto, o Ensino Médio, composto pelos conhecimentos da Geografia, é o momento de ampliação das possibilidades de um conhecimento estruturado e mediado pela escola que conduza à autonomia necessária para o cidadão (BRASIL, 2000).

Tendo em vista que o mundo atual é marcado, cada vez mais, por incisivas e constantes transformações, a Geografia a ser trabalhada na última etapa da educação básica deve ser pensada no sentido de formar um cidadão que conheça os diferentes fenômenos geográficos da atualidade tendo em vista o processo de globalização e suas rupturas dadas pela resistência dos movimentos sociais e as contradições inerentes ao sistema capitalista, além de privilegiar os diferentes cenários e atores sociais, políticos e econômicos em diferentes momentos históricos (BRASIL, 2006).

Desse modo, para que tais objetivos sejam alcançados o ensino de Geografia deve:

(...) fundamentar-se em um corpo teórico-metodológico baseado nos conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente, incorporando também dimensões de análise que contemplam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais e tendo como referência os pressupostos da Geografia como ciência que estuda as formas, os processos, as dinâmicas dos fenômenos que

se desenvolvem por meio das relações entre a sociedade e a natureza, constituindo o espaço geográfico. (BRASIL, 2006, p.43)

Trata-se de dotar os alunos de ferramentas que lhes possibilitarão compreender os fatos e acontecimentos pela ótica espacial, de modo que eles enxerguem o mundo com olhos mais críticos, refletindo e questionando a sociedade e a dinâmica do seu espaço, que se apresenta cada vez mais complexo nas diversas escalas, desde a global à local.

Para Cavalcanti (2011), a participação de crianças e jovens na vida adulta, seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer e nos lugares de prática política, certamente será de melhor qualidade se estes conseguirem pensar sobre seu espaço de forma mais abrangente e crítica. Além disso, os conhecimentos da Geografia possibilitarão ao aluno maior consciência dos limites e responsabilidades da ação individual e coletiva com relação ao seu lugar e a contextos mais amplos, desde a escala local à mundial. (BRASIL, 1998, p.39)

Diante do exposto, a tarefa dada ao ensino de Geografia não é simples ou de fácil alcance e, portanto, apresenta-se como um desafio ao professor dessa disciplina. Assim, este deve preocupar-se em desenvolver um ensino eficaz, possibilitando aos alunos a compreensão de sua realidade e a capacidade de ação na busca por uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, Klausberger e Castrogiovani (2011) orientam aos docentes para que pensem pedagogicamente os saberes geográficos através de metodologias significativas, que impliquem no desenvolvimento de ações que reestruturem os conteúdos, inovem os procedimentos e estabeleçam, com clareza, os objetivos do ensino. Para os autores, o professor de Geografia deve adotar práticas de ensino que invistam nas competências e habilidades de análises, interpretações e aplicações em situações e práticas, trabalhando diversas metodologias para a construção do conhecimento geográfico em diferentes campos e em diferentes escalas, respeitando a história de vida do sujeito aluno, e contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade e a importância da cidadania.

Entretanto, no campo da Geografia escolar existem diversas dificuldades quanto ao desenvolvimento, adoção ou mesmo renovação dos pressupostos teóricos e metodológicos da Geografia e de seu ensino. Entre as quais está a permanência de uma didática conteudista baseada exclusivamente no livro didático; o comodismo do corpo docente; e a perpetuação de uma Geografia tradicional ligada à quantificação, à memorização e à descrição (SILVA; CAPISTRANO; GONÇALVES, 2010). Condicionantes que não contribuem para atrair o aluno para o processo de aprendizagem, além de consistir num aprendizado muitas vezes inútil, ou seja, sem significado e aplicabilidade para o aluno e, portanto, um ensino acrítico,

que não contribui para o papel da educação na transformação social. Tais dificuldades devem ser superadas para que se alcancem os objetivos de uma educação geográfica significativa.

Consideramos que a manutenção dessa postura exclusivamente conteudista da Geografia e do professor, voltados apenas à quantificação, descrição e memorização de dados, informações e localizações, apresenta-se como um grande obstáculo frente aos objetivos de uma geografia que busca a formação cidadã. Tal atitude coloca o aluno como um agente passivo no processo de ensino-aprendizagem, de modo que ele fica impossibilitado de fazer análises, comparações e a problematização dos fenômenos espaciais, assim como o dificulta compreender-se como sujeito histórico, integrante de tais fenômenos. Sendo assim, aquilo que ele estuda aparece como se fosse referente a outro mundo, que não o dele, e que, portanto, não terá aplicabilidade prática, não fazendo sentido estudar.

Lacoste, em *“A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”* (1976), afirma que esse tipo de Geografia ensinada nas escolas mascara a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço.

Essa forma socialmente dominante da geografia escolar e universitária, na medida em que ela enuncia uma nomenclatura e que inculca elementos de conhecimento enumerados sem ligação entre si (o relevo - o clima - a vegetação - a população...) tem o resultado não só de mascarar a trama política de tudo aquilo que se refere ao espaço, mas também de impor, implicitamente, que não é preciso senão memória. (LACOSTE, 1976, p.15)

Assim, para o desenvolvimento de uma educação geográfica que busca a formação de um aluno capaz de realizar um raciocínio espacial, situando-se corretamente e compreendendo criticamente o mundo, o docente deve desprender-se dessa Geografia tradicional e voltar-se a uma postura mais crítica de Geografia e de ensino. Conforme assevera Vesentini (2008), os professores devem buscar construir uma Geografia que conceba o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. O ensino dessa Geografia Crítica, inspirada na compreensão transformadora do real e na percepção da política do espaço, preocupa-se com a criticidade do educando e não com a acumulação de conteúdos mediante a simples memorização. Para o autor, o professor que se baseia nesses pressupostos deve compreender que não está ensinando determinado conteúdo ao aluno, mas que está contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades, de modo que o mesmo torne-se coautor do saber e não mero receptáculo passivo.

Segundo Cavalcanti (2012), a consideração da Geografia escolar como uma maneira específica de raciocinar e interpretar a realidade e as relações espaciais, sendo mais do que um amontoado de dados e informações, aproxima a disciplina dos princípios construtivistas. Tais princípios consideram o ensino como o processo de construção de conhecimentos, tendo o aluno como sujeito ativo desse processo. Assim, se o professor deseja ao aluno o desenvolvimento de determinadas capacidades por meio do trabalho com os conteúdos geográficos, ele deve também estabelecer métodos de ensino adequados a tal finalidade, de modo que o aluno tenha interação direta com os objetos de conhecimento. O primeiro passo é colocar o aluno como sujeito do processo de ensino, para então pensar sobre o papel do professor e da Geografia.

Trata-se de um processo dinâmico em que todos esses elementos são ativos. O aluno, com sua experiência cotidiana a ser considerada em sua aprendizagem, é sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento intelectual, afetivo e social; é sujeito que tem ideias em construção, que têm a ver com seu contexto social mais imediato; o professor, com o papel de mediador do processo de formação do aluno, tem o trabalho de favorecer/propiciar a inter-relação entre os sujeitos (alunos) e os objetos de conhecimento; a geografia escolar, que representa um conjunto de instrumentos simbólicos, conceitos, categorias, teorias, dados, informações, procedimentos, constituídos em sua história, é uma mediação importante da relação dos alunos com o mundo, contribuindo assim para a sua formação geral. (CAVALCANTI, 2012, p.35).

Entende-se, portanto, que a construção do conhecimento geográfico é resultante de um processo cognitivo do próprio aluno a partir da mediação docente com os objetos de conhecimento. O papel do professor é despertar no discente suas experiências diárias, ou seja, os conhecimentos condizentes à sua realidade, para que ele os relacione aos saberes próprios da Geografia. Essa dinâmica resultará na produção de novos significados, possibilitando o entendimento e uma consciência do espaço geográfico.

Lopes Jr. (2010) considera que o construtivismo favorece a construção dos conhecimentos e conceitos intencionando formar cidadãos conscientes e participativos para a compreensão do mundo. O autor ainda ressalta que o construtivismo auxilia a Geografia a evoluir para uma etapa de ação que privilegia o espaço geográfico em sua totalidade, considerando todos os processos e formando alunos ativos, capazes de se posicionar diante dos novos desafios do mundo à sua volta. Pois diferente do conteúdo memorizado, o conhecimento construído pelo aluno pode ser reelaborado e aplicado nas situações cotidianas pelas quais ele vivencia. Entendemos, portanto, que um ensino que parte destes princípios possibilita um maior interesse do aluno pela aprendizagem, pois ele próprio estará

contribuindo ativamente no processo e, da mesma forma, estará consciente da importância desse conhecimento para a sua vivência cotidiana.

Importa considerar que o processo de mediação desenvolvido pelo professor deve partir do princípio da ação e envolvimento constante do aluno, buscando desenvolver a sua autonomia. Tendo em vista que a disciplina de Geografia remete a um caráter prático e vivencial em virtude da particularidade do seu objeto de estudo, o espaço geográfico, deve-se levar os educandos a analisar, interrogar e também a construir respostas e soluções frente aos conflitos, problemas e desafios encontrados no cotidiano e colocados na aula.

Conforme asseveram Klausberger e Castrogiovanni (2011), a atividade do indivíduo no processo de ensino, e a situação envolvida são partes fundamentais da cognição e da aprendizagem e, portanto, os métodos de aprendizagem que estão inseridos em situações cotidianas são essenciais. Na concepção dos autores, considerar tais pressupostos nas práticas pedagógicas favorece um ensino de Geografia para a cidadania:

Acreditamos que caiba não só aos professores de geografia, mas em especial a eles, buscar na cotidianidade dos educandos situações que despertem interesse, procurando em circunstâncias reais, possibilidades para compreenderem e analisarem as relações sociais do/no espaço, a fim de que o preconceito, as injustiças sociais e a destruição do meio ambiente não sejam marcas perenes da nossa sociedade. (KLAUSBERGER e CASTROGIOVANNI, 2011, p.14)

Considera-se, pois, imprescindível que o docente trabalhe os conteúdos partindo da realidade do aluno. “O cotidiano e as relações estabelecidas com o ambiente físico e social devem permitir dar significado a qualquer conteúdo curricular, fazendo a ponte entre o que se aprende na escola e o que se faz, vive e observa no dia-a-dia.” (BRASIL, 2000b, p.81).

Segundo Cavalcanti (2000), ao estabelecer uma relação entre o conteúdo escolar e a sua realidade, o aluno terá maior convicção de que aprender elementos do espaço é importante para entender o mundo e seu lugar. Assim, estará mais motivado para estabelecer uma relação de cognição com os conteúdos apresentados, colocando-se como sujeito do conhecimento. Nesse sentido, o lugar, enquanto categoria de análise geográfica, deve ser referência constante, permeando o diálogo com os temas, mediando a interlocução e a problematização necessária à colocação do aluno como sujeito do processo. Portanto, nas práticas de ensino é importante compreender como os alunos vivem e se relacionam com seu lugar, seu bairro, sua cidade, não perdendo de vista que o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo em sua complexidade e em suas contradições.

Oliveira (2006) destaca que as contradições e tensões existentes na sociedade estão

próximas de cada um de nós, seja na família, na escola ou no município e, portanto, devem ser conhecidas e analisadas no processo educativo para que o aluno perceba-se como sujeito envolvido nessas relações, para então colocar-se como participante das decisões às quais a problemática social o envolve. Acima de tudo, isso favorece que o aluno perceba que o seu território e o do seu município são construídos pelo movimento dos homens e envolvem interesses que podem ser localizados, reconhecidos e entendidos no processo da vida cotidiana.

Entretanto, ao estabelecer práticas de ensino que considerem o contexto do aluno, o professor estar atento para que isto não caia numa simples ilustração do conteúdo. Na verdade, o cotidiano do aluno, o seu lugar, suas vivências, assim como seus conhecimentos prévios, devem permear por todo o processo de ensino, possibilitando ao educando problematizar a sua realidade a fim de perceber a significância daquilo que aprende. Logo, devem-se estabelecer práticas pedagógicas que estejam envolvidas nas situações e problemas cotidianos, e que busquem atingi-los ou resolvê-los como objetivos do ensino.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – (BRASIL, 2006) o professor deve propiciar condições para que o conhecimento seja construído em nível científico – considerando-se o estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos – para além do senso comum. Com base nisso, sugere a proposição de situações problematizadoras da realidade a partir de temáticas capazes de mobilizar os estudantes para desencadear os processos de aprendizagem significativa e relevante.

A problematização da realidade é também defendida por Castrogiovani *et al* (2011), que afirmam que este processo faz o aluno refletir sobre a realidade, identificando questões conflitivas, já que o espaço é tenso e construído por interesses de certos grupos que asseguram seus privilégios em detrimento de outros. Do mesmo modo, tal procedimento desenvolve a criticidade e a criatividade, trabalhando noções de cidadania, assevera o autor.

Embora o uso de conteúdos a partir da realidade do aluno seja por si só um procedimento significativo ao processo de ensino e aprendizagem, o professor ainda enfrenta o desafio de estabelecer práticas metodológicas eficazes para desenvolver essa tarefa. Desse modo, questiona-se: que tipos de práticas podem contribuir para um ensino que objetiva uma formação crítica a partir dos princípios construtivistas?

Nessa perspectiva, Moura e Alves (2002) afirmam serem bastante significativas as contribuições do professor que utiliza diferentes instrumentos, como jornais, revistas, fotos, teatros, mapas, trabalhos empíricos, entre outros, que coloquem o aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Os autores ainda ressaltam:

é fundamental a utilização de diferentes linguagens que facilitem a apreensão do conhecimento geográfico, e que partam de pesquisas empíricas (trabalhos de campo), inventários, análise de vídeos, mapas, cartas geográficas, gráficos, fotografias, teatro, tabelas, e, se possível, o uso de fotografias aéreas, levantamento do espaço feito por sensoriamento. (MOURA e ALVES, 2002, p.317)

Do mesmo modo, Cavalcanti (2010) defende a inclusão de linguagens, chamadas por ela de “alternativas”, na análise Geográfica. Entre estas estão outras formas de linguagem além da verbal e dos textos de gêneros didáticos tradicionais — o filme de ficção, o documentário, a música, a fotografia, a literatura, o texto jornalístico, o teatro, a charge, o computador, a Internet e o jogo virtual.

Ressaltando o caráter construtivista do conhecimento, a autora adverte que as atividades envolvendo recursos alternativos precisam estar incorporadas ao cotidiano das aulas e trabalhadas de modo articulado ao conteúdo, como formas de expressão do conteúdo e como mediação para a construção do saber sistematizado, e não apenas como algo utilizado para fugir das aulas habituais ou ainda como simples ilustração de temas.

Outra metodologia que apresenta grande significância no ensino de Geografia consiste no trabalho de campo. Conforme ressaltam Souza e Chiapetti (2012), este proporciona a compreensão da realidade vivida pelos alunos e a apreensão de outros espaços geográficos externos ao seu cotidiano, ampliando as fontes de conhecimentos que os levam à reflexão e à tomada de consciência sobre a organização do seu espaço geográfico.

Por meio dessa prática de ensino, o professor desperta no aluno o senso crítico e questionador, fazendo com que ele busque enxergar o que está posto pelo senso comum, ou até mesmo pelo que o professor e o livro didático dizem. Desse modo o educando poderá perceber-se como agente construtor do próprio conhecimento, refletindo sobre a realidade, aprendendo a pensar e agir sobre o que está estabelecido.

Ainda nesse sentido, considera-se a utilização dos jogos lúdicos como prática pedagógica que pode proporcionar maior proximidade do aluno com o conteúdo, além de resultar num ensino mais atraente e eficaz, permitindo ao educando vivenciar situações-problemas, assim como levá-lo à sociabilidade e ao estímulo de sua criatividade, resultando no seu desenvolvimento.

Friedman (1996, p. 41) considera que os jogos lúdicos permitem uma situação educativa cooperativa e interacional, o que significa que quando alguém pratica esse tipo de atividade executa regras do jogo e, ao mesmo tempo, desenvolve ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo. Tais atitudes apresentam-se como essenciais ao desenvolvimento da noção de cidadania no aluno.

A diversificação dos instrumentos didáticos permite novas relações dos alunos com as fontes de conhecimento, possibilitando-os refletir e questionar o modo como a realidade é representada, além de permiti-los construir novas habilidades para lidar com os conhecimentos geográficos e obter melhores maneiras de compreender o mundo. Enfim, possibilita uma variação de experiências de aprendizagens, haja vista que nenhum aluno é igual ao outro e, portanto, com a variação dos instrumentos de mediação didática, cada aluno pode encontrar a melhor maneira de aprender.

Todavia, numa realidade educacional como a brasileira que apresenta problemas estruturais como ausência de material didático, desvalorização do professor que precisa lecionar em diversas escolas por conta dos baixos salários, além da ocorrência de turmas superlotadas, o desenvolvimento de práticas metodológicas mais dinamizadoras e satisfatórias à aprendizagem para cidadania torna-se um grande desafio ao professor.

Outro grande problema estrutural é colocado por Vesentini (2008), segundo o qual, o nosso sistema educacional tem se baseado numa perspectiva de autoridade e de hierarquia, em que os alunos e professores se colocam como receptáculos do poder, de modo que os professores atuam como transmissores dos conhecimentos elaborados por especialistas de Educação selecionados pelo Estado. Tal condicionamento vai contra ao princípio do alcance da cidadania a partir da educação, pois dificulta e até mesmo impede o professor de fazer um planejamento adequado e condizente à realidade de seus alunos. Como forma de sair dessa condição imposta, o autor afirma que, mediante a realidade em que vivemos - de pluralidades e experiências diversificadas-, o professor de Geografia deve criar e inovar, a fim de construir uma nova Geografia escolar, um saber crítico que auxilie o educando no seu posicionamento frente ao mundo em que vive.

Nesse mesmo âmbito, Cavalcanti (1993) defende que a tarefa de selecionar e organizar conteúdos de ensino é do professor, que deve fazê-la baseando-se na compreensão do papel da Geografia no ensino e nas condições concretas onde ele se realiza. Assim, o professor, para realizar adequadamente o ensino, deve construir os temas a serem trabalhados com os alunos. Entretanto, isso não significa, necessariamente, o abandono dos conteúdos clássicos da Geografia. Mas, sim, uma nova abordagem dos temas. Trata-se de reestruturar, selecionar e acrescentar conceitos, fatos e fenômenos geográficos que sejam, de fato, interessante para a formação do aluno. Tais conteúdos devem ter utilidade prática, e só o terá se forem acessíveis aos alunos e ao mesmo tempo se tiverem correspondência com a prática social dos mesmos.

Depreende-se que a opção de adotar e desenvolver um ensino de Geografia voltado para a formação cidadã consiste numa decisão política do docente, pois este estará saindo de

uma condição imposta e autoritária, adotando uma postura que, em grande parte, vai contra o sistema no qual está inserido. O professor estará saindo de um ensino que se preocupa com o simples “passar conteúdos”, e adotando um ensino crítico, voltado para uma formação política do educando.

6. UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO

Mediante o objetivo da educação na formação para a cidadania, o ensino de Geografia apresenta-se de fundamental importância, pois possibilita aos alunos formarem raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço, possibilitando uma análise crítica do meio em que vivemos, assim como a construção de uma consciência transformadora da realidade.

Embora se constitua como princípio e objetivo do nosso sistema básico de ensino, a cidadania não se apresenta explicitamente como conteúdo nos currículos da Geografia no Ensino Médio, de modo a haver “espaços abertos às contribuições visando a formação de cidadãos e ao estímulo da visão crítica” (PASTI e SOUZA, 2012, p.2). Ressalta-se que discussão em torno desse tema é mais ocorrente no ensino superior, onde a Geografia Crítica está mais presente. Tal lacuna no Ensino Médio apresenta-se como um problema, haja vista que os jovens estudantes dessa etapa de ensino estão iniciando a sua participação na vida política, inclusive por meio dos primeiros votos, todavia, nem sempre possuem uma consciência política necessária à atuação cidadã.

O Currículo Mínimo de Geografia da rede de ensino da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), que orienta as escolas e professores quanto aos itens considerados necessários ao processo de ensino aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre, busca, segundo o documento, “fornecer ao educando os meios para a progressão no trabalho, bem como em estudos posteriores e, fundamentalmente, visa assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania” (RIO DE JANEIRO, 2012).

Na figura 03 são apresentados os conteúdos da Geografia a serem trabalhados em cada série do Ensino Médio:

Série do Ensino Médio	Conteúdos de ensino da Geografia
1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Representações gráficas e cartográficas; • A dinâmica climática e os biomas; • Dinâmica ambiental: as transformações do relevo e as bacias hidrográficas; • A questão ambiental.
2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização e blocos econômicos; • Urbanização mundial e brasileira; • O espaço agrário no mundo e no Brasil; • O estudo da população: crescimento, estrutura e migrações.
3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • A indústria e seus diferentes processos de organização espacial; • As redes e o Brasil no contexto atual; • A questão energética no mundo contemporâneo; • O Rio de Janeiro no contexto regional – dimensões política, econômica, ambiental e sociocultural.

Figura 03: Conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio
 Fonte: (RIO DE JANEIRO, 2012)
 Elaboração do autor

Percebe-se que, apesar de a cidadania constituir-se como finalidade do ensino, evidencia-se nos eixos norteadores do Currículo a ausência explícita de conteúdos em que se possa trabalhá-la de forma mais aprofundada.

Diante de tais constatações, consideramos a necessidade de se adotar no ensino de Geografia do Ensino Médio conteúdos mais condizentes ao tema da cidadania, sendo esta fundamentada nos direitos instituídos pelos instrumentos normativos e possibilitada mediante as instituições e equipamentos instalados no território. Uma cidadania, em seu sentido prático, e ativo, de modo que Geografia apresente-se como uma ferramenta que auxiliará o jovem educando no entendimento de sua realidade e na busca por mudanças, podendo atuar politicamente na construção de uma sociedade justa social e territorialmente.

Conforme assevera Oliveira (2006, p.20):

Precisamos compreender a sala de aula como um espaço de reflexões e reivindicações permanente do direito civil e político, da autonomia e da justiça social, para tanto, se faz necessário que assumamos o compromisso de tornar a geografia escolar um verdadeiro caminho para a construção da cidadania, atribuindo a ela sua verdadeira identidade que não foge de uma dimensão ideológica e política. (OLIVEIRA, 2006, p.20)

Segundo o autor, o que se busca nesse processo é uma maior autonomia intelectual do cidadão, de modo que ele não dependa das informações que o poder - seja político, econômico, etc. - fornece a ele. É a partir de tal autonomia, alicerçada numa ética solidária e pluralista, que ele atuará em busca da transformação da realidade.

Para que se alcancem tais objetivos, Moura e Alves (2002) contribuem afirmando que os docentes devem buscar discutir na sala de aula a realidade social que é dialética, que apresenta desigualdades sociais, e que foi constituída historicamente. Não como um dado pronto, natural. Todavia, ao discutir a sociedade atual, a partir da compreensão de sua espacialidade, o professor não deve colocar o espaço geográfico apenas como simples palco dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos culturais e históricos, mas ir além, mostrando como a sociedade constrói e reconstrói o espaço geográfico conforme os interesses das classes sociais em um determinado momento histórico. Tal concepção auxiliará ao aluno compreender o espaço enquanto construção histórica e social na qual ele próprio está inserido e que, portanto, pode atuar enquanto agente de transformação.

Conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), o desafio posto ao ensino de Geografia no mundo atual é como formar alunos capazes de decidir sobre tudo aquilo que os afeta. “Uma Geografia capaz de compreender a sociedade contemporânea, tornando a participação do jovem, essencial numa democracia, uma participação de qualidade, evitando-se manobras e cooptações políticas em cima de sua ignorância” (p.95).

Diante de tais pressupostos, tendo em vista que a Geografia Política apresenta elementos essenciais à compreensão e construção da cidadania, consideramos que os conteúdos desse campo de conhecimento no ensino da Geografia no Ensino Médio contribui grandemente para a formação cidadã dos alunos. Entretanto, assim como no caso da cidadania, os conteúdos da Geografia Política também são pouco evidentes nos currículos básicos do Ensino Médio. Acreditamos, portanto, na necessidade de haver a inserção desses temas na última etapa de formação do ensino básico, pois consideramos que estes podem contribuir para uma mais completa formação do aluno.

De modo específico, o estudo de temas da Geografia Política pode possibilitar que o estudante entenda como se estabelecem as relações sociais e como estas impactam o território. Do mesmo modo, poderá entender que o território no qual ele habita é espaço de interesses e das disputas dos atores sociais, estando ele próprio inserido nessas relações. Além disso, com os conhecimentos da Geografia Política, o aluno poderá compreender os limites da ação do Estado e da sociedade local sobre o território, já que a questão dos recortes político-

administrativos ocupa grande relevância no campo da Geografia Política.

Nessa perspectiva, poderá se conscientizar a respeito das atribuições delimitadas a cada esfera da estrutura federativa do Brasil quanto à promoção dos direitos da cidadania. Adquirindo também competências que o auxiliarão na compreensão do município como sendo uma esfera de grande relevância do fazer político, no qual as decisões resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão. Por fim, compreenderá ainda que o município é onde ele vive e que nele estão também as possibilidades de sua atuação na busca pela garantia de direitos e ampliação da cidadania.

Diante de tais pressupostos, buscamos desenvolver uma proposta de intervenção no Ensino Médio a partir da Geografia Política, visando contribuir para a formação cidadã do aluno. Ressalta-se, no entanto, que não temos a intenção de apresentar uma proposta que atenda a todos os aspectos necessários a tal objetivo. A nossa finalidade é unicamente propor uma possibilidade metodológica que contribua no desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem o aluno no exercício de uma cidadania ativa.

A seguir serão apresentados os objetivos, o plano de ação e o desenvolvimento da proposta interventiva numa turma do C. E. Nilo Peçanha em Campos dos Goytacazes.

6.1 Caracterização da unidade escolar

A intervenção de ensino foi realizada na unidade pública de ensino “Colégio Estadual Nilo Peçanha”, em Campos dos Goytacazes, que conta atualmente com 1818 alunos. A escolha da referida escola para a realização das atividades se deu por haver uma anterior aproximação com a instituição devido à realização do estágio supervisionado nos anos de 2012 e 2013.

Situada à Rua Lacerda Sobrinho, nº 119, centro de Campos dos Goytacazes, a escola se destaca por sua localização próxima ao centro comercial da cidade e à rodoviária, e por atender, basicamente, alunos oriundos da zona rural, zonas litorâneas e periféricas da cidade, conforme consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

A escola se destaca ainda por ser uma das mais tradicionais do município. Sua história teve início no governo fluminense de Raul de Moraes Veiga, quando foi inaugurado em 12/12/1922, com o nome de Escola Profissional “Nilo Peçanha”. Atualmente a instituição funciona diariamente nos três turnos: matutino, vespertino e noturno; desenvolvendo quatro

modalidades de ensino: Fundamental, Médio, EJA, além do ensino técnico profissionalizante. No período da manhã atende-se o Ensino Médio, com adolescentes e jovens em idades entre 14 e 19 anos, majoritariamente. À tarde funciona o Ensino Fundamental, com alunos de 10 a 15 anos oriundos das escolas municipais. Já no período noturno, a escola atende alunos que em sua maioria são jovens e adultos que já se encontram inseridos no mercado de trabalho. Neste turno há turmas de Ensino Médio regular e da EJA, além de cursos técnicos e profissionalizantes.

Diferentemente de outras escolas que atendem fundamentalmente os alunos dos bairros onde as mesmas estão localizadas, o C.E Nilo Peçanha atende alunos das diversas regiões do município, o que faz com que a grande maioria dos estudantes utilize o transporte coletivo para chegar à escola. Segundo o seu PPP, os discentes são ainda, em grande parte, carentes financeira e afetivamente, sendo também oriundos de lares com problemas de violência, desemprego e outros.

Convém destacar a grande estrutura física da instituição, que conta com 28 salas de aula, além de outras salas para coordenação, direção, secretarias, professores, além de biblioteca, quadra, refeitório, laboratório de informática, auditório e sala de multimídia. Nos corredores há muitos cartazes de trabalhos dos alunos, professores e pedagogos. Apesar do grande tamanho, o prédio apresenta uma estrutura antiga, tendo algumas paredes desbotadas e rabiscadas, havendo ainda problemas como a falta de ventiladores e outros equipamentos. No ano de 2013, os alunos chegaram a realizar manifestações nas ruas da cidade exigindo melhorias na escola, como ventiladores, bebedouros e também uma reforma na estrutura da do prédio⁹.

A escola conta com câmeras de monitoramento para auxílio às coordenadoras e também como forma de segurança dos discentes e docentes da instituição. Além disso, em cada turno, dois agentes da polícia militar fazem a segurança do colégio.

Segundo o seu PPP, o regime disciplinar da unidade escolar visa despertar nos alunos o senso de responsabilidade que lhes possibilite o devido uso da própria liberdade. A escola tem como alguns dos objetivos:

- Manter a qualidade do ensino;

⁹ Campos 24 Horas: "Alunos do N. Peçanha fazem manifestação": Disponível em <<http://campos24horas.com.br/portal/alunos-do-nilo-pecanha-reivindicam-melhores-condicoes/>> Acesso em 29/04/2014.

- Conservar salas para uma aprendizagem mais prazerosa;
- Melhorar a relação interpessoal, capacitação continuada nas diversas disciplinas;
- Reduzir o número de dependências, reprovação e evasão;
- Promover a interdisciplinaridade;
- Promover a cultura de excelência da Escola;
- Resgatar a tradição como escola de referência;
- Melhoria de equipamentos físicos e pedagógicos;
- Compromisso com o aluno cidadão.

Além disso, a instituição objetiva buscar um corpo docente participativo, a valorização do ambiente físico, capacitação de recursos humanos, monitoria da biblioteca, constante adaptação do PPP, melhoria do modelo de gestão, melhor relacionamento com os clientes e uma maior integração com a comunidade.

Quanto às avaliações externas, o C.E. Nilo Peçanha não apresenta resultados satisfatórios. Na última avaliação do IDEB¹⁰ – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2011, a escola obteve a nota 2.5, um valor 29% abaixo da meta de 3,5 para aquele ano. Ressalta-se, no entanto, que a média prevista para a educação nacional é de 6 pontos. Os dados da avaliação indicaram que de cada 100 alunos, 35 não foram aprovados naquele ano.

O contato e autorização para a realização da intervenção se deu sem grandes problemas. A diretora Silvia Linhares¹¹ mostrou-se bastante interessada no projeto, já que gosta do referido tema. Ela afirma que enquanto diretora da escola, o seu trabalho é orientado para uma cidadania do dia-a-dia do aluno na escola, partindo do plano individual para o coletivo. Desde a atitude de pedir licença, colocar o lixo na lixeira e não pichar as paredes. Ela cita o exemplo do lixo, que se todos os alunos contribuírem para manter a sala limpa, a faxineira poderá fazer um trabalho melhor nas demais partes da escola. Ela ressalta a estratégia que adotou com os professores para utilizarem os últimos cinco minutos da aula para que os alunos arrumem a sala e coloquem o lixo no lugar. Segundo ela esse tipo de ação desperta no aluno o senso de coletividade, de preocupação com a comunidade.

¹⁰ Site do IDEB: Disponível em <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em 29/04/2014.

¹¹ Embora eu já tivesse um contato anterior com a escola, foi necessário solicitar autorização à direção para realizar a ação, o que ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2014. No dia 03 de abril fui encontrar a diretora a fim de apresentá-la o projeto e solicitar formalmente a autorização com a respectiva assinatura do termo que me autorizava.

A diretora ainda ressaltou que a questão da cidadania é sempre colocada em pauta quanto ela se encontra com os pais de alunos. Entre os principais motivos desses encontros estão as reclamações em relação aos atrasos dos alunos, que segundo os pais, são resultantes da precariedade dos serviços de transportes em Campos. Ela afirma que o sistema de transporte do município não atende adequadamente a população, e de modo particular aos alunos do município. Os problemas vão desde a falta de ônibus e os constantes atrasos até o desrespeito à lei municipal que obriga as empresas a transportar os alunos gratuitamente.

Silvia explica que no caso específico da sua escola, 98% dos alunos moram em distritos e bairros afastados e, por isso, o acesso à escola depende essencialmente do transporte coletivo. Todos os dias vários alunos chegam atrasados ou não conseguem chegar à escola por esses fatores. Situações que resultam no mau desenvolvimento do aluno, atrapalhando também o professor e toda a comunidade escolar, já que a escola busca manter horários rígidos de entrada e saída. Por esses motivos, muitos pais chegam a ela com tais reclamações, ao mesmo tempo em que a escola se queixa dos problemas.

A diretora afirma que nesses momentos percebe a falta de consciência dos pais a respeito de seus direitos e quanto a quem devem procurar para resolver os problemas. Ela afirma então que sempre que cita a Câmara Municipal como um dos locais que os pais devem conhecer procurando saber as funções dos vereadores e cobrando deles a solução para os problemas. Ela considera o conhecimento sobre a Câmara como fundamental na construção da cidadania. Segundo ela, todos devem conhecer essa instituição e manter assiduidade, cobrando dos vereadores ações que beneficiem a todos.

Silvia lembra que muitos desses pais mantêm certos tipos de relações com os vereadores, como o clientelismo e a compra de votos, que acabam os impedindo de cobrar pelo cumprimento das funções dos legisladores. Segundo ela, o município de Campos é marcado historicamente pelo coronelismo e que isso ainda se faz presente fortemente.

Ela se lembra da época em que os grandes senhores de terra do município colocavam os eleitores nas suas casas na véspera da eleição para que no dia seguinte estes fossem votar utilizando como meios de transporte os próprios caminhões das grandes propriedades. Silvia ressaltava que atualmente isso ainda persiste, todavia, agora com outro viés, com a troca ou a venda de votos. Ela cita o caso de troca de votos por telhas ou tijolos e ainda a venda dos votos por R\$100. Ela diz conhecer casos de eleitores que vendem os votos por esse valor, todavia, a metade é paga antes da eleição e a outra metade depois. Nesses casos os eleitores sofrem assédio de cabos eleitorais de modo que os estes ludibriam os eleitores afirmando que se em tal urna não tiver os votos para o seu candidato, o eleitor deveria devolver o dinheiro

pago anteriormente.

Diante de tal realidade, a diretora afirma orientar aos pais para que não aceitem participar desse tipo de ação, pois quando fazem isso, perdem o direito de cobrar aos governantes pelos serviços que são necessários e de sua competência. Entretanto, ela reconhece que é difícil adotar esse discurso nessa situação, já que a maioria dos pais dos alunos é carente financeiramente e depende, em grande medida, de políticas assistenciais.

A turma escolhida para a execução da ação interventiva foi a de número 2004, 2º ano do Ensino Médio do turno matutino. Quanto à essa escolha, houve a necessidade de procurar um professor que tivesse aula em turmas de 2º ano do Ensino Médio e que estivesse disponível à realização do projeto. A professora Vanessa Sales, que se encaixou nesses parâmetros, mostrou-se bastante receptiva, autorizando a realização das atividades durante as suas aulas na turma 2004. A turma possui 35 alunos matriculados, entretanto, apenas 30 deles frequentam regularmente as aulas de Geografia. Os alunos têm duas aulas de da disciplina semanalmente, tendo cada uma delas 50 minutos de duração. As aulas são realizadas às segundas-feiras em dois horários, sendo a primeira aula às 08h45min até as 09h35min e a segunda aula, começando após o intervalo, indo das 09h55min até às 10h45min.

6.2 O desenvolvimento da intervenção

Conforme já ressaltado, a própria pesquisa que consiste na primeira parte deste trabalho serviu de base à construção da ação interventiva. Assim, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados e discutidos anteriormente, planejou-se uma sequência de atividades que seriam divididas em quatro etapas, de modo que estas ocupassem o tempo de cinco aulas de Geografia. Entretanto, houve certa dificuldade em definir um calendário definitivo para sua execução devido à interferência de alguns fatores que descreveremos na sequência.

Etapas	Ações
I	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico da turma: Aplicação de questionários. • Aplicação da atividade “Tabuleiro do Território e da Cidadania”.
II	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre os princípios da cidadania a partir dos instrumentos normativos (Constituição Federal, Plano Diretor, etc.). • Discussão sobre problemáticas sociais a partir de charges. • Apresentação e discussão de dados da realidade dos alunos e da distribuição dos equipamentos e serviços em Campos confrontando com os direitos previstos na lei. • Reflexão sobre a estrutura federativa e sua relação com a cidadania. • Apresentação e discussão sobre os mecanismos participativos. • Atividade prática de pesquisa e recorte em jornais locais visando identificar exemplos de efetivação e negação aos direitos da cidadania, assim como exemplos de reivindicação de direitos.
III	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer exemplos de Instituições Participativas. • Visita à Câmara Municipal
VI	<ul style="list-style-type: none"> • Reaplicação da atividade “Tabuleiro do Território e da Cidadania”.

Figura 04: Plano de ação
Elaboração do autor

Como o ano de 2014 é um ano atípico devido à realização do evento esportivo da Copa do Mundo da FIFA, o calendário das escolas estaduais foi adiantado a fim de encerrar as aulas antes do início dos jogos no dia 12 de junho. Outro fator que interferiu foi a incidência de alguns feriados no mês de abril. E, além disso, a realização do conselho de classe no dia 15 de abril impossibilitaria a utilização das aulas de Geografia desse dia. Além de tais fatores, havia a necessidade de concluir a intervenção até o início de maio para que houvesse tempo

de finalizar a redação da monografia. Desse modo, a professora Vanessa Sales autorizou que o projeto fosse realizado nas 05 aulas seguintes a partir do dia 08 de abril. Entretanto, para otimizar a realização das etapas III e IV seria necessário utilizar três aulas num mesmo dia. Assim, pedi autorização à professora de Espanhol para utilizar sua aula, já que esta é realizada no horário posterior a aula de Geografia. Por fim, ficou estabelecido previamente o seguinte calendário, como mostra a figura 05. Entretanto, no decorrer dos dias, alguns fatores impossibilitaram que o calendário fosse seguido conforme o planejado.

Etapa	Data	Aula
I	07 de Abril	1 Geografia
II	28 de Abril	2 Geografia
III	05 de Maio	2 Geografia
IV	05 de Maio	1 Espanhol

Figura 05: Calendário prévio de realização da intervenção.
Elaboração do autor

Conforme estabelecido previamente no calendário, a etapa I ocorreu no dia 07 de abril. Esta etapa consistiu na realização de um diagnóstico com o objetivo de conhecer os alunos, entender como estes se relacionam com os seus respectivos bairros e com o município na perspectiva da prática cidadã, assim como analisar os conhecimentos prévios dos discentes em relação aos temas da intervenção. Para atingir tais objetivos foram elaborados um questionário e uma atividade lúdica “Tabuleiro do Território e da Cidadania”. Esta etapa serviu ainda para orientar as ações que seriam realizadas posteriormente.

Quanto à etapa II, esta consistiu na realização das principais ações da intervenção. Seu desenvolvimento se deu a partir de uma sequência de atividades utilizando diversos recursos didáticos, como a Constituição Federal, o Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes, charges, jornais, além dos dados da distribuição de serviços e equipamentos em Campos por meio de tabelas e do software Google Earth. Conforme o planejado, compareci à escola no dia 28 de abril. Todavia, naquela semana os alunos não foram à aula devido à deflagração de uma greve dos rodoviários que paralisou todo o transporte do município por mais de uma semana. Assim, as atividades tiveram de ser transferidas para o dia 05 de maio.

Uma terceira etapa que fora planejada consistia num trabalho de campo na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Objetivava-se que o aluno conhecessem a estrutura e o

funcionamento da casa de leis, reconhecendo-a como um espaço formal pelo qual ele, enquanto cidadão, pode apropriar-se na busca e exercício da cidadania. Embora a atividade estivesse planejada, sua realização não foi possível devido alguns imprevistos que antecederam a sua execução.

A autorização para realizar a referida atividade foi dada pela diretora Silvia Linhares no mesmo dia que se autorizou a realização da intervenção. Após planejar com a professora da turma as datas para executar o projeto, procurei entrar em contato com a Câmara Municipal para agendar a visita dos alunos. Fui informado pela assessoria sobre a existência do projeto cultural “Bonde da História” pelo qual alunos de escolas do município conheciam a Câmara e que eu deveria incluir minha atividade nesse projeto. Então, procurei a equipe responsável pelo projeto a fim de planejar a execução da atividade. As ações desse projeto acontecem sempre às quintas-feiras, e são agendadas com bastante antecedência. A equipe disse que poderia abrir uma exceção, agendando para uma segunda-feira próxima, entretanto somente a assessora cultural da Câmara poderia autorizar. Como a referida assessora não se encontrava na Câmara naquela semana, eu deveria voltar posteriormente. Depois de algumas tentativas, consegui encontrá-la. Na ocasião, ela me informou que procuraria uma data exata, já que a atividade não poderia confrontar com outro evento da Câmara. Ao entrar em contato na semana seguinte, fui informado que a data provável seria o dia 5 de maio, entretanto, eu deveria aguardar uma posterior confirmação. Assim, na semana seguinte, no dia 24 de abril, recebi a confirmação que a visita seria mesmo no dia 5 de maio. Logo, fui procurar a coordenação da escola para informar sobre a realização da atividade com os alunos. Na ocasião fui informado que deveria obter dos pais de cada aluno uma autorização para leva-los à Câmara. Todavia, conforme já falamos, naquela semana anterior ao dia 5 de maio, os alunos não compareceram à aula devido à greve, o que impossibilitou a entrega das autorizações. Como o prazo para concluir a intervenção estava se aproximando, não havia condições de remarcar a atividade para outra data. Desse modo, optou-se por cancelar essa etapa da intervenção, entretanto, sem deixar de lado os objetivos previamente estabelecidos.

A última etapa diz respeito a um diagnóstico posterior à intervenção. Realizada também no dia 05 de maio, o seu objetivo foi avaliar a percepção dos alunos sobre os assuntos abordados na intervenção, a fim de identificar possíveis mudanças mediante a realização das ações. Para tanto, foi novamente realizada a atividade “Tabuleiro do Território e da Cidadania”. Nos pontos a seguir será descrito o passo a passo de como se deu a realização das ações.

6.5. Etapa I: Diagnóstico da turma: o aluno cidadão

O primeiro contato com a turma foi no dia 07 de abril. Na ocasião estavam presentes 19 alunos. A fim de conhecê-los e de entender a relação dos mesmos com o seu bairro e a sua cidade, foi aplicado um questionário cujo resultado é descrito a seguir. Ressaltamos que o resultado do questionário será utilizado como conteúdo na realização da segunda etapa da ação.

Tendo em vista o objetivo da intervenção, que é promover uma consciência política e territorial, torna-se necessário provocar no aluno reflexões sobre o modo como sua cidadania é exercida cotidianamente mediante o aparato disposto territorialmente, seja no seu bairro ou na sua cidade.

Conforme salientam Klausberger e Castrogiovani (2011), nas práticas de ensino, é importante compreender como os alunos vivem e se relacionam com seu lugar, seu bairro, sua cidade, não perdendo de vista que o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo em sua complexidade e em suas contradições.

a. Qual a sua idade?

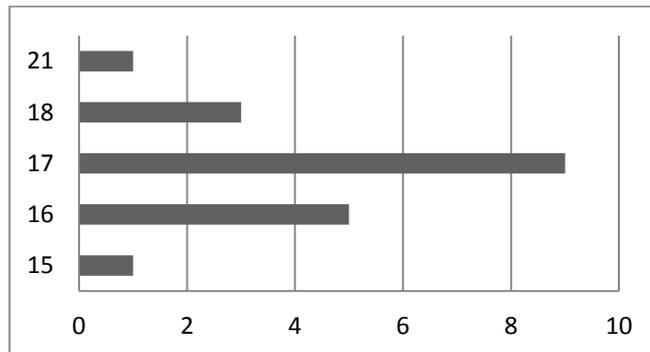


Figura 06: Idade dos alunos

Conforme mostra a figura, a idade dos alunos varia entre 15 e 21 anos, entretanto a maioria possui 17 anos, o que evidencia a pouca discrepância em relação à idade média regular para essa etapa de ensino, que é de 16 anos.

b. Qual o seu bairro?

Bairro	Qtd. Alunos
Parque Cidade Luz	1
Eldorado	1
Jardim Aeroporto	2
Jardim Carioca	1
Lapa II	1
Novo Jockey	1
Parque Aldeia II	1
Parque Califórnia	1
Parque Guarus:	2
Parque Prazeres	1
Parque São Benedito	1
Presidente Vargas	1
Três Vendas	1
Turf Club	1
Tapera	3

Tabela 12: Bairro dos alunos

A partir da figura percebe-se que a turma é composta por alunos de diversos bairros da cidade, o que possibilita uma grande troca de experiências e informações sobre as diferentes maneiras pelas quais o cidadão vive no município. Nenhum reside no centro próximo à escola.

c. O seu bairro é atendido regularmente pela coleta de lixo?

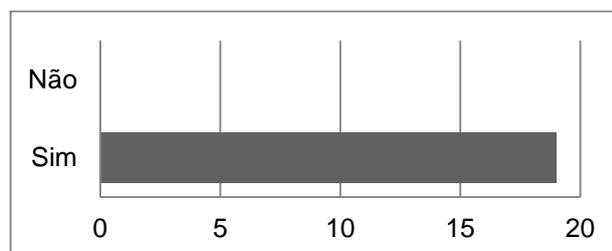


Figura 07: Alunos atendidos pela coleta de lixo

Todos os alunos afirmaram que seus respectivos bairros são regularmente atendidos pelo serviço de coleta de lixo.

- d. No seu bairro ou próximo à sua casa há algum hospital ou Unidade Básica de Saúde?**

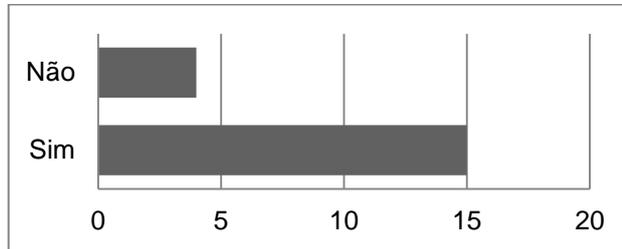


Figura 08: Alunos com UBS ou hospital próximo à sua casa.

Como mostra o gráfico, 15 alunos afirmam haver serviço público de saúde próximo a sua casa. Apenas 4 responderam negativamente.

- e. No seu bairro ou próximo à sua casa há ambientes públicos de cultura e lazer, como bibliotecas, cinemas, teatros, parques esportivos, etc.? Quais**

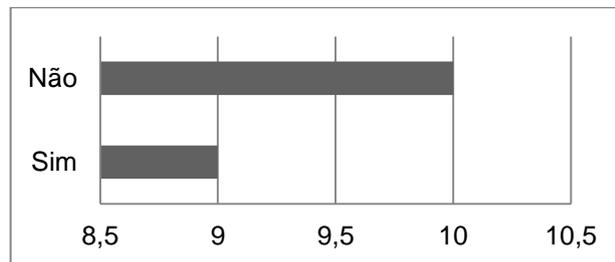


Figura 09: Alunos que moram próximos a equipamentos de cultura e lazer

Apenas nove alunos responderam positivamente a essa pergunta. Entretanto, em sua maioria, os eles disseram que tais ambientes se resumem a uma quadra ou parque esportivo. Nenhum afirmou haver equipamentos de cultura próximos à sua casa.

- f. O seu bairro, distrito é atendido regularmente pelo transporte coletivo?**

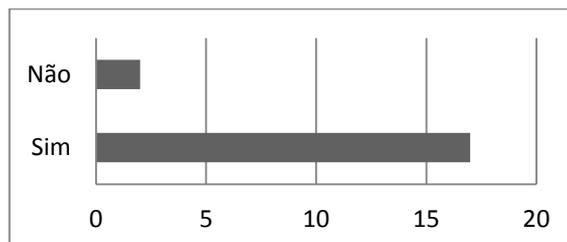


Figura 10: Alunos cujo bairro é atendido pelo transporte coletivo

Conforme apresentado na figura, apenas dois dos alunos afirmam não serem atendidos regularmente pelos serviços de transporte do município.

g. Quais as condições dos transportes que atendem o seu bairro/distrito?

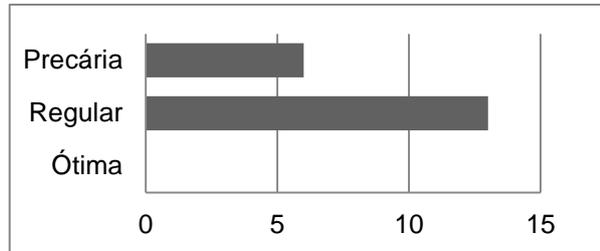


Figura 11: Considerações dos alunos sobre a qualidade dos transportes

A maioria dos alunos classificou a situação dos transportes como regular. Apenas seis disseram que as condições são precárias e nenhum disse ser ótima.

h. Quais os principais problemas que você considera em relação aos transportes?

Nessa pergunta não foram apresentadas alternativas para os alunos marcarem. Entretanto, entre os problemas apontados pelos alunos estão os constantes atrasos dos ônibus, os poucos horários de circulação e a superlotação.

O aluno morador do Jardim Aeroporto disse que o principal problema é o atraso que, segundo ele, “*atrapalha na escola*”. Já o aluno que mora no Parque Cidade Luz disse que: “*os ônibus estão sempre quebrados e muitas vezes não param para os estudantes*”. O que explica como os transportes influenciam na vida dos mesmos.

i. Por quais motivos você optou por estudar no C.E. Nilo Peçanha?

Essa pergunta foi feita com o objetivo de saber se os motivos que levaram os alunos a estudar ali estão ligados à localização da escola, já que este fica na área central e comercial da cidade. Todavia, a maioria dos alunos disse ter escolhido a escola por considerá-la boa, com um bom ensino. Alguns citaram ainda a segurança que a escola oferece. Um dos alunos respondeu: “*É um ótimo colégio e tem uma ótima educação e segurança*”.

No entanto, a resposta de dois dos alunos faz referência ao fator de localização. Um

dos alunos respondeu que escolheu o C.E. Nilo Peçanha “*por ser uma boa escola e pela localidade*”. Já o outro disse que a escola é a que está “*mais perto*”.

j. Você considera que Campos consegue atender todas as suas necessidades enquanto cidadão?

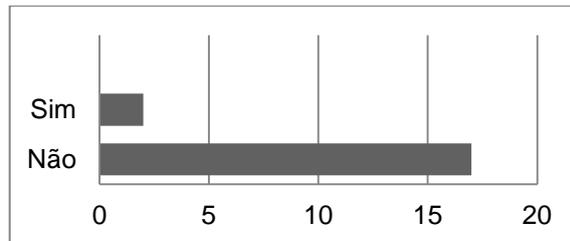


Figura 12: Consideração dos alunos sobre o atendimento ao cidadão em Campos

Conforme apresenta a figura, 17 alunos não consideram ter todas as necessidades atendidas no município. A grande maioria citou a saúde e o saneamento básico como os setores que não são eficientes e implicam no bom atendimento às necessidades do cidadão.

Um dos alunos ressaltou: “*Não. Os atendimentos em hospitais e o saneamento são muito precários*”. Outro aluno, discordando dos tipos de investimentos públicos que são feitos no município, comentou: “*Claro que não. A prefeita só coloca chafariz, enquanto tem gente morrendo por falta de atendimento médico*”.

Um dos alunos, que embora tenha respondido positivamente, fez uma ressalva: “*Sim, mas poderia ser melhor*”. Já o outro aluno, que também disse “*sim*”, afirmou: “*Em questão da área de saúde não consegue atender as necessidades*”.

k. O que você mais gosta e o que você gostaria que mudasse no seu bairro?

As respostas a essa pergunta foram as mais variadas. A maioria dos alunos não explicitou exatamente o que mais gostam no seu bairro, se limitando a dizer apenas o que gostariam que fosse diferente. Muitos se referiram à segurança, ao lazer e ao saneamento básico.

“*O lazer do bairro é a praça, mas gostaria que reformassem a praça, tirassem os usuários de drogas e diminuíssem a violência e assaltos*”, respondeu o aluno do Bairro Jardim Carioca. O aluno que mora no Parque São Benedito afirmou: “*Gosto de esportes. Gostaria de espaços para esportes, mais quadras*”. Já outro aluno que mora no Residencial Lapa II disse se identificar com a vizinhança e que mudaria pouca coisa: “*Gosto da*

vizinhança. Não mudaria muita coisa. Acho que mudaria só a qualidade do esgoto e escoamento de água”.

I. O que você mais gosta e o que gostaria que mudasse na sua cidade?

Assim como na pergunta anterior as respostas foram bastante diferentes. Alguns disseram que gostam das áreas de lazer, citando inclusive o shopping. Em relação ao que gostariam que mudasse na cidade, o que chamou atenção foi o descontentamento com o governo municipal. Cinco alunos fizeram menção à palavras como *prefeita*, *administração municipal* e *forma de governo*.

“O que eu mais gosto na minha cidade são os lugares para passear. Eu gostaria que mudasse a segurança e a administração municipal”, disse um aluno.

“Gosto da minha cidade, minha vida é aqui. Mas gostaria que tivesse melhoria em todas as áreas de serviços públicos e diminuísse a violência”, ressaltou outro aluno.

m. Quando você tem algum problema com os serviços públicos (saúde, educação, transporte, coleta de lixo, etc.) você costuma recorrer a alguém? Quem?

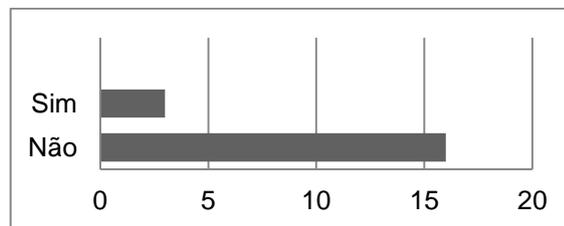


Figura 13: O aluno e os problemas na cidade.

Conforme apresentado na figura, apenas três alunos afirmam recorrer a alguém quando enfrentam problemas com os serviços públicos:

“Sim. A prefeitura e os órgãos públicos”.

“Presidente da Associação de moradores”

“Sim. Ir à prefeitura e falar com algum vereador”.

Quanto aos demais, alguns dizem não recorrer por motivos como falta de informação e descrédito com o setor público. As respostas chamam bastante atenção:

“Não. Mas o certo seria recorrer”.

“Não recorro a ninguém por falta de informação”

“Não. Porque os órgãos públicos não dão a mínima para esses problemas”.

“Não. Me sinto incapaz porque não tem a quem recorrer”.

“Não. Não dão atenção às necessidades dos pobres. Só nos meses de eleição”.

n. Você já foi até a Câmara Municipal?

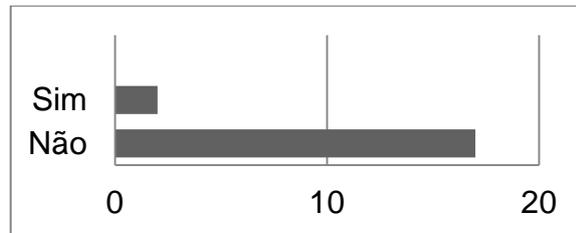


Figura 14: Alunos que já foram à Câmara Municipal.

Como mostra a figura, a grande maioria dos alunos nunca foi até a Câmara. Além disso, os dois alunos que afirmaram já terem ido, não participaram de sessões oficiais. Um desses alunos respondeu que foi à Câmara apenas para *“pegar o certificado de um curso”* e outro disse ter participado de uma *“palestra cultural”*.

6.5.1. Tabuleiro do território e da cidadania

A fim de estabelecer uma aproximação dos estudantes aos temas da intervenção, além de analisar o entendimento e a percepção dos alunos sobre os assuntos abordados, foi elaborado o jogo *“Tabuleiro do Território e da Cidadania”*. Com a atividade buscou-se ainda promover o trabalho em equipe e a resolução de problemas hipotéticos envolvendo situações e problemas cotidianos visando o desenvolvimento da criticidade e criatividade dos educandos.

Conforme afirmam Freitas e Salvi (2007) o uso do lúdico no Ensino Médio visa à participação, a solidariedade, a cooperação, o respeito do aluno a si mesmo e ao outro, bem como a análise crítica, a reflexão, a motivação e a participação em sala de aula e o prazer de aprender a aprender.

Os recursos e materiais: A atividade consiste num jogo que é composto pelos seguintes recursos e materiais:

- a) Um tabuleiro gigante confeccionado com tecidos e com casas enumeradas de 1 a 19;
- b) Um dado de papel;
- c) Fichas de papel com perguntas e tarefas.

As etapas do jogo: A dinâmica do jogo é desenvolvida a partir das seguintes etapas:

- a) A turma é dividida em dois grandes grupos de acordo com a escolha dos alunos.
- b) Cada grupo escolhe uma pessoa para representá-lo.
- c) Os dois representantes jogam o dado a fim de definir qual grupo inicia a atividade. O grupo que tirar o maior número tem a chance de escolher começar ou passar a vez para o grupo adversário.
- d) O grupo que começar estará automaticamente na casa 02. O segundo grupo começa na casa 01.
- e) A cada etapa do tabuleiro o grupo deve responder uma questão ou desenvolver alguma tarefa conforme estabelecido nas fichas que estão enumeradas.
- f) Quando o grupo consegue responder a questão ou desenvolver a tarefa o seu representante deve pular uma casa a partir de onde estiver. Ex. se o representante estiver na casa 04, deve pular para a casa 06. Se o grupo não conseguir atender aquilo que é pedido na ficha, deve permanecer onde estiver.
- g) Vence o jogo aquele que primeiro chegar ao final do percurso.

Embora a atividade consistisse em um jogo, não tivemos o objetivo de provocar a competição. Desse modo, esclarecemos aos alunos que mesmo que não soubesse a resposta completa e corretamente, deveriam responder, já que o importante era a participação. Assim, apenas quando o grupo não conseguisse responder, não poderia avançar.

Importa esclarecer que nessa etapa ainda não haveria exposição dos conteúdos, apenas a mediação objetivando despertar os conhecimentos e a participação dos alunos. Desse modo, foi explicado aos alunos que os temas abordados na atividade seriam trabalhados nas etapas posteriores do projeto.



Figura 15: Tabuleiro do Território e da Cidadania
Fonte: Diogo Jordão

Após o tabuleiro ser colocado no chão a turma foi dividida em dois grupos, que foram classificados como Grupo A e Grupo B. De imediato, duas alunas se prontificaram a representar os seus grupos. O Grupo A jogou o dado caindo no número 05. Já para o Grupo B saiu o número 06 tendo, portanto, a oportunidade de começar o jogo.

A seguir será descrito como se deu o desenvolvimento do jogo, com as fichas e os relatos das respectivas ações dos estudantes:

1. Muito se fala sobre a cidadania, mas nem sempre sabemos o que ela realmente significa. O que você entende por cidadania?

Nesse momento os alunos demonstraram certa dificuldade em responder. A resposta foi em forma de algumas palavras que eles entendiam ter relação ao conceito. Citaram as palavras *cidade*, *sociedade* e *cidadão*. Ao perceber a dificuldade dos alunos em formular a resposta, indaguei sobre o que caracterizaria o *cidadão* citado por eles. A partir daí as respostas dos alunos conseguiram se aproximar um pouco mais daquilo que seria o conceito de cidadania. Um dos alunos respondeu que o “*cidadão mora em um lugar*”. Por fim, outro respondeu “*cidadãos tem direitos iguais*”.

Essa primeira pergunta revelou que embora os alunos tenham até mesmo certa noção do conceito de cidadania, têm dificuldades em sistematizar os conhecimentos e expressá-lo de forma coerente.

2. Qual a relação entre a Constituição Federal e a cidadania?

Dessa vez os alunos tiveram ainda mais dificuldades em responder. Inicialmente discutiram entre si sobre o que seria a Constituição Federal. As primeiras palavras evidenciaram a pouca ou nenhuma noção do que seria. Dois dos alunos tentaram inicialmente decifrar a palavra “Federal”. Pelas respostas eles tinham a noção que se tratava de algo referente às esferas de poder. Entretanto não sabiam exatamente se era referente à esfera nacional, estadual ou municipal. “*Acho que federal é do município*”, disse um aluno. Outra aluna ficou em dúvida se o termo federal era referente ao estado (unidade da federação) ou ao Brasil.

Sem chegar a um consenso, resolveram me perguntar: “*professor, federal é do município, do estado ou do país?*”. Respondi que o termo federal diz respeito à federação: União, estados e municípios; que era referente ao território nacional como um todo. Entretanto, ainda assim não sabiam o que era a Constituição Federal. Mais uma vez percebendo a dificuldade dos alunos, procurei dar algumas informações de maneira simples para que eles chegassem a uma resposta. Falei que a Constituição Federal é um documento que possui as leis que regem o nosso país. Mesmo com a dica apenas um aluno conseguiu dar uma resposta mais próxima daquilo que se esperava: “*Já sei, então a Constituição tem os direitos que o cidadão tem*”. Ficou evidenciado que os alunos praticamente desconhecem a Carta Magna que tem os princípios da cidadania.

3. Para vocês, há relação entre a cidadania e o território? Explique.

Diante da pergunta, os alunos apresentaram dúvida, mas suas respostas ficaram restritas ao sentido de pertencimento do cidadão ao seu lugar de moradia. Todavia, não conseguiram formular uma resposta coerente: “*onde o cidadão mora*” disse um aluno. Outro completou com a palavra “*governo*”, no sentido de dizer que o cidadão mora num lugar que tem um governo.



Figura 16: Alunos durante atividade
Fonte: Diogo Jordão

4. A cidadania se estabelece diariamente em nossas vivências. Cite e explique duas ações diárias que vocês consideram exemplos de cidadania.

Quando a ficha foi lida, imediatamente uma das alunas respondeu: “*Vir para a escola é um exemplo. A gente tem o direito à educação*”. Já outro aluno deu o exemplo de “*ajudar um velhinho atravessar a rua*”, o que demonstra uma ideia de cidadania relacionada a fazer o bem para o próximo, distante do sentido de uma cidadania formal, ligada aos direitos, como no primeiro exemplo da aluna.

5. A política é um processo que caracteriza a nossa sociedade. Você considera que existe relação entre o sistema político-eleitoral e o alcance da cidadania pela população? Explique.

Mais uma vez houve a dificuldade de dar uma resposta concreta. Inicialmente, sem chegar a uma resposta, os alunos disseram algumas palavras que pensavam ter a ver com a resposta, como “*eleição*”, “*prefeito*” e “*vereador*”. Indaguei qual seria a função dos vereadores e prefeitos. Por fim, depois de algumas discussões entre eles, um aluno respondeu que “*sem eleição não vamos ter a quem reclamar*”, fazendo referência à cobrança pelo cumprimento dos direitos sociais essenciais ao cidadão.

6. Segundo o artigo 1º da Constituição Federal/1988, o Brasil constitui uma República Federativa. Isso significa que o território nacional é organizado politicamente pelo modelo federativo. Sendo este uma engenharia política historicamente construída para resolver o problema prático da convivência das diferenças, sendo também uma tentativa de resolver o problema das desigualdades sociais e regionais. A federação é composta por esferas administrativas de modo que cada uma possui competências para corrigir as desigualdades e possibilitar o exercício da cidadania.

Explique quais são as esferas administrativas que compõem a estrutura federativa do Brasil.

Inicialmente os alunos tiveram dificuldades em entender o que seriam as esferas administrativas. Discutiram entre eles e se questionavam se não seriam os governantes, citando os presidentes e governadores. Após fazerem essa colocação, os questioneei sobre quais territórios esses governantes representavam. Finalmente responderam “*o Brasil, os estados e os municípios*”.

7. A cidadania se estabelece no nosso cotidiano, mas muitas das vezes a nossa cidadania é negada. Cite e explique dois exemplos concretos que representam a negação à cidadania em Campos dos Goytacazes.

Após ler a ficha, um dos alunos do grupo colocou a questão dos hospitais do município. Nas palavras dele: “*difícilmente os hospitais tem vagas para atender a população*”. Outra aluna colocou um problema envolvendo os alunos e os transportes alternativos existentes em Campos. Segundo ela: “*Aqui (em Campos) cada van deve ter vaga gratuita para dois idosos e dois estudantes, mas isso nunca é respeitado. Acho errado*”.

8. Os moradores de um bairro da cidade reclamam que não estão sendo atendidos pelo transporte coletivo e por isso não conseguem chegar ao centro da cidade. A quem os moradores desse bairro devem recorrer para solicitar a solução desse problema?

Depois de discutir entre si, os alunos responderam que os moradores deveriam procurar a prefeitura e a Câmara de vereadores para que se solucionasse o caso.

9. A cada quatro anos há eleições para escolhermos os prefeitos e vereadores de nosso município. Muitas pessoas confundem o papel do vereador. Cite as funções do vereador.

Embora os alunos já tivessem falado sobre os vereadores nas etapas anteriores, eles tiveram dificuldades em apontar claramente as funções dos mesmos. Primeiramente um dos alunos colocou que “*o vereador deve atender a população*”, referenciando-se aos casos de quando o cidadão tem algum problema e o vereador deve resolvê-lo. Após tal resposta, uma aluna disse, mesmo com bastante incerteza, que uma das funções seria a de fazer leis. Todavia, outro aluno retrucou negativamente, afirmando: “*eu acho que não, as leis já existem na Constituição Federal, então não precisa fazer mais leis*”. Persistindo a dúvida entre eles, afirmei que uma das funções dos vereadores é fazer leis, todavia, no âmbito municipal e que, a Constituição é lei maior, que define, inclusive, as funções do vereador. A resposta dos alunos evidencia a falta de conhecimentos mais aprofundados sobre o assunto que deveria ser tão próximo deles.

10. O mês de julho do ano passado foi marcado por manifestações em diversas cidades do país. Vocês sabem quais foram os motivos dessas mobilizações?

Na décima etapa os alunos demonstraram que estavam antenados com os acontecimentos. Questionados sobre os motivos das manifestações de julho de 2013,

responderam: “o preço das passagens”. Outra aluna ressaltou o *slogan* que ficou bastante evidente na época “*não é só por 20 centavos*”, evidenciando que as manifestações foram além do pedido de cancelamento do aumento das passagens.

11. A família de João Paulo estava construindo sua casa e recebeu de um vereador as telhas para completar a obra. Na ocasião o vereador também disse que conseguiria uma bolsa de estudos para João Paulo. Em troca desses benefícios a família deveria votar naquele vereador na próxima eleição. Vocês consideram essas ações corretas? Por quê?

Essa situação-problema causou bastante discussão entre os alunos. Alguns disseram concordar com as ações, outros ficaram em dúvida se esse tipo de comportamento é correto. Por fim, um dos alunos ressaltou: “*acho que pra alguns pode ser certo, por que as pessoas precisam. Mas na verdade não é correto, por que isso é uma compra de voto*”.

12. Você considera ser importante a participação do cidadão na vida política do município? Explique.

Praticamente todos os alunos disseram concordar com a participação cidadã na vida política. Segundo eles, a participação é necessária para cobrar a ação dos representantes. Como afirmou uma aluna: “*Se a gente colocou eles lá, tem que participar pra cobrar*”.

13. A busca pela cidadania constitui um processo contínuo, sendo fundamental a participação da população. Cite um exemplo de mecanismo de participação social na vida política do seu município.

Após ser a ficha ter sido lida, imediatamente vários alunos responderam “o voto”. Questionei se não haveria outros meios para participar politicamente. Diante disso, alguns alunos responderam que os protestos seriam outra forma de participação. Embora as respostas sejam corretas, evidencia-se um desconhecimento de outros mecanismos participativos que podem ser apropriados pelos cidadãos.

14. Imagine a seguinte situação: João Pedro tem cinco anos e mora com sua família num distrito distante do centro do município. No início do ano sua mãe foi matriculá-lo na escola, todavia foi informada que não havia mais vagas na única escola infantil dali. A mesma situação ocorreu com outras famílias, que não puderam colocar seus filhos em uma escola. Sabendo que o acesso à educação constitui um direito básico de todo cidadão, quais alternativas vocês apontariam para que a família do João Pedro e seus vizinhos busquem o direito de estudar numa escola pública?

Essa questão gerou um debate no grupo. Inicialmente alguns alunos disseram que uma solução seria ir até a prefeitura cobrar uma solução. Diante da resposta questionei a eles que tipo de solução a prefeitura poderia dar ao problema. Os alunos sugeriram então que a prefeitura disponibilizasse transportes para levar os estudantes para uma escola na sede do município que tivesse vaga. O que pode evidenciar que a ideia de concentração dos equipamentos e serviços públicos na região central é natural entre eles. Por fim, questionei aos estudantes sobre a hipótese de se construir outra escola perto da casa de João Pedro. Os alunos então concordaram. Disseram que esta seria a melhor solução, pois os estudantes ficariam próximos às suas casas, sem precisar fazer um grande deslocamento.

15. A configuração espacial da área urbana de Campos é caracterizada pela dualidade centro-periferia, sendo esta resultante de um processo no qual o poder público municipal orientou-se por realizar investimentos na área central, buscando garantir a lógica burguesa de desenvolvimento e progresso, e a desvalorização das demais localidades nas quais se concentrava a população pobre, sem acesso a equipamentos e serviços públicos urbanos.

Tendo em vista que entre as principais atribuições estabelecidas aos municípios está a de organizar o uso dos espaços na cidade definindo, por exemplo, se uma região deve ser residencial ou comercial, ou ainda como devem ser distribuídos os bens e serviços urbanos, como escolas e hospitais. Se fosse o prefeito do município, que ações você faria para resolver esse problema?

Essa etapa visava que os alunos se colocassem como gestor do município. Entretanto, de modo contrário, as primeiras respostas evidenciaram uma dificuldade de os alunos se colocarem nessa posição. Uma aluna, um pouco mais eufórica, disse que a população deveria protestar. Outros concordaram, mas logo lembraram que eles próprios deveriam estabelecer a solução como prefeitos. Nesse momento um aluno apontou: “*acho que deveria trazer todas as pessoas para o centro da cidade*”. O que mais uma vez evidenciou que a concentração de equipamentos no centro é visto por eles como algo natural e eficaz.

Questionei então se isso não poderia piorar a situação, já que haveria uma superconcentração de população no centro, gerando um caos na circulação e atendimento dos serviços. Depois de uma discussão entre eles, um aluno finalmente apontou que uma solução seria distribuir os serviços pelas outras áreas da cidade, o que poderia fazer com que os demais cidadãos fossem atendidos.

16. Qual das esferas de poder da nossa estrutura federativa constitui-se como a principal na promoção da cidadania por possuir as atribuições que influenciam diretamente a vida do cidadão?

Mais uma vez tiveram dúvidas sobre a estrutura federativa. Relembrei-os dizendo que a União, os estados juntamente com o Distrito Federal e os municípios compõem a nossa estrutura federativa. Depois da minha colocação, uma aluna, com pouca certeza, questionou se seria a União a principal esfera que interfere na vida do cidadão. Outro aluno respondeu negativamente: “*Acho que não. É o município, porque o cidadão mora no município*”.

17. Você já ouviu falar do Plano Diretor Participativo? Explique o que é.

Para os alunos essa expressão parecia totalmente desconhecida. Mais uma vez, buscando dar uma resposta, os alunos tentaram decifrar as palavras separadamente. Após o debate entre eles, concluíram, com completa incerteza, que o PDI seria um plano que o diretor da escola participava. O que evidenciou o desconhecimento do PDI enquanto mecanismo

participativo na elaboração das diretrizes de ocupação do solo urbano.

Pelo fato do grupo não ter conseguido responder a pergunta, o seu representante permaneceu no mesmo lugar.

18. Explique o que são os Conselhos Municipais de Políticas Públicas.

Inicialmente os alunos aparentavam não saber. Uma das alunas, no entanto, comentou: *“Acho que isso é uma reunião que tem todo mês onde a população tem o direito de participar”*.

19. Suponha que vocês tenham que fazer uma campanha de conscientização a respeito da necessidade de participação da população do seu bairro/distrito nas sessões da Câmara Municipal. Faça um breve discurso nesse sentido.

Nessa etapa os alunos tiveram dificuldades em elaborar um único discurso. Cada um dizia frases que consideravam importantes e necessárias a uma situação como aquela proposta. Uma das alunas iniciou comentando os diversos problemas do seu bairro: *“Nosso bairro não tem saneamento básico, não tem asfalto, tem que melhorar o transporte”*. Outra afirmava: *“Precisamos reivindicar nossos direitos”*.

“O que falta é emprego. Tinham que trazer indústrias”. Ressaltou uma aluna.

Já outro aluno retrucou: *“Acho que o que falta em Campos é emprego. Ao invés de dar casa e cheque-cidadão, a prefeitura tinha que dar empregos”*.

“Na verdade emprego tem, o que falta é jovens qualificados. A prefeitura até dá os cursos, mas são poucas vagas. Não dá pra todo mundo.” Justificou outra aluna.

Após essas colocações, os alunos começaram a falar sobre a Câmara. Todavia, pelas suas palavras foi possível perceber que eles consideram a ideia de participar das sessões da Câmara Municipal como insuficientes para alcançar o atendimento às demandas da população.

“Eu acho que tem que quebrar a rua”, disse um aluno mais exaltado.

“Tem que manifestar, parar uma BR”, afirmou outro aluno.

“Tem que começar a prejudicar o governo. Só quando prejudica que eles fazem alguma coisa”. Completou uma aluna.

Por fim, os alunos não conseguiram elaborar um discurso único. Entretanto, a partir de suas colocações percebeu-se que eles não consideram a Câmara como um espaço importante para participar politicamente, talvez pelo desconhecimento das funções dos vereadores ou mesmo pela falta de identificação com os mesmos. Por outro lado, eles visualizam as outras formas de participação bem claramente, como as manifestações.

Ao final das etapas os grupos A e B encontravam-se empatados. Os alunos pediram então que eu fizesse outra tarefa para que desempatasse. Resolvi repetir a pergunta referente aos mecanismos de participação política. O grupo que respondesse primeiro ganharia. Nesse momento os alunos mais uma vez colocaram os protestos como mecanismos. Expliquei que os protestos, embora legítimos, não são espaços formais de participação e que existem outros tipos de mecanismos que o cidadão pode participar constantemente. Finalmente, um dos alunos do grupo B comentou: *“acho que uma forma é fazer um protesto na Câmara”*.

A partir do resultado da atividade, podemos perceber uma dificuldade dos alunos em relação aos temas abordados, tanto no sentido de dar uma resposta coerente ao problema apresentado, quanto na forma de expressar aquilo que eles pensavam. Embora os alunos não soubessem corretamente as respostas ou tivessem uma solução ao que lhes era pedido, os mesmos se esforçavam para dizer aquilo que consideravam pertinentes. Além disso, a atividade possibilitou uma grande interação entre os discentes, de modo que eles procuravam, conjuntamente, encontrar uma resposta ou solução ao que era apresentado ao grupo.

Quanto aos temas abordados a partir das perguntas e situações-problemas, percebe-se o pouco conhecimento dos alunos quanto aqueles referentes à cidadania formal, havendo ainda o desconhecimento das estruturas normativas que nos garantem os direitos básicos, como a Constituição. Houve uma dificuldade em explicar o que seria a cidadania, assim como sua relação com a Constituição Federal.

Embora alguns alunos tenham dado exemplos práticos de cidadania e de desrespeito aos direitos de cidadania, evidenciou-se uma dificuldade em considerá-los a partir do sentido formal, aquele dos direitos garantidos a todos igualmente visando a justiça social. Do mesmo modo, evidenciou-se a pouca percepção dos alunos quanto a interferência do território nas

práticas dos direitos sociais. Nesse sentido, chama atenção o raso conhecimento sobre a estrutura normativa do território, assim como o papel de cada ente federativo na garantia dos direitos de cidadania.

Além disso, poucos demonstraram entender que a disponibilidade dos equipamentos e serviços públicos próximos ao local de moradia do indivíduo é um fator fundamental ao seu bem-estar. Para alguns deles, a concentração desses equipamentos e serviços numa única área da cidade é vista como natural e eficiente, assim como o fato de a população ter que se deslocar para ser atendida.

Por outro lado, percebemos que os alunos expressavam bastante descontentamento e revolta quando citam as situações de desrespeito aos seus direitos. Nesses momentos eles conseguiam se expressar com mais facilidade, já que estavam falando de situações que vivem cotidianamente.

Entretanto, diante das discussões levantadas na atividade, demonstrou-se um distanciamento dos alunos ao campo político da cidadania. Embora compreendam que os gestores públicos devem atender as demandas da população no cumprimento de seus direitos básicos, os alunos os consideram incapazes nessa função. Diante disso, consideram as manifestações nas ruas como o mecanismo mais eficaz para que a população consiga o atendimento aos serviços básicos aos quais necessitam. Nem mesmo a Câmara Municipal é reconhecida por eles como um espaço participativo na busca pela garantia do atendimento às demandas sociais. Quanto aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, estes são mecanismos desconhecidos pela maioria deles. Enquanto que o Plano Diretor Participativo não é lembrado por nenhum dos alunos.

6.6. Etapa II: Território e cidadania

A realização dessa etapa se deu no dia 05 de maio. Na ocasião, devido à permanência da greve dos rodoviários, apenas 15 alunos compareceram à aula. Estes se mostraram bastantes interessados em participar da aula. Questionavam, respondiam as indagações e faziam colocações pertinentes aos temas discutidos.

Primeiramente, a professora Vanessa explicou à turma que a aula daquele dia seria um prosseguimento daquilo que foi realizado no dia 07 de abril. Como já havia passado algum tempo, relembrei-os quanto ao tema e aos objetivos do projeto. Após esse momento, passei a

trabalhar o conteúdo com a utilização de *slides* por meio do *Data Show*. As atividades foram divididas em cinco momentos, como relatados a seguir.

No **1º momento** buscamos discutir o conceito de cidadania. Inicialmente expliquei que existem diversas discussões em torno desse conceito, todavia trabalharíamos com uma delas, aquela proposta por Marshall (1967) referente ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais necessários ao alcance da justiça social. Ressaltei que tais direitos são os princípios básicos da cidadania e que estes estão estabelecidos por meio das leis que regem o nosso país, principalmente na Constituição Federal.

Para possibilitar uma melhor compreensão, passamos a trabalhar utilizando a própria CF como recurso didático¹². Como havia apenas sete exemplares, pedi que os alunos se juntassem em duplas e trios. Naquele momento, os alunos ficaram bastante curiosos, pois, segundo eles, nunca tinham tido acesso àquele documento.



Figura 17: Alunos durante atividade com a CF.
Fonte: Diogo Jordão



Figura 18: Alunos durante atividade com a CF.
Fonte: Diogo Jordão

Machado (2011) defende que a CF apresenta-se como um valioso instrumento para se trabalhar a construção da cidadania no ensino de Geografia, haja vista que nos seus artigos estão os princípios que qualificam o cidadão. O autor defende que a Geografia deve proporcionar ao aluno perceber-se enquanto cidadão e que, de tal modo, tem participação direta no espaço que se encontra, sendo munido de direitos e caminhos políticos previstos na Constituição Federal e em estatutos para se realizar enquanto cidadão.

Considerando tais pressupostos, primeiramente discutimos o Art. 1 da CF¹³, que caracteriza a República Federativa do Brasil e que também apresenta a cidadania entre os seus fundamentos. A partir daí, passamos a abordar o que seria cada tipo de direito - civil, político

¹² BRASIL, **Constituição Federal**. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo. Brasília, DF, Senado. 1988 [2012].

¹³ A íntegra dos Artigos está no Anexo A.

e social -, por meio de alguns dos direitos inscritos nos artigos da CF. Para provocar a participação da turma, pedia-se que os alunos lessem e discutissem esses artigos.

Os direitos civis foram trabalhados a partir do Art. 5, pelo qual se viu, por exemplo, o direito à vida, à liberdade e a igualdade. Já alguns dos direitos políticos, foram vistos no Art. 14, referente à soberania popular exercida pelo sufrágio universal por meio do voto, assim como pelo plebiscito, referendo e iniciativa popular. Por fim, os direitos sociais foram discutidos a partir do Art. 6, pelo qual se garante a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Ressalta-se, no entanto, que o objetivo dessa parte da intervenção não foi simplesmente conhecer os direitos. Buscava-se, na verdade, refletir como a cidadania se estabelece no espaço a partir do confronto entre aquilo que é previsto na lei e a realidade concreta do aluno.

Conforme assevera Machado (2011), o papel do ensino de Geografia não é simplesmente mostrar a legislação ao aluno, ensinar os artigos da lei que garantem sua cidadania, mas investigar o espaço, refletir sobre aspectos essenciais do espaço a partir da estrutura normativa, revelando as contradições presentes no espaço, oferecendo assim os instrumentos para que o aluno possa por si só refletir criticamente sobre a sua realidade e sobre o mundo.

Se pretendemos transmitir ao aluno as ferramentas e instrumentos que lhe garantem uma cidadania mínima, não podemos unicamente apresentar os artigos e incisos nas estruturas normativas que o proporcionam tal cidadania, mas antes é imprescindível pensar e refletir o espaço a partir do que está normativamente registrado. Pensar, também, o mundo e o indivíduo no mundo. Assim, oferecer ao aluno condições de perceber sua realidade como construção social. (MACHADO, 2011, p.41)

À medida que o indivíduo compreende o espaço e conhece as normas que garantem sua cidadania, ele está habilitado a agir no sentido de diminuir as fragmentações e desigualdades que o cercam, e o faz à medida que exige seus direitos, e à medida que compreende o sentido das normas exige dos órgãos responsáveis a atualização da estrutura normativa a partir da ação dos grupos e movimentos políticos, através da ação política.

Desse modo, busquei questionar aos alunos como aquilo que eles estavam lendo na Constituição era percebido no dia a dia de cada um deles. Nesse momento os alunos apresentaram diversos exemplos que consideravam como negação àqueles direitos, como a

falta de vagas em hospitais e a ausência de espaços de lazer. A partir dos exemplos dados pelos discentes foi possível ressaltar a importância do território na concretização da cidadania. Procuramos evidenciar que para haver a efetivação dos direitos sociais torna-se necessária a existência de serviços e equipamentos próximos à população, ao passo que a ausência ou a dificuldade de acesso a estes impossibilita ao indivíduo viver sua cidadania plenamente.

No **2º momento**, prosseguindo com o mesmo debate, apresentei seis charges que discutem certos problemas referentes à negação aos direitos sociais. O objetivo de trabalhar com as charges foi, a partir de suas leituras, fazer uma reflexão sobre alguns problemas sociais e ao mesmo tempo possibilitar um momento de descontração na aula.

Consideramos que o uso da charge como recurso didático pode enriquecer significativamente o ensino de Geografia. Conforme salientam Silva e Benedictis (2013), as charges têm a capacidade de enriquecer e complementar o processo de ensino-aprendizagem, pois motiva a reflexão de diferentes realidades geográficas, o que desperta no educando a criticidade e os tornam sujeitos críticos-reflexivos. As autoras também afirmam que as charges oferecem a oportunidade de trabalhar os conteúdos por um viés crítico e ao mesmo tempo prazeroso, já que utilizam temas atuais de forma humorada, prendendo a atenção do aluno e também aguçando o seu olhar para a compreensão da realidade.

As charges representadas nas figuras 19 e 20 fazem referência aos constantes casos relacionados à saúde pública no país, como a falta de vagas e médicos. Na primeira charge uma médica faz o sorteio dos pacientes que poderão ser atendidos, revelando a falta de estrutura para atender a grande demanda da população. A segunda, que mostra uma criança assustada pelo fato de ter um cadáver ao seu lado, faz alusão às filas de espera nos hospitais. A partir das figuras, os alunos relataram vivenciar situações semelhantes no seu dia a dia. Segundo eles, os hospitais e postos de saúde locais não conseguem atender toda a demanda e vivem superlotados.



Figura 19: Charge "Sorteio no hospital"¹⁴



Figura 20: Charge "Fila de Espera"¹⁵

A charge "Ônibus lotado", apresentada na figura 21, faz referência à problemática envolvendo os transportes coletivos, como a falta de ônibus que resulta na superlotação. A discussão a partir dessa figura foi bastante interessante, pois durante aquela semana estava ocorrendo uma greve dos rodoviários no município, de modo que esse tema estava sendo bastante discutido nos noticiários e por toda a população local. Os alunos relataram diversos problemas cotidianos envolvendo o serviço de transporte, como os atrasos, a superlotação e até mesmo a ausência de rotas em alguns bairros.



Figura 21: Charge "Onibus Lotado"¹⁶



Figura 22: Charge "Caos na Educação"¹⁷

¹⁴ Disponível em: <http://upanema.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html> Acesso em: 25/04/14.

¹⁵ Disponível em: <<http://cienciassociaisnarede.blogspot.com.br/p/charges.html>> Acesso em: 25/04/14.

¹⁶ Disponível em: <<http://meumundoemovoo.blogspot.com.br/2011/09/charge-transporte-coletivo-de-caruaru.html>> Acesso em: 26/04/14.

¹⁷ Disponível em: <http://upanema.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html> Acesso em: 26/04/14.

Já a charge da figura 22 faz uma crítica à situação da educação, referindo-se, mais especificamente, ao descaso do Estado com o setor. Ao analisar a figura, os alunos fizeram uma comparação com a própria escola que estudam. Relataram a falta de materiais e recursos e a má estrutura. Citaram, como exemplo, a falta de ventiladores nas salas de aula, o que causa um grande desconforto em períodos de calor, atrapalhando nos estudos. Entretanto, ressaltaram também que essa situação é comum em qualquer lugar do município e no país.

Já a partir da charge “Assalto” (Figura 23), foi possível discutir a problemática da violência. Fazendo alusão à situação evidenciada na figura, os alunos disseram que até mesmo quando se tem policiamento ocorrem casos de violência. Segundo eles, é necessária uma atuação da polícia nas diversas regiões do município. Por fim, a charge “Conto de fadas” (Figura 24) possibilitou discutir a questão do direito à moradia no Brasil, assim como todos os direitos que não são respeitados na prática cotidiana, fazendo com que a Constituição apresente-se como um “conto de fadas”, como brincou o autor da charge.



Figura 23: Charge “Assalto”¹⁸



Figura 24: Charge “Conto de Fadas”¹⁹

No **3º momento**, mais uma vez com a Constituição, passamos a discutir a organização político-administrativa do Brasil, evidenciando que o território brasileiro possui uma divisão que busca possibilitar a efetivação dos direitos essenciais ao cidadão. O ponto de partida foi a leitura do Art. 18, que afirma que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Nesse momento, ressaltamos que cada uma dessas esferas possuem competências e que estas também estão estabelecidas na Constituição.

¹⁸ Disponível em: <<http://paginasimoefilho.com.br/noticias/policia/page/10>> Acesso em: 26/04/14.

¹⁹ Disponível em: <<http://professor-josimar.blogspot.com.br/2012/01/constituicao-de-1988-e-as-outras.html>> Acesso em: 26/04/14.

Considerando a sua importância no fazer cidadão, buscamos enfatizar o Município. Para tanto, pedimos que os alunos analisassem o Art. 30 da CF, no qual estão instituídas algumas das competências dos municípios e que estabelece claramente a sua obrigação em legislar sobre assuntos de interesse local. Ressaltando ainda a obrigação com a educação infantil e fundamental, assim como com o transporte.

Ainda nesse sentido, tendo em vista a competência do município em relação à definição do uso do solo, conforme no inciso VIII do Art. 30 e também no que é estabelecido no Estatuto da Cidade, buscamos trabalhar, embora de forma rápida, com o Plano Diretor Municipal. Este foi o **4º momento** da aula. Além de apresentá-lo como um importante documento que estabelece a política urbana do município, ressaltamos também o caráter democrático como princípio do PDM, já que sua elaboração, execução e acompanhamento deve ser feito por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos sociais, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade.

Mediante a impossibilidade de levar cópias do PDM para os alunos devido ao tamanho do documento, utilizamos uma cópia digital, adquirida no site da Prefeitura Municipal²⁰. Com o Plano projetado por meio do Data Show, passamos a apresentar e discutir algumas de suas diretrizes.

O Art. V do Capítulo II estabelece que um dos objetivos da política urbana é “qualificar o município de Campos dos Goytacazes, oferecendo a toda a população condições de conforto ambiental, lazer e instrumentos urbanos adequados visando o aumento contínuo da qualidade de vida dos seus munícipes”. Já o Art. VI institui como objetivo “favorecer o acesso à terra, à habitação, aos serviços urbanos e aos equipamentos públicos para toda a população de Campos dos Goytacazes de maneira igualitária”.

Nesses dois artigos é bastante evidente como o território se coloca como elemento fundamental na promoção do bem estar social. Entretanto, conforme colocado pelos alunos, na realidade nem toda a população é atendida pelos serviços e equipamentos públicos, havendo, portanto, uma desigualdade na promoção da cidadania dos cidadãos do município.

Outro ponto destacado no PDM foi o inciso III do Art. 101 que estabelece as diretrizes da política habitacional no município. Por meio deste fica garantido que “todos os programas habitacionais serão atendidos por infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais básicos”. Tendo em vista que o município possui o programa habitacional “Morar Feliz”, pedi à turma que analisasse brevemente a execução do programa confrontando com o que é

²⁰ Site da Prefeitura Municipal de Campos: <http://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php> Acesso em: 13/05/14.

estabelecido nas diretrizes do PDM. Os alunos disseram que “muitas das vezes, próximo a essas moradias não tem escolas e hospitais”. Ressaltaram também que a casa nem sempre dá para atender as necessidades de cada família. “Tem famílias que tem cinco filhos e a casa só tem dois quartos pequenos”, disse um aluno. Outra colocação feita pelos alunos foi referente ao aumento da violência nos conjuntos habitacionais. Segundo os discentes, em muitos casos a prefeitura coloca num mesmo conjunto facções criminosas rivais, o que resulta no aumento da violência, já que nesses locais não há policiamento.

No **5º momento**, dando sequência às atividades, passei a apresentar as respostas e resultados referentes aos questionários que os próprios alunos responderam na primeira etapa da intervenção, no dia 07 de abril. A aplicação dos questionários teve o objetivo de conhecer os alunos, visando entender como estes se relacionam com os seus respectivos bairros e com o município na perspectiva da prática cidadã. Assim, mediante os resultados era possível fazer uma análise de como os discentes e seus familiares eram atendidos pelos serviços básicos que possibilitam o seu bem estar.

A ideia de apresentar os resultados do questionário partiu da consideração de que os alunos poderiam, a partir daí, se perceber enquanto cidadão, refletindo sobre os fatores que caracterizam a cidadania mediante o seu lugar de vivência, assim como possibilitar uma reflexão sobre o modo como o território e as desigualdades nele expressas influenciam na qualidade da cidadania de cada um deles. Além disso, nesse momento, os alunos poderiam se perceber enquanto sujeitos do processo de ensino aprendizagem, já que o conteúdo apresentado foi uma construção deles próprios enquanto cidadãos que vivem num território.

Consideramos o pressuposto de que para desenvolver um ensino crítico e voltado para a formação cidadã, o professor deve, fundamentalmente levar em consideração a realidade do aluno. Essa ação possibilita uma maior motivação para o aluno estabelecer uma relação de cognição com os conteúdos apresentados, colocando-se como sujeito do conhecimento (CAVALCANTI, 2010).

Esse momento da intervenção foi bastante interessante, pois os alunos ficaram curiosos para saber o resultado daquilo que eles responderam. Do mesmo modo, ficavam tentando adivinhar o que os outros colegas tinham respondido. Questionei-os sobre os resultados que mais havia chamado sua atenção. A maioria respondeu que foram aqueles referentes à situação dos transportes e à existência de ambientes de cultura e lazer. Em relação aos transportes, a maioria dos alunos havia classificado a situação do como regular. Apenas seis disseram que as condições são precárias e nenhum disse ser ótima. Quanto à pergunta sobre a existência de áreas de cultura e lazer, apenas nove alunos responderam positivamente.

Entretanto, em sua maioria, disseram que tais ambientes se resumem a uma quadra ou parque esportivo. Nenhum tinha afirmado haver equipamentos de cultura próximos à sua casa. A análise dos resultados possibilitou-os refletir sobre como a sua qualidade de vida está relacionada às condições oferecidas pelo território, seja na sua rua, no seu bairro ou no conjunto da cidade.

No **6º momento**, continuamos trabalhando com a questão da disponibilização de serviços e equipamentos no município. Entretanto, agora passamos a apresentar dados oficiais da espacialização dos serviços saneamento básico, saúde, assistência social e educação. Os dados apresentados e discutidos nessa etapa da intervenção são os mesmos que foram discutidos na primeira parte do presente trabalho. O objetivo, assim como no momento anterior, foi refletir sobre como o espaço se estabelece enquanto condicionante da prática cidadã.

Desse modo, primeiramente apresentamos o mapa que apresenta a distribuição da população (Figura 02) a fim de que os alunos analisassem como o território municipal está organizado administrativamente e como a população está distribuída nesses espaços. A partir daí iniciamos mostrando os dados referentes aos serviços de abastecimento de água e coleta de lixo a partir de tabelas (Tabelas 04 e 05).

Posteriormente, a fim de apresentar os dados referentes à distribuição das UBSs, Creches, Escolas Municipais e dos CRAS, utilizamos o software Google Earth²¹, projetando a sua imagem por meio de Data Show. A visualização da localização dos equipamentos a partir do GE, como mostrado nas figuras 25 e 26, é possibilitada a partir da marcação dos endereços georreferenciados e armazenados em formato KMZ²² (Keyhole Markup Zip). Tais ferramentas constituem-se no âmbito dos Sistemas de Informações Georreferenciadas (SIG), que podem ser entendido como um banco de dados georreferenciados, ou seja, localizados de maneira precisa no espaço, cujas informações geradas são úteis para o planejamento territorial. Para trabalhar com os dados da referida maneira, baixamos o GE gratuitamente

²¹ “O Google Earth é um software gratuito, desenvolvido pela empresa Google, com ferramentas de fácil manuseio, e que disponibiliza imagens de satélites de alta resolução, que nos permite a representação da superfície terrestre de forma que a escala da imagem pode ser simulada, podem ser usadas para observar elementos geográficos, como as áreas urbanas, as áreas agrícolas, a estrutura viária, o relevo, a hidrografia e a vegetação, propiciando também a comparação dos objetos geográficos em diferentes escalas”. (FERREIRA e CUNHA, 2010, p.202).

²² Um arquivo KMZ é uma versão compactada do formato KML (Keyhole Markup Language). Este é o formato utilizado pelo Google Earth na marcação de endereços georreferenciados e dados geoespaciais em três dimensões. Cada arquivo KML contém dados de título, latitude e longitude, além de informações extras como descrições, links e modelos em 3D. Disponível em: <<http://earth.google.com/kml>>. Acesso em: 13/05/14.

pela internet²³. Já os arquivos KMZ foram adquiridos no CIDAC, que trabalha com o georreferenciamento dos equipamentos públicos do município de Campos dos Goytacazes.

Segundo Silva e Carneiro (2011), o acesso e uso das geotecnologias devem ser encarados como forma de conhecer com maior clareza as dinâmicas ambientais e sociais. Assim, à medida que as pessoas podem experimentar e perceber melhor o espaço onde vivem, desenvolvem a capacidade crítica frente aos problemas sociais. Os autores ressaltam que no ensino da geografia e demais disciplinas “a inserção das geotecnologias possibilita formação crítica dos alunos, tanto para o conhecimento do espaço onde vivem, como para participação ativa dos indivíduos nas tomadas de decisão pela sociedade” (p.333).

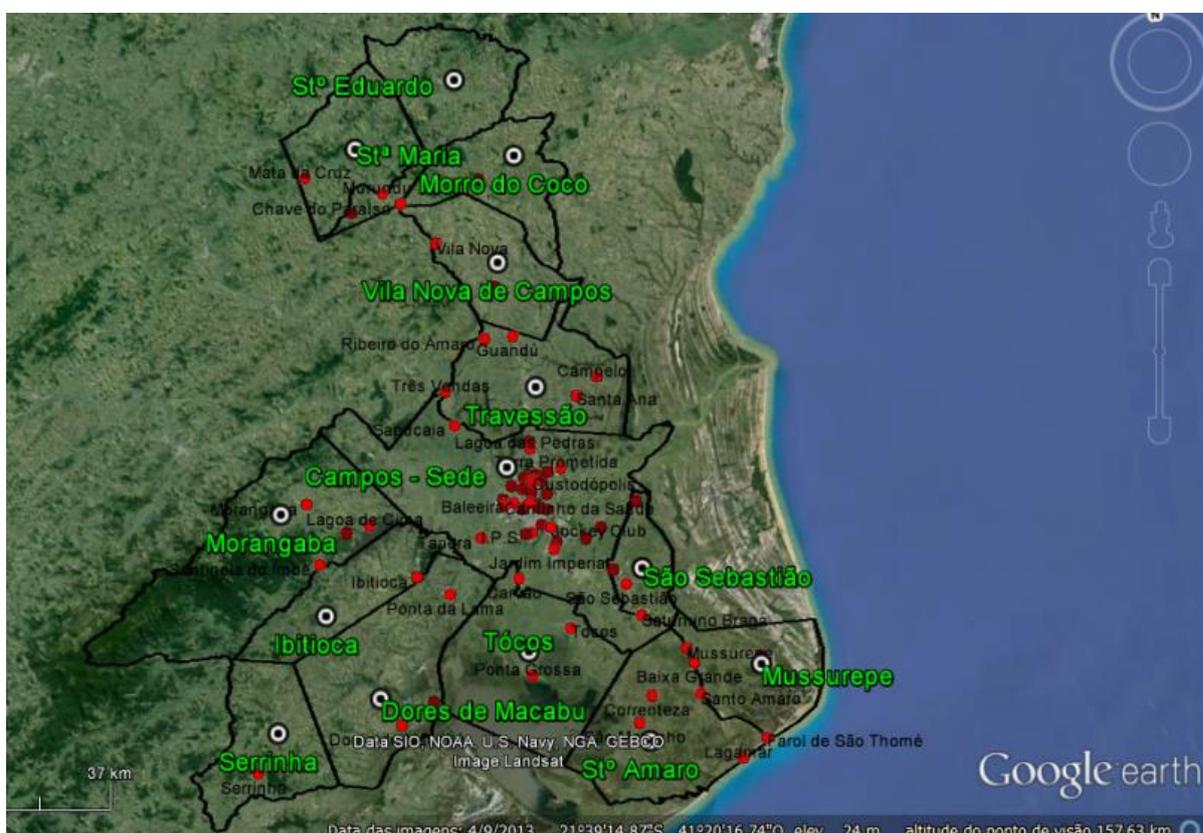


Figura 25: Distribuição das UBS por distritos em Campos dos Goytacazes. Visualização pelo Google Earth.

Fonte: CIDAC

²³ Site Google Earth: <http://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 13/05/14.

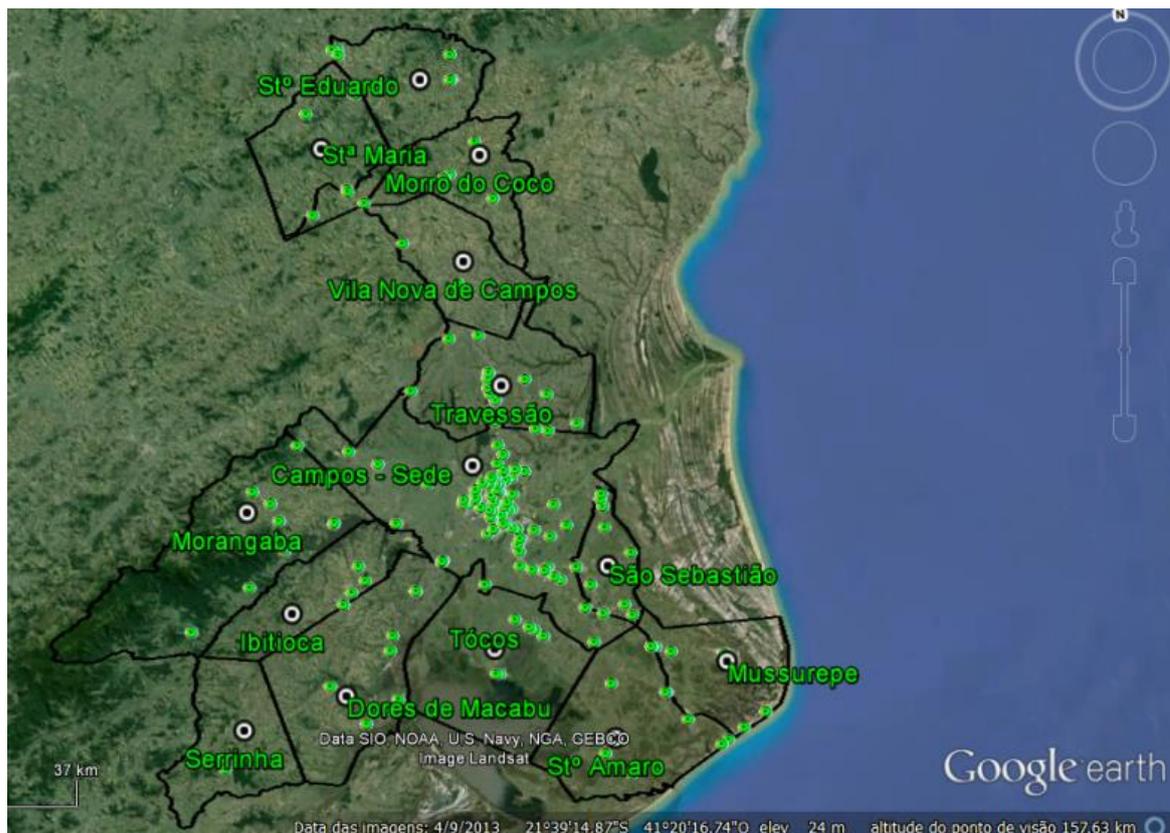


Figura 26: Distribuição das Escolas Municipais por distritos em Campos dos Goytacazes. Visualização pelo Google Earth.
Fonte: CIDAC

Consideramos que a utilização desses recursos contribui significativamente para uma compreensão do espaço em sua totalidade, já que é possível permear por diferentes escalas, desde a esfera global à local, mais próxima do aluno. Desse modo, por meio da utilização de tais ferramentas durante a aula foi possível visualizar a localização real dos equipamentos no território municipal, analisando aspectos referentes à concentração ou ausência dos mesmos nos diferentes espaços municipais.

Além de facilitar a análise dos dados e a compreensão da problemática envolvida na distribuição dos equipamentos públicos, durante esse momento da intervenção os alunos ficaram bastante curiosos, já que, segundo eles, não conheciam o GE. Por se tratar do lugar de vivência dos alunos, esse momento chamou atenção dos mesmos, ao passo que ficaram bastante interessados em participar e discutir os dados apresentados. Muitos procuravam identificar suas casas e os equipamentos existentes próximos às suas residências. Analisando as imagens os alunos ressaltaram a concentração de instalações na sede municipal enquanto alguns distritos alguns equipamentos eram inexistentes.

No **7º momento** buscamos apresentar e discutir alguns dos mecanismos participativos pelos quais o aluno cidadão pode apropriar-se na construção da cidadania. Essa proposta parte

da consideração de que a cidadania constitui-se em um processo, no qual o indivíduo deve atuar continuamente na perspectiva de melhorar a sua condição de cidadão frente às contradições e desigualdades encontradas na sociedade.

Nesse âmbito, concordamos com Machado (2011), que afirma que se o aluno desejar mudar o quadro de desigualdade posta atualmente é necessário que ele conheça os instrumentos democráticos previstos na estrutura normativa. Segundo o autor, ao fazer isso, Geografia pode, proporcionar a inserção do indivíduo nas práticas democráticas e de transformação social, que não podem ser realizadas se o aluno não conhece sequer seus direitos e os institutos democráticos de exercício de seus direitos previstos constitucionalmente. Desse modo, segundo o autor, a Geografia oferece ao aluno a possibilidade de emancipação, passando a ter o papel ativo que tanto reclama.

Antes de apresentar alguns exemplos de mecanismos e instituições participativas, questionei aos alunos o que eles poderiam fazer, enquanto cidadãos, para contribuir para o alcance de uma completa cidadania. Nesse momento poucos falaram. Segundo eles, *“é muito difícil mudar as coisas. Os políticos só querem saber do povo na eleição”*. Após esse momento inicial, passamos a apresentar, por meio de slides, alguns dos meios de participação social, como os Conselhos Municipais, o Orçamento Participativo, o Plano Diretor e os Conselhos de Políticas Públicas. Enfatizamos ainda o importante papel das Câmaras Municipais, discutindo o papel dos vereadores na formulação das leis que atendem a demanda da população e na fiscalização das ações do executivo.

Finalizando esta etapa da intervenção, no **8º momento** realizamos uma atividade com jornais. Para tanto, foram disponibilizados para a turma, que foi dividida em quatro grupos, alguns exemplares de jornais com notícias de Campos e da região norte fluminense²⁴. Mediante os conteúdos discutidos durante a aula, pedimos aos alunos que pesquisassem e selecionassem reportagens que evidenciassem exemplos positivos e negativos de acesso aos direitos da cidadania, assim como exemplos de reivindicação a esses direitos. Após a escolha das reportagens cada grupo deveria apresentar à turma, fazendo uma breve discussão a partir daquilo que foi tratado nos momentos anteriores. O objetivo da atividade era provocar nos discentes uma reflexão sobre a cidadania a partir da problematização de situações da realidade local. A figura 27 mostra os alunos fazendo a leitura dos jornais para selecionar as reportagens.

²⁴ Jornais “O Diário” e “Folha da Manhã”.



Figura 27: Alunos durante atividade com jornais.
Fonte: Diogo Jordão

Os alunos não apresentaram dificuldades em escolher as reportagens para a atividade (Anexo B). Entretanto, alguns ficaram com certa vergonha no momento de apresentá-las à turma. O primeiro grupo escolheu a matéria intitulada “Trabalho escravo gera três prisões” que relata a prisão de três pessoas por submeterem um grupo de trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda em São Fidélis, município que faz limite com Campos dos Goytacazes. Os alunos relataram que escolheram a reportagem por se tratar de um caso “*assustador para os dias de hoje*”. Para eles, essa situação vai contra o direito à liberdade que é garantido a todos as pessoas.

O segundo grupo apresentou a reportagem “Sem postos 24h para atender a demanda”, que relata as necessidades da população de Rio Preto, subdistrito de Campos, no acesso aos serviços de saúde, expondo ainda a ausência de áreas de lazer. Outra matéria apresentada por eles retratava a precariedade dos transportes e a falta de segurança no mesmo subdistrito.

O terceiro grupo selecionou a matéria “Manifestação por melhorias”, que relatava o protesto realizado por pais de alunos de uma escola da localidade de “Km 8” em Campos, que reclamavam das más condições da estrutura da escola, como também da ausência de uniformes e professores. Os alunos afirmaram que aquela reportagem mostrava o descaso com o direito à educação.

Diferente dos demais, o último grupo apresentou duas fotos da Unidade Básica de Saúde do distrito de Morangaba. As fotos retratavam os momentos antes e depois de a população reivindicar melhorias nos serviços de saúde. Conforme descreveram os alunos, “*mesmo passando três meses da reclamação dos moradores, o serviço continuava deficiente*”.

Situação que, segundo eles, comprova que nem sempre os gestores se preocupam realmente com o bem-estar da população. Os alunos perceberam ainda que a maioria dos problemas apresentados eram referentes às regiões distantes do centro da cidade.

6.7. Etapa III: Reaplicação do Tabuleiro do Território e da Cidadania

A terceira e última etapa da intervenção consistiu na reaplicação do jogo “Tabuleiro do Território e da Cidadania”. O objetivo de repetir o jogo foi avaliar a percepção dos alunos sobre os assuntos abordados na intervenção, buscando identificar possíveis mudanças mediante a realização das ações.

Diferente da primeira vez que realizaram a atividade, os alunos agora conseguiram dar uma definição mais precisa em relação ao conceito de cidadania. Responderam que esta consiste no *“conjunto de direitos que garantem a sociedade uma vida com dignidade”*. Quando perguntados sobre a relação entre a Constituição Federal e a cidadania, disseram que *“a Constituição tem as leis que dão direitos aos cidadãos”*. Quanto à relação entre a cidadania e o território, deram a seguinte explicação *“no território tem os hospitais, as escolas que vão garantir que o cidadão exerça seus direitos. Só que tem alguns lugares que não tem, aí algumas pessoas ficam sem exercer os seus direitos.”* Ao exemplificarem duas ações diárias que consideraram exemplos de cidadania, citaram o acesso ao saneamento básico e os serviços de saúde. Já em relação aos exemplos concretos que representam a negação à cidadania, os alunos relataram os casos da precariedade dos transportes e a ausência de vagas em hospitais e postos de saúde.

À pergunta que questionava se eles consideravam existir relação entre o sistema político-eleitoral e o alcance da cidadania, os discentes fizeram a seguinte colocação: *“são os políticos que fazem as leis para atender a população. Mas alguns só pensam em fazer para um determinado bairro, sendo que o certo deveria ser para atender toda a população. Os direitos são para todos”*. Já quando questionados sobre as esferas administrativas que compõem a estrutura federativa do Brasil, os estados e municípios foram lembrados com mais facilidade, ao contrário da União. O município foi apontado como a principal na promoção da cidadania por possuir as atribuições que influenciam diretamente a vida do cidadão

Quanto à situação-problema referente aos moradores de um bairro que reclamavam não estar sendo atendidos pelo transporte coletivo Os alunos disseram que estes deveriam recorrer à Prefeitura e aos vereadores para solicitar a solução desse problema. Em relação à

pergunta sobre as funções dos vereadores, dessa vez conseguiram explicar de forma mais clara. Disseram que os vereadores devem “*fazer as leis do município*” assim, como “*fiscalizar aquilo que a prefeitura faz. Se os serviços estão sendo realizados corretamente*”.

À situação-problema hipotética referente a uma família que recebeu alguns benefícios em troca do voto em um vereador na próxima eleição, todos os alunos consideraram a ação como incorreta. Segundo eles, aquela situação era errada, pois era uma compra de votos. “*Mesmo que a família ganhe as telhas e uma bolsa de estudos, eles não vão poder cobrar os seus direitos*”, disse uma aluna.

Questionados sobre a importância da participação do cidadão na política, assim como na primeira vez, todos os alunos concordaram, pois, segundo eles, “*é o cidadão que sabe dos problemas e daquilo que necessita, por isso deve participar para cobrar*”. Já em relação ao exemplo de mecanismo de participação social, diferente da primeira vez, os alunos citaram os Conselhos de Políticas Públicas e a Câmara Municipal.

Quanto à situação-problema referente às famílias residentes em um distrito distante do centro da cidade que não conseguiram matricular seus filhos devido à falta de vagas nas escolas, os alunos afirmaram que essas famílias deveriam reivindicar na prefeitura a construção de uma escola naquele distrito. E diferente da primeira vez, onde apontaram como solução para o problema de escassez de serviços e equipamentos públicos nas regiões periféricas da cidade concentrar a população na região central, os alunos agora afirmaram que o correta seria “*distribuir estes serviços e equipamentos de acordo com a distribuição da população*”.

Quando perguntados sobre o PDM, os alunos lembraram que este havia sido trabalhado durante a aula. Disseram que ele é o documento que “*tem as diretrizes para o planejamento do município*”. Ressaltaram ainda que toda a população pode participar da sua elaboração. Quanto aos Conselhos de Políticas Públicas, disseram ser “*uma forma de a população participar na melhoria das condições do município*”. “*Um espaço que discute a educação, a saúde e outros serviços*”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho se deu a partir do objetivo de contribuir para o papel da Geografia na formação cidadã do aluno do Ensino Médio. Para tanto, buscou-se analisar a contribuição da Geografia Política para a compreensão e construção da cidadania, assim como entender de que modo a inserção de seus temas e conteúdos no Ensino Médio pode colaborar para uma formação mais alinhada à cidadania. Desse modo, buscou-se desenvolver uma proposta educativa a partir da Geografia Política visando possibilitar o desenvolvimento da consciência política e territorial com vistas a contribuir na formação de alunos capazes de exercer uma cidadania plena, participando ativamente na construção da justiça social e territorial.

Podemos compreender que a cidadania constitui-se a partir do justo equilíbrio entre direitos e deveres na relação entre os indivíduos e a comunidade, de modo que os direitos civis, políticos e sociais constituem-se como pilares do que se considera ser cidadão. O território apresenta-se como uma condição essencial à sua efetivação, de modo que fora dele a cidadania torna-se apenas uma intenção inscrita na lei. É esta condição que a insere no campo da Geografia Política.

Compreendemos que a Geografia Política, vai analisar de que modo o território expressa o exercício concreto da cidadania dentro da estrutura político-administrativa do Estado, inclusive na esfera municipal, onde vai buscar entender a territorialidade das políticas públicas e a maneira pelas quais estas impactam a vida do cidadão no âmbito local. Na mesma perspectiva, vai analisar o município enquanto escala política, onde o cidadão se apropria dos mecanismos democráticos, participando das decisões que geram implicações para o território e, conseqüentemente, para a sociedade local. Em Campos dos Goytacazes, embora nos últimos anos se tenha aumentado o número de políticas públicas, percebe-se uma dificuldade

em atender a toda população, o que implica no bem estar dos cidadãos e na necessidade do alcance à justiça social.

A cidadania constitui-se em um dos princípios fundamentais da nossa educação, de modo que a Escola apresenta-se como uma das principais instituições na sua construção. À Geografia cabe a tarefa de auxiliar as crianças e jovens a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço, possibilitando uma análise crítica do meio em que vivemos, assim como a construção de uma consciência transformadora da realidade que se apresenta de forma desigual mediante as contradições do capitalismo.

Apesar do seu importante papel, a Geografia encontra dificuldades em se constituir enquanto um caminho para a formação cidadã no ensino básico. Isso se dá, em grande medida, pela permanência de uma Geografia tradicional, baseada no conteudismo e que não contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade. Do mesmo modo, nem sempre é possibilitado ao professor o desenvolvimento de um ensino significativo, haja vista as deficiências do nosso sistema de ensino. A partir da pesquisa foi possível constatar que o desenvolvimento de um ensino que possibilite uma formação cidadã deve estar baseado na perspectiva Crítica da Geografia. Tal ensino deve partir da perspectiva construtivista, colocando o aluno como ator ativo no processo de ensino aprendizagem.

Levando em consideração tais pressupostos, foi desenvolvida uma ação interventiva tomando como base a Geografia Política. A ação realizada na turma de Ensino Médio do C. E. Nilo Peçanha foi realizada em três etapas e buscou contribuir para o desenvolvimento da consciência política e territorial dos alunos, a fim de possibilitá-los atuar na construção da justiça social e territorial.

Consideramos que a aplicação das atividades obteve um resultado positivo, pois identificamos o aumento da consciência política e territorial nos alunos, havendo uma melhoria da percepção dos alunos em relação aos temas abordados, de modo que conseguiram dar respostas mais coerentes às questões apresentadas. Os alunos demonstraram entender o que é a cidadania, como ela se estabelece no cotidiano e a inerente importância do território na sua efetivação. Demonstraram ainda maior entendimento em relação às funções determinadas às esferas administrativas do Estado, assim como maior consciência da importância da participação social no âmbito da política e no fazer-se cidadão.

Desse modo, consideramos ser importante a incorporação de temas da Geografia Política e da cidadania no ensino de Geografia de Ensino Médio. Estes podem possibilitar uma formação mais completa frente às necessidades apresentadas pelo mundo atual. A construção do conhecimento sobre as instancias formais de participação da população não

inviabiliza a construção de uma nova forma de organização político-territorial, mas para os alunos perceberem os problemas da atual organização do federalismo brasileiro ele necessita conhecer as esferas e possibilidades participativas, entretanto, os conteúdos do Ensino Médio não explicitam esses, o que limita a capacidade participativa e, sobretudo, que eles estabeleçam a crítica sobre essas instâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. M. **A participação da sociedade civil no processo legislativo: a contribuição da comissão de legislação participativa da câmara dos deputados.** (Monografia de Especialização). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2003.

ALVARENGA, F. M.; PEDLOWSKI, M. A. Verticalização, Concentração de Investimentos e o aumento da Segregação Sócio-espacial em Campos dos Goytacazes - RJ. In: PPLA 2010: II Seminário de Política e Planejamento: Economia, Sociedade e Território, 2010, Curitiba. CD-Rom **Anais: PPLA 2010: Seminário de Política e Planejamento Urbano: Economia, Sociedade e Território**, 2010.

AZEVEDO, D. A. Isonomia e território no Brasil. **Revista Geográfica da América Central** – Número Especial EGAL, Costa Rica. p. 1- 16. 2011.

AZEREDO, G. D. de. **Os limites da participação consentida: O caso do plano diretor municipal de Campos dos Goytacazes, RJ.** 2008. (Dissertação) Mestrado em Políticas Sociais - UENF.

BACHA, E. L. ; SCHWARTZMAN, S. (orgs). Introdução. IN: _____ **Brasil: A Nova Agenda Social.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996. Site do Planalto. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 14/07/2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Bases Legais.** Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Constituição Federal.** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo. Brasília, DF, Senado. 1988 [2012].

BRASIL, **Lei 12.587/12.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Site do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/112587.htm>. Acesso em: 07/01/2014.

BRASIL. **Lei nº 9.709 de 18 de Novembro de 1998.** Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal. Brasília. Site do Planalto.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm>. Acesso em: 26/12/2013.

BRASIL. **Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília. Site do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30/12/2013.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei 7.972, 31 de março de 2008**. Plano Diretor Municipal. 2008.

CARLOS, A. F. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTRO, I. E. . Instituições e cidadania no território nordestino. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 3, p. 45-52, 2003.

CASTRO, I. E. . Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala local. **Geosp**, São Paulo, v. 18, p. 35-51, 2005.

CASTRO. Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, I. E. . As bases territoriais da democracia e as questões do sistema eleitoral no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011: Costa Rica, II Semestre 2011 pp. 1-18. 2011.

CASTROGIOVANNI, A. C. ; CAMRA, M. A. ; LUZ, R. R. S. ; ROSSATO, M. S. **Ensino da Geografia: caminhos e encantos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CATAIA, Marcio Antonio. Território Político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 23, p. 115-125, abr. 2011.

CATAIA, M. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (16). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-16.htm>>. Acesso em: 21 de Nov. de 2013.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, L. S. . A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: I Seminário Nacional: currículo em movimento. Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento: perspectivas atuais**, p. 1-15, 2010.

CAVALCANTI, L. S. Elementos de uma proposta de ensino de Geografia no contexto da sociedade atual. **Boletim Goiano de Geografia**. 13(1): 65-82, jan./dez. 1993.

CAMPOS DOS GOUTACAZES. CIDAC – Centro de Informações e Dados de Campos.

C. E. NILO PEÇANHA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. C.E.N.P./SEEDUC-RJ, 2012.

COHN, A. A participação social e os conselhos de políticas públicas: avanços e dilemas na institucionalização da relação Estado-Sociedade no Brasil. In: Cardoso Jr., J. C.; Bercovici, G.. (Org.). **República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado Brasileiro Contemporâneo**. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, v. 10, p. 447-464.

CORTES, S. M. V. As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. In: Roberto Rocha C. Pires. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011, v., p. 137-150.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2010.

CRIZOSTOMO, J. H. M. O masculino e o feminino na política local em Campos dos Goytacazes. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2011.

FARIA, T. J. P.. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, p.4478-4799, 2005.

FARIA, T. J. P. ; POHLMANN, M. A. O. Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa?. In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos, 2013, Lima. **Anais do XIV EGAL**. Lima, 2013.

FREIRE, Paulo. A educação e o processo de mudança social. In.: _____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-22, 1979.

FREITAS, E.S.; SALVI, R.F. A ludicidade e a aprendizagem significativa voltada para o ensino de geografia. **Portal Educacional do Estado do Paraná**. Curitiba, Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/894.pdf?PHPSESSID=200906090817556>>. Acesso em: 07 março 2014.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

GORCZEWSKI, C. ; MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática.** Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2011.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012. [1975]

IPEA. Democracia Participativa. **Desafios do Desenvolvimento.** Ano 8, nº65. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.**

KLAUSBERGER, M.I.L.; CASTROGIOVANNI, A.C. . Ensinar geografia em tempos de complexidade: a práxis pedagógica e o desafio do ENEM. In: XII Jornada do Trabalho-A dimensão espacial da expropriação capitalista sobre os mundos do trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital., 2011, Curitiba. **Anais da XII Jornada do Trabalho**, 2011.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra [trad. Maria Cecília França] 4ed. Campinas: Papyrus, 1997.

LINHARES, P.T.F.; *et al* (org.). Introdução. In. **Federalismo à Brasileira – Questões para Discussão**, Brasília IPEA – Diálogos para o Desenvolvimento. v. 8, 2012.

LOPES Jr., W. M. Os diferentes saberes na formação do professor de geografia. **Acta Geográfica** (UFRR), v. IV, p. 169-183, 2010.

MACHADO. G.B. **Educação e cidadania: ensino em geografia: concepção normativa do espaço, e conhecimento dos processos psicológicos do homem.** 2010 (Monografia) Instituto de Ciências Humanas. UnB: Brasília, 2011.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e “Status”.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MOURA, J. D. P. ; ALVES, J. Pressupostos Teórico- Metodológicos sobre o Ensino de Geografia. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 11, p. 309-319, 2002.

OLIVEIRA, M. M. . A geografia escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Santa Catarina, v. 2, p. 10-24, 2006.

PASTI, A. ; SOUZA, E. L. de. Formação política, representações sociais e Geografia: uma proposta para o Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 99-114, jan./jun., 2012.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Atlas Brasil 2013.** Disponível em:<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013 >. Acesso em: 24 Nov. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática S. A., 1993.

RATZEL, F. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 2, 1983.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo de Geografia**. 2012.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6, nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, A. M. M. **Escola Pública e a Construção da Cidadania: possibilidade e limites**. Faculdade de Educação da USP - São Paulo, Tese de Doutorado, 2000.

SILVA, R. O. ; CAPISTRANO, R. P. e GONCALVES, F. E. ; Dinamização da prática pedagógica no ensino de geografia. **Holos** (Natal. Online), v. 5, p. 175-182, 2010.

SILVA, T. P. ; BENEDICTIS, N. M. S. . A Charge e o Cartum como Recurso Didático no Processo de Ensino-aprendizagem de Geografia. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 2013, Lima - Peru. **Anales 14º EGAL** Encontro de Geógrafos de América Latina, 2013.

SILVA, F. G. ; CARNEIRO, C. D. R. . Geotecnologias como recurso didático no ensino de Geografia: experiência com o Google Earth. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 13, p. 328-341, 2012.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, pp.151-163, 2011.

SOUZA, S. O. ; CHIAPETTI, R. J. N. O Trabalho de Campo como estratégia ao ensino de Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 3, p. 3-22, 2012.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná. Elias. de; GOMES, Paulo. Cezar. da Costa.; CORRÊA, Roberto. Lobato. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77 – 116, 2000.

SOUZA, R. B. de. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. 2004. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, UENF, Campos, 2004.

TEIXEIRA, A. C. C.; MARANHÃO, T.; LOTTA, G. (Org.) **Dicas Instituto Polis: Ideias para a ação municipal - Conferências Municipais**. POLIS. n.230, 2005.

TERRA, D. C. T. **Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes**. 2007. 221 f., Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VESENTINI, J. W. **Por uma Geografia Crítica na Escola**. Editora do Autor. São Paulo, 2008.

VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política: Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, n.20, p. 127-142, 2010.

VITTE, C. C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: Rosana Baeninger. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: NEPO/Unicamp: Brasília: UNFPA, 2010, v. 1, p. 79-97.

ZANFOLIN, D. E. **Geografia Eleitoral: reforma política e uso do território no Brasil**. Tese (Mestrado). PPGGH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

SITES CONSULTADOS

Boletim InfoRoyalties: <<http://www.inforoyalties.ucam-campos.br/>>.

TSE. Eleições 2012. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>.

IDEB: < <http://ideb.inep.gov.br/> >.

ANEXOS

Anexo A

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Anexo B

Polícia O DIÁRIO Campos dos Goytacazes | segunda-feira, 28 de abril de 2014 7

TRABALHO ESCRAVO GERA TRÊS PRISÕES

Quatro trabalhadores de fazenda em São Fidélis eram mantidos presos em condições subumanas

Teimo Filho

O fazendeiro Paulo Cezar Azevedo Girão, de 58 anos, o filho Marcelo Conceição Azevedo Girão, 32, e Roberto Melo de Araújo, 37, apontado pela Polícia Civil como capataz, foram presos em flagrante na noite do último sábado (26/4). Eles são suspeitos de submeterem à condição análoga à de escravidão, um grupo de trabalhadores em uma fazenda no bairro Angelim do distrito de Pureza, em São Fidélis, no Norte Fluminense.

Segundo o delegado adjunto da 134ª Delegacia Legal (DL/Centro), em Campos, Paulo Pires, o período em que o crime foi praticado contra os trabalhadores teria variado de oito a 14 anos.

No final da manhã de ontem, o delegado foi até a casa do fazendeiro, no bairro Angelim, para uma investigação, onde nada de ilícito foi encontrado. Neste local ficava um dos quatro trabalhadores. Em seguida Pires foi até o cômodo localizado no mesmo bairro, onde três vítimas eram mantidas presas após 12 horas de trabalho por dia.

O delegado esclareceu que as condições do cômodo são subumanas. Em continuidade à operação, a autoridade policial prosseguiu até a fazenda, cuja porteira estava trancada com corrente e cadeado, dificultando a entrada da polícia.

“Os trabalhadores foram orientados durante todos estes anos a se esconderem quando um carro se aproximava da fazenda. Uma das vítimas relatou que o capataz a agrediu a pauladas e que todos vinham sendo constantemente ameaçados caso fugissem”, revelou o delegado, acrescentando que, em depoimento, Paulo Cezar chegou a afirmar que pagava R\$ 50 por dia a cada trabalhador.

De acordo com Pires, foi instaurado inquérito e os suspeitos foram enquadrados no crime de restrição à condição análoga a de escravo. Se condenados, eles podem pegar de dois a oito anos de reclusão. Os três serão conduzidos à Cadeia Pública Dalton Castro, Campos. O delegado disse que irá acionar algum tipo de assistência social em Campos para amparar as vítimas.

trabalhadores se submeteram à situação devido a questões culturais e sócioeconômicas. “Segundo a Organização Unidas (ONU), de 12 a 25 milhões de pessoas no mundo são submetidas a este tipo de situação, a maioria por falta de condições sociais adequadas. Uma das vítimas me perguntou como vai fazer agora se sem trabalho”, comentou.

Os suspeitos foram presos ainda por não pagamento de salário decente e não permissão dos trabalhadores a acesso aos meios de locomoção para sair e entrar no local do trabalho (eram levados às 4h da madrugada à fazenda e retornavam às 17h ao cômodo), com transporte feito pelo capataz.

Pires observa que os

VÍTIMA FUGIU DA FAZENDA

Ainda segundo o delegado, o caso foi descoberto porque “uma das vítimas fugiu da fazenda e foi para casa de um sobrinho. Em seguida, os dois foram à delegacia de São Fidélis (141ªDL), onde informaram que havia mais três pessoas na condição de escravos. Foi montada a operação e conseguimos resgatar as vítimas e prender os responsáveis”.

Eram dois trabalhadores de São Fidélis, um de Campos e outro de Natividade. “Eles não se conheciam. Foram procurar emprego e acabaram cooptados pelos suspeitos, começando a trabalhar em situação análoga à de de escravo”, ressaltou.

Foto: BIAS FERREIRAS



CONSTATAÇÃO. No local onde os trabalhadores pernoitavam foram constatadas condições degradantes

VÍTIMA RELATOU AGRESSÃO A PAULADAS

CONSTATAÇÃO. Delegado foi conferir as condições das instalações

Figura 28 : Trabalho escravo gera três prisões
Fonte : Jornal O Diário

REIVINDICAÇÃO

Sem posto 24h para atender a demanda

Para Ademar Amaral, a distância de Rio Preto ao centro de Campos e grande número de visitantes justificam a necessidade de atendimento de saúde durante 24 horas no posto local. “Muita gente reclama, mas eu não tenho do que reclamar do nosso posto de saúde não, sempre que precisei fui muito bem atendido pelos funcionários. Mas acho que deveria funcionar 24 horas, principalmente porque é longe da cidade. É uma necessidade dos moradores daqui, com certeza”, explicou.

Em nota, a secretaria municipal de Saúde informou que, de acordo com os critérios do Ministério da Saúde, a demanda populacional de Rio Preto não justifica a implantação de uma UBS 24 horas. Os moradores já contam com uma UBS, que realiza cerca de 2 mil atendimentos/mês.

A falta de área de lazer também foi mais uma vez motivo de reclamação. Segundo a dona de casa Nelma Martins, 56 anos, a praça que existe na comunidade não oferece lazer adequado. “Deveria ter uma praça com mais atrativos para as crianças e também tem que ter zelador para cuidar”, disse. A moradora ainda ressaltou que a construção de um banheiro público é uma reivindicação local. “Não tem banheiro público, mesmo sendo um lugar que recebe tantos visitantes. Quando tem eventos aqui, os moradores cedem os banheiros para quem vem de fora, mas às vezes é uma situação desconfortável”, relatou.

A secretaria municipal de Obras não respondeu o e-mail encaminhado pela reportagem até o fechamento da edição.

Figura 29 : Sem posto 24h para atender a demanda
Fonte : Jornal Folha da Manhã



Figura 30 : Transporte precário
 Fonte : Jornal Folha da Manhã



Figura 31 : Manifestação
 Fonte : Jornal Folha da Manhã



Figura 32 : Saúde precária
 Fonte : Jornal Folha da Manhã